

**O Papel do Centro de Informação Europeia Jacques Delors no  
(Re)conhecimento da Cidadania Europeia em Portugal**

**Susana Pimentão Dores**

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política e  
Relações Internacionais – Especialização em Estudos  
Europeus**

**Setembro de 2015**



Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, na vertente de Estudos Europeus realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Ana Santos Pinto.



## **DECLARAÇÕES**

Declaro que este Relatório de Estágio é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

---

Lisboa, 15 de Outubro de 2015

Declaro que este Relatório de Estágio se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A orientadora,

---

Lisboa, 15 de Outubro de 2015



*"Now that we have Europe, we need Europeans"*

Bronislaw Geremek





## **Agradecimentos**

Agradeço, em primeiro lugar, à Professora Doutora Ana Santos Pinto, por ter aceitado orientar a elaboração deste Relatório de Estágio. Pelos comentários construtivos e por ao longo deste período me ter lembrado da objetividade e síntese exigida num trabalho desta natureza.

Ao Doutor Carlos Medeiros, do Centro de Informação Europeia Jacques Delors, na qualidade de orientador de Estágio, por todos os esclarecimentos sobre o Centro e partilha de conhecimento. Uma palavra de apreço também a todos os meus colegas, desde colaboradores a estagiários, que de uma maneira ou outra contribuíram para que os seis meses de estágio que realizei fossem uma experiência desafiante e enriquecedora, quer a nível pessoal como profissional.

À Marta e à Carolina, pela amizade e compreensão por todas as ausências ao longo do meu percurso académico.

Ao David, o meu maior crítico, que me faz querer sempre mais e melhor e que me acompanhou, ajudou e incentivou em todos os momentos.

Por fim, um agradecimento em especial à minha mãe e avós, cujo esforço e apoio incondicional possibilitaram a conclusão do meu percurso académico.



**O Papel do Centro de Informação Europeia Jacques Delors no  
(Re)conhecimento da Cidadania Europeia em Portugal**

**Susana Pimentão Doreis**

**RESUMO**

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidadania Europeia; União Europeia; Direitos; Informação; CIEJD; Portugal.

Desde a sua instituição em 1992, que a cidadania europeia e os seus direitos têm vindo a ser fortalecidos sucessivamente por via dos tratados. Porém, a existência de uma cidadania europeia mais forte não é acompanhada pela identificação dos cidadãos nacionais enquanto cidadãos europeus, nem pelo conhecimento dos direitos que lhe são inerentes. A promoção deste conhecimento entre os cidadãos nacionais compete não só às instituições europeias como a cada um dos Estados-Membros. Em Portugal, esta função foi atribuída pelo Estado Português ao Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD). Este trabalho procura avaliar a forma como a ação do CIEJD tem contribuído para o aumento deste (re)conhecimento entre os cidadãos portugueses, algo que foi observado ao longo do estágio na instituição. Terminada esta experiência considera-se que o CIEJD tem um papel importante na diminuição do desconhecimento nacional sobre a cidadania europeia e que possui potencial para melhorar a sua ação enquanto promotor do projeto Europeu em Portugal.



**The Role of the European Information Centre Jacques Delors in European Citizenship  
Acknowledgment in Portugal**

**Susana Pimentão Dore**

**ABSTRACT**

**KEYWORDS:** European Citizenship; European Union; Rights; Information; CIEJD; Portugal.

Since its institution in 1992, European citizenship and its rights have been continuously strengthened through treaties. However, the existence of a stronger European citizenship is not followed by national citizens' identification as European citizens, nor by the knowledge of its inherent rights. The promotion of this knowledge amongst national citizens is entitled not only to the European institutions, but also to each of the Member-States. In Portugal, this task has been assigned to the European Information Centre Jacques Delors (CIEJD) by the Portuguese State. This work seeks to evaluate how CIEJD's action has contributed to the increase of this acknowledgment amongst Portuguese citizens, something that was observed throughout the internship in the institution. Having finished this experience, it is considered that CIEJD has an important role in diminishing national unawareness of European citizenship and that it has potential to improve its action as a promoter of the European project in Portugal.



## Índice

Índice.....	xv
Lista de Abreviaturas.....	xvii
Introdução.....	1
Capítulo I : Cidadania Europeia .....	5
I.1. Conceito e implicações .....	5
I.1.1. Cidadania Europeia .....	7
I.1.2. Dimensão formal: Direitos e deveres.....	9
I.1.3. Dimensão substancial: Participação e Identidade .....	12
I.2. Visão institucional de Cidadania Europeia.....	17
I.3. Cidadania europeia em Portugal .....	20
Capítulo II : Centro de Informação Europeia Jacques Delors.....	23
II.1. História e criação.....	23
II.2. Missão e objetivos .....	25
II.2.1. Parceria de Gestão .....	26
II.3. Atividades e Iniciativas.....	27
II.3.1. Atividades no âmbito da cidadania Europeia .....	29
II.4. O CIEJD na sociedade portuguesa.....	30
II.4.1. Instrumentos de Ação .....	31
Capítulo III : Estágio.....	35
III.1. Atividades desenvolvidas .....	35
III.1.1. Tarefas diárias .....	35
III.1.2. Tarefas de longo prazo.....	38
III.1.3. Outras tarefas / atividades ocasionais .....	40
III.2. Análise do trabalho desenvolvido.....	43
III.2.1. Aprendizagem e aplicação de conhecimentos.....	43
III.2.2. Contributo para o CIEJD .....	45
Conclusões e Recomendações .....	47
Bibliografia .....	51
Lista de Gráficos .....	59
Lista de Tabelas .....	61
Anexo 1: Plano de Atividades de Estágio .....	63

Apêndice A : Análise dos Eurobarómetros.....	65
Apêndice B : Lista de atividades desenvolvidas pelo CIEJD no âmbito do AEC.....	77
Apêndice C : Conteúdo “Consultas Públicas na UE” .....	79
Apêndice D : Reestruturação do <i>Dossier</i> «Cidadania Europeia» .....	81
Apêndice E : Lista de Numeração de Prémios e Concursos .....	88
Apêndice F : Conteúdo para a Wikipédia sobre o CIEJD .....	91
Apêndice G : Conteúdos de Agenda – Participação em eventos .....	101



## Lista de Abreviaturas

AEC	Ano Europeu dos Cidadãos
AEIE	Agrupamento Europeu de Interesse Económico
AJD	Aulas Jacques Delors
AUE	Ato Único Europeu
CEE	Comunidade Económica Europeia
CIEJD	Centro de Informação Europeia Jacques Delors
CIG	Conferência Intergovernamental
CIJD	Centro de Informação Jacques Delors
DGAE	Direção-Geral dos Assuntos Europeus
EB	Eurobarómetro
EPSO	European Personnel Selection Office
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OLAF	Organismo Europeu de Luta Antifraude
ONU	Organização das Nações Unidas
TCE	Tratado que institui a Comunidade Europeia
TFUE	Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
TUE	Tratado da União Europeia
UE	União Europeia
UFAPP	Unidade de Formação, Animação Pedagógica e Projetos
UIC	Unidade de Informação e Comunicação



## Introdução

O presente trabalho é o culminar do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, na área de especialização de Estudos Europeus e aborda o tema da Cidadania Europeia, intitulando-se “O papel do Centro de Informação Europeia Jacques Delors no (Re)conhecimento da Cidadania Europeia em Portugal”.

A abordagem a este tema partirá de uma definição conceptual de cidadania europeia e do contributo do Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD)<sup>1</sup> para o seu reconhecimento em Portugal, que se procura verificar empiricamente através do estágio realizado entre os dias 1 de outubro de 2014 e 31 de março de 2015. A abordagem ao conhecimento, pelos cidadãos, da cidadania europeia está, por isso, enquadrada nas atividades realizadas durante o estágio.

O tema em análise é considerado pertinente na área de Estudos Europeus por estar intrinsecamente relacionado com a aproximação do projeto Europeu aos seus cidadãos e constitui uma das atuais prioridades da União Europeia (UE)<sup>2</sup>. A necessidade de compreensão da cidadania europeia é um elemento crucial para que os cidadãos se sintam próximos do projeto da União e com ele se identifiquem, o que, por si só, legitima a reflexão que este trabalho se propõe a realizar.

Com o intuito de concretizar esta aproximação, a Comissão Europeia<sup>3</sup> e a própria União têm dado especial destaque à cidadania europeia na sua agenda política, designadamente através da aprovação de iniciativas legislativas neste âmbito. Os últimos anos facultam-nos inúmeros exemplos dos esforços encetados.

Esta preocupação está patente no Tratado de Lisboa (assinado em 2007), que cria o instrumento de “Iniciativa de Cidadania Europeia”<sup>4</sup> e em particular no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), onde os direitos de cidadania europeia são reforçados ao serem enumerados no artigo 20.º, nº 2 (2012, pp.56–57), o que evidencia uma vez mais o destaque que lhes é dado. Outro marco foi a

---

<sup>1</sup> Referido doravante como «CIEJD» ou «Centro».

<sup>2</sup> Será por vezes referido como a «União» por questões de simplificação.

<sup>3</sup> Referida daqui por diante apenas por «Comissão».

<sup>4</sup> A Iniciativa de Cidadania Europeia é explicada no ponto I.1.2 deste trabalho.

comemoração do vigésimo aniversário da introdução do conceito de Cidadania Europeia no Tratado de Maastricht ou Tratado da União Europeia (TUE) (assinatura em 1992 e entrada em vigor em 1993). Assinalado na Decisão Nº. 1093/2012/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de novembro de 2012, que decreta 2013 como o «Ano Europeu dos Cidadãos»<sup>5</sup> (2012). Mais recentemente, a 14 de abril de 2014, foi aprovado pelo Conselho o Regulamento (UE) Nº. 390/2014, que institui o Programa «Europa para os cidadãos» para o período de 2014-2020. À semelhança do seu predecessor<sup>6</sup>, este pretende entre outros objetivos “promover a cidadania europeia e melhorar as condições para a participação cívica e democrática a nível da União” (artigo 1.º Nº.2, alínea b)) (2014, p.5).

A legislação europeia parece assim revelar que as instâncias europeias estão empenhadas em diminuir a distância entre cidadãos e a UE e na procura de uma maior identificação com o projeto Europeu e prática de cidadania ativa. A atenção dedicada a esta temática está também presente no portal web «Cidadania da UE» (União Europeia, 2014b) ou no portal web multilingue «A sua voz na Europa» (União Europeia, 2014a).

Porém, a análise dos últimos Eurobarómetros relativos à Cidadania Europeia revela que as pretensões da Comissão estão longe de ser alcançadas em matéria de cidadania europeia. O Eurobarómetro Standard 82 (EB82) (novembro, 2014) revela que apenas cerca de 63% dos cidadãos europeus inquiridos sente que é cidadão da União Europeia e que 51% desconhece os seus direitos de cidadania (Comissão Europeia & TNS Opinion & Social, 2014a)<sup>7</sup>. Este manifesto desconhecimento evidencia o claro afastamento dos cidadãos europeus da União e torna premente a necessidade de apostar na divulgação destes direitos de cidadania.

Uma vez que “a responsabilidade de sensibilizar os cidadãos para os seus direitos enquanto cidadãos da União” é atribuída pela Decisão Nº. 1093/2012/UE do Parlamento Europeu e do Conselho aos Estados-Membros em primeiro lugar (2012, p.4), há que procurar compreender quais os resultados alcançados e o que pode ser feito para

---

<sup>5</sup> Posteriormente referido como AEC ou AEC2013.

<sup>6</sup> Um programa semelhante já tinha vigorado entre 2007-2013, com os mesmos objetivos e diferentes vertentes de ação (Decisão N.º 1904/2006/C 2006).

<sup>7</sup> Esta questão é analisada mais em detalhe no ponto I.2 deste trabalho e a análise completa pode ser consultada no Apêndice A.

melhorá-los. Esta avaliação crítica do que está a ser feito e do seu sucesso ou insucesso, parece ser pouco comum a nível nacional. Um bom ponto de partida seria a identificação de falhas a nível nacional, regional e local, uma vez que a nível europeu parecem estar a ser feitos os esforços possíveis neste sentido. Logo, os Estados-Membros necessitam de assumir a sua responsabilidade individual na promoção do projeto Europeu, como de resto é descrito na Declaração política «Parceria para a comunicação sobre a Europa» (União Europeia, 2009).

Tendo em mente que o CIEJD é responsável por uma parte das ações desenvolvidas ao nível nacional que resultam de iniciativas comunitárias e nacionais, o estudo do seu contributo para esta temática é relevante. Para tal, será utilizada uma abordagem histórico-sociológica e o processo de observação privilegiado será direto respeitando a algumas atividades realizadas pelo CIEJD durante o período de estágio. Esta observação será complementada com análise crítica, cujo tratamento privilegiado será documental e bibliográfico utilizando como fontes principais os Tratados da União Europeia; Eurobarómetros e respetivos relatórios; dados, informações e conteúdos disponibilizados no Portal Eurocid<sup>8</sup>; outra documentação e informação recolhida no âmbito do estágio no CIEJD; obras de referência na matéria; artigos científicos; documentos oficiais e legislação europeia considerada relevante. Procura-se, desta forma, complementar elementos de pesquisa qualitativa e quantitativa visando uma compreensão abrangente do fenómeno em estudo.

Partindo da pergunta de investigação ‘Que papel desempenha o CIEJD na promoção da cidadania europeia em Portugal?’, procurar-se-á validar a seguinte hipótese de trabalho: ‘Um número significativo dos cidadãos portugueses permanece alheio à sua cidadania europeia. O trabalho desenvolvido pelo CIEJD é fundamental na atenuação desta lacuna’.

Como tal, este relatório de estágio propõe-se analisar o papel desempenhado pelo CIEJD, em Portugal, na divulgação e compreensão do conceito de cidadania europeia e dos direitos e deveres que lhe são inerentes. Avaliará igualmente o contributo para a identificação dos portugueses enquanto cidadãos europeus e para o

---

<sup>8</sup> O Portal Eurocid é o portal de informação europeia em língua portuguesa.

exercício da cidadania europeia em Portugal. Será paralelamente feita uma caracterização da instituição de acolhimento e descritas e avaliadas as tarefas executadas ao longo do estágio.

Para o cumprimento dos objetivos definidos, o presente relatório seguirá uma estrutura com quatro capítulos.

O primeiro capítulo é essencial para a compreensão do tema em causa e aborda a temática da cidadania europeia. Aqui será analisado o conceito de cidadania europeia, explicada a sua origem e a sua dimensão formal e substancial. Neste capítulo identificam-se igualmente os esforços que estão a ser feitos na promoção da cidadania europeia e é feita uma reflexão sobre a cidadania europeia em Portugal, com base nos dados estatísticos recentes.

No capítulo seguinte será caracterizada a instituição de acolhimento. Inicia-se com uma breve história do Centro e a sua criação, bem como a sua missão, objetivos e ação na sociedade portuguesa. Também neste capítulo, são sucintamente descritas as atividades e iniciativas desenvolvidas pelo CIEJD. Será dado especial destaque às atividades no âmbito da cidadania europeia.

O terceiro capítulo aborda a descrição e avaliação crítica do estágio realizado durante seis meses no CIEJD. Primeiro são descritas todas as atividades diárias, ocasionais e de longo prazo realizadas na instituição de acolhimento, com especial destaque para as realizadas no âmbito da cidadania europeia. Termina-se com uma reflexão sobre algumas das dificuldades sentidas e o contributo do estágio para a minha aprendizagem e potencial benefício da própria instituição. Este capítulo é acompanhado por vários anexos, onde se demonstram algumas das atividades realizadas.

O trabalho encerra com o quarto capítulo, onde são explicitados os resultados observados, apresentadas as conclusões e feitas recomendações. Começa-se com a discussão dos resultados das atividades do CIEJD no âmbito da cidadania europeia na sociedade portuguesa e a ponderação do seu contributo para o (re)conhecimento da cidadania europeia em Portugal. Por último, destacam-se os progressos alcançados e são feitas recomendações relativamente a alguns aspetos que se consideram que podem ser melhorados de futuro e nos quais o governo português deve investir.

## Capítulo I: Cidadania Europeia

Inicia-se este trabalho com o esclarecimento dos conceitos e do estado da arte relativamente à Cidadania Europeia, sublinhando os momentos mais importantes da sua instituição e desenvolvimento. Procura-se ainda dar uma visão institucional do tema e dos esforços que têm vindo a ser feitos para a sua promoção junto dos cidadãos europeus por parte das instituições europeias. Por fim, é feita uma contextualização do caso português em que se verifica como é entendida a cidadania europeia em Portugal.

### 1.1. Conceito e implicações

Proveniente do latim *civitas*, a cidadania é um conceito complexo e cujo debate gera muita controvérsia. No seu sentido mais comum, refere-se ao “estatuto jurídico que liga os seus titulares a uma dada comunidade política estadual e que tem associados direitos e deveres específicos” (Jerónimo & Vink, 2013, p.23), definição esta que tem sido alvo de inúmeras críticas. Bellamy (2008, p.17), por sua vez, entende-a como “uma condição de igualdade cívica (...) que consiste na pertença a uma comunidade política e não garante apenas direitos iguais no usufruto dos bens coletivos fornecidos pela associação política, mas envolve igualmente deveres de os promover e sustentar”<sup>9</sup>.

Muito embora a pluralidade dos conceitos de cidadania seja evidente, todos eles concordam que esta acarreta a pertença a uma comunidade política (Bellamy, 2008; Jerónimo & Vink, 2013; Delanty, 1997). Como afirmam Jerónimo & Vink (2013, p.24) “qualquer que seja a dimensão da comunidade política em causa a cidadania implica sempre uma demarcação entre os que pertencem à comunidade e os que dela são excluídos”, sendo que apenas aos membros dessa comunidade estão reservados um conjunto de direitos. A cidadania possui, assim, um inevitável carácter exclusivo e inclusivo. Ou seja, é a definição dos que não pertencem à comunidade, que aumenta a inclusão dos que dela fazem parte, fortalecendo o “eu coletivo” (Delanty, 1997, pp.292–3). Assim se levanta a questão da definição do conceito de pertença e, no caso da

---

<sup>9</sup> Esta definição de cidadania resulta da interligação de três componentes: pertença a uma comunidade política democrática, os benefícios coletivos e direitos associados a essa pertença e a participação nos processos políticos, económicos e sociais dessa comunidade.

cidadania europeia, de um “povo” da União Europeia (Shaw, 2003, p.295), embora a própria existência da cidadania europeia não seja um facto consensual (Lehning, 1997).

Atualmente, fala-se em dois tipos de cidadania europeia, um formal e um substancial. O modelo previsto em Maastricht classifica-se como formal estando a cidadania essencialmente codificada nos direitos que lhe são conferidos. Porém, este modelo não consegue responder aos atuais desafios sociais, chegando a ser mais formal do que a própria cidadania nacional. O modelo substancial, por outro lado, envolve uma componente ativa, de envolvimento, que pressupõe um sentido de responsabilidade cívica (Delanty, 1997; Karolewski, 2010, pp.1–22).

O debate existente sobre os vários modelos de cidadania revela que é fundamental uma dimensão mais substantiva de cidadania, que não seja puramente formal, focada apenas nos direitos e deveres atribuídos aos cidadãos (modelos conservador e liberal), mas que tenha também em conta uma vertente de participação dos cidadãos na construção da sociedade (modelos participativo e comunitário). Tendo em conta a diversidade conceptual referida, este trabalho terá como referência o modelo de cidadania proposto por Delanty (1997)<sup>10</sup>, que se julga ser o mais completo.

O modelo em causa sugere, que se vá além do ponto de referência que é tradicionalmente o Estado-Nação e envolve a combinação de uma dimensão formal (direitos e deveres) e de uma dimensão mais substantiva (participação e identidade). Configura-se assim num modelo transnacional e multinível de cidadania que aparenta ser mais adequado à compreensão de uma entidade com as características da UE. Shaw (2003, p.293) refere-se precisamente à cidadania europeia como resultante da interação de noções formais e outras mais abrangentes, através da qual se conseguirá atingir um conceito significativo de cidadania. O desafio será o seu estabelecimento como uma cidadania ativa, que não seja apenas formal, constituindo-se antes como uma cidadania multinível, de forma a reproduzir a cidadania nacional ao nível supranacional.

Ainda assim é inevitável questionar se uma cidadania europeia nestes moldes conseguirá, alguma vez, encontrar o equilíbrio entre a dimensão formal e substancial.

---

<sup>10</sup> O modelo proposto por Delanty surge da análise crítica de quatro modelos distintos de cidadania que dão relevo a diferentes dimensões de pertença a uma comunidade política (direitos, deveres, participação e identidade).



Por enquanto, a resposta parece inclinar-se para a permanência da dimensão formal num nível preferencial, impedindo o desenvolvimento de uma verdadeira cidadania europeia.

#### **I.1.1. Cidadania Europeia**

A questão da cidadania europeia mereceu a devida atenção apenas em 1991, durante a Conferência Intergovernamental (CIG) de Paris, por insistência prévia do Primeiro-ministro espanhol Felipe González (Closa, 1992, p.1193) para que as negociações intergovernamentais relativas à união política abordassem o tema da cidadania. A questão já tinha sido discutida anteriormente e figurado no artigo 3.º do Projeto de Tratado que estabelece a União Europeia<sup>11</sup>, mas foi apenas em Maastricht que foi instituída (CVCE, 1984; Maas, 2005, p.7). Por fim, embora se mantivesse a resistência de alguns Estados-membros mais céticos<sup>12</sup>, Espanha, e até certo ponto também Portugal<sup>13</sup>, foram promotores da noção de cidadania europeia (Maas, 2005, p.9). Este avanço resulta mais da negociação entre Estados-Membros e Parlamento Europeu, do que de propostas da Comissão Europeia.

Os objetivos da sua inclusão, em 1992, no Tratado de Maastricht passavam por simbolizar a identidade europeia comum e reconciliar os europeus com o projeto Europa. Para os responsáveis políticos, a atribuição de uma cidadania europeia significaria um aumento do apoio popular às instituições e políticas da União e poderia fortalecer o sentimento de pertença dos cidadãos, ao mesmo tempo que seria uma solução para combater o défice de legitimidade (Follesdal, 2001, pp.314–15; Maas, 2005, p.10). A introdução, por fim, da cidadania europeia, com direitos e deveres correspondentes, no texto do tratado, foi o primeiro sinal de que a União pretendia ir para além das relações económicas, demonstrando uma vontade de progresso político.

A cidadania europeia está instituída no artigo 9.º do atual Tratado da União Europeia (ex-artigo 8.º) e figura no atual artigo 20.º do TFUE (ex-artigo 17.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia), onde se pode ler que “qualquer pessoa que tenha a

---

<sup>11</sup> O texto do tratado foi em grande parte o resultado do trabalho de Altiero Spinelli.

<sup>12</sup> Em especial a Grã-Bretanha.

<sup>13</sup> Espanha e Portugal não tiveram direito a voto no Ato Único Europeu (AUE), mas que na CIG de Maastricht fizeram a diferença.

nacionalidade de um Estado-Membro” é cidadão da União. A atribuição legal de cidadania europeia continua, porém, a ser uma prerrogativa dos Estados-membros, definida pelo direito nacional de cada um deles (Closa, 1992, p.1139). Esta questão foi assegurada através da anexação de uma Declaração relativa à nacionalidade de um Estado-membro (Tratado de Maastricht, 1992, p.98). Já a relação entre cidadania nacional e europeia é clarificada posteriormente em aditamento feito ao artigo 8.º do TUE, no Tratado de Amesterdão ou Tratado que institui a Comunidade Europeia (TCE), assinado em 1997, no n.º 9 do artigo 2.º (Tratado de Amesterdão, 1997, p.27), classificando-a como um complemento à cidadania nacional, que não a substitui.

Para compreender do que se trata a cidadania da União Europeia não basta, no entanto, definir que os cidadãos nacionais dos Estados-Membros são também cidadãos da União Europeia. A cidadania europeia acarreta consigo determinados direitos e deveres e são eles que a definem (Delanty, 1997, p.12) e torna-se necessário o esclarecimento do que estes possuem em relação aos demais. A discussão relativa a que direitos e deveres deveriam ou não possuir os detentores de cidadania europeia, teve lugar igualmente antes do Tratado de Maastricht. Até certo ponto existia consenso entre as partes de que esta definição deveria ter por base direitos humanos fundamentais, como referência à Convenção Europeia dos Direitos do Homem e direitos exclusivos dos cidadãos europeus. Do Conselho Europeu de 1990, reunido em Roma, saíram assim as recomendações de que na CIG de 1991 se consagrasse um conjunto de direitos e deveres<sup>14</sup> capazes de atribuir ao conceito de cidadania europeia, que iria estar nesse momento em cima da mesa, alguma substância (Jerónimo, 2012, p.197).

Os direitos e deveres de cidadania europeia instituídos no texto final do TUE, bem como os posteriormente alcançados, serão esclarecidos na secção que se segue, onde é tratada a dimensão formal de cidadania europeia.

---

<sup>14</sup> O conjunto de direitos discutido envolvia a possibilidade de participar nas eleições para o Parlamento Europeu (e em eleições municipais) no país de residência, a liberdade de circulação e residência independentemente do envolvimento numa atividade económica, a igualdade de oportunidades e de tratamento para todos, a proteção diplomática fora das fronteiras comunitárias e a criação de um mecanismo para defesa dos direitos dos cidadãos no relativamente a questões comunitárias (Jerónimo, 2012, p.197).

### 1.1.2. Dimensão formal: Direitos e deveres

A dimensão formal de cidadania está assente em direitos de cidadania, que se podem considerar a componente essencial de quase todas as concepções de cidadania (Karolewski, 2010, p.10). A cidadania europeia não é exceção, e os seus direitos têm vindo a desenvolver-se à semelhança do próprio conceito, que através destes adquire acrescida importância enquanto fator de integração europeia. São os vários direitos atribuídos aos cidadãos que definem a cidadania e determinam os moldes em que os cidadãos da União Europeia se distinguem daqueles que dela não usufruem. Muito embora representem a dimensão formal da cidadania europeia, foram estes que permitiram alcançar o conceito mais substantivo de cidadania de hoje.

Foi em 1992, com a assinatura do TUE, tratado que emenda o Tratado de Roma, que se estabeleceram os primeiros direitos e deveres de cidadania dos cidadãos pertencentes à União Europeia. Estes direitos estão consagrados nos artigos 8.º-A a 8.º-D da parte II do TUE e referem-se a um conjunto de quatro direitos específicos:

- a) O direito de liberdade de circulação e permanência no território dos Estados-Membros da UE (artigo 8.º-A do TUE), diretamente relacionado com a ambição de completar o mercado único.
- b) O direito de elegerem e de serem eleitos em eleições para o Parlamento Europeu e nas eleições municipais no Estado-Membro em que residem, da mesma forma que os nacionais desse Estado (artigo 8.º-B do TUE).
- c) O direito a proteção diplomática e consular de qualquer Estado-Membro quando se encontrem em território de países terceiros em que o seu próprio Estado-Membro não se encontre representado, prestado nas mesmas condições que aos nacionais desse Estado (artigo 8.º-C do TUE).
- d) E ainda o direito dos cidadãos europeus de petição ao Parlamento Europeu e de se dirigirem ao Provedor de Justiça, órgão criado com o propósito de receber queixas em situações de má administração na atuação das Instituições ou organismos comunitários, como explicitado no artigo 138.ºE (artigo 8.º-D do TUE).

As primeiras alterações a estes artigos verificaram-se em 1997 no Tratado de Amesterdão (TCE), algo que era expectável, uma vez que o próprio artigo 8.º - E do TUE,

previa a aprovação de “disposições destinadas a aprofundar os direitos previstos”(Tratado de Maastricht, 1992). As mudanças a efetuar teriam como base as conclusões de relatórios que a Comissão deveria apresentar com a periodicidade de três anos ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social, nos quais seria tido em conta“ o desenvolvimento da União” (Jerónimo, 2012). Assim, em Amsterdão, acrescentou-se aos supramencionados direitos o seguinte:

- e) O direito de se dirigirem por escrito a qualquer uma das instituições ou órgãos da União Europeia em qualquer uma das línguas dos tratados<sup>15</sup> e de obterem resposta na mesma língua (aditamento ao artigo 8.º-D do TUE, ex-artigo 21.º do TCE, atual artigo 24.º do TFUE).

Embora não diretamente relacionado com a questão da cidadania europeia, Amsterdão concedeu ainda aos cidadãos e residentes da UE o direito de acesso aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, respeitando determinadas condições (ex-artigo 255.º do TCE, atual artigo 15.º do TFUE) e o direito à proteção dos dados de carácter pessoal que lhes digam respeito (ex-artigo 286.º do TCE, atual artigo 16.º do TFUE).

A expansão dos direitos de cidadania europeia fica apenas completa em 2007, no Tratado de Lisboa, onde foi conseguido um importante avanço em termos de direitos de cidadania europeia, nomeadamente a introdução/criação do instrumento de iniciativa de cidadania europeia. Este permite que pelo menos um milhão de cidadãos da União de um número mínimo de Estados-Membros possa convidar a Comissão Europeia a apresentar uma proposta legislativa em matérias que julguem ser necessário (artigo 11.º, n.º 4 do TUE), nos domínios em que a UE tem competência para legislar. Os moldes da iniciativa de cidadania Europeia seriam, por sua vez, esclarecidos conforme especifica o artigo 24.º do TFUE<sup>16</sup>.

Os direitos de cidadania da União Europeia serão ainda reforçados no TFUE, ao serem enumerados no artigo 20.º, nº 2 (2012, pp.56–57), o que evidencia uma vez mais o destaque dado pelos responsáveis políticos à evolução do conceito de cidadania

---

<sup>15</sup> À altura eram 12 as línguas dos tratados.

<sup>16</sup> As condições de apresentação e admissão de uma iniciativa de cidadania europeia devem estar conforme o previsto no Regulamento (UE) n.º 211/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho (2011).

européia e dos direitos que dela decorrem. De igual importância, reveste-se o reconhecimento pela União Europeia do mesmo valor jurídico que os tratados aos direitos<sup>17</sup>, liberdades e princípios enunciados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, no artigo 6.º do atual TUE (2012, p.19)<sup>18</sup>.

No que aos deveres de cidadania europeia concerne, estes nunca são expressamente declarados nos tratados como acontece com os direitos. Entende-se que tal constitui uma grave lacuna e poderá representar uma condicionante para a instituição de uma cidadania europeia que é, por definição, um estatuto jurídico ao qual estão associados direitos, mas também deveres concretos. A única referência ao tema é feita no nº2 do artigo 20.º do TFUE (ex-artigo 8.º do TUE e ex-artigo 17.º do TCE)<sup>19</sup>, sem que os deveres sejam explicitados nos tratados. Apesar disso, podemos referir-nos aos deveres de cidadania europeia como um conjunto de obrigações que passam pelo dever de “assumir a identidade europeia”<sup>20</sup>; de aplicar na prática os valores europeus<sup>21</sup> e de reclamar o direito à justiça<sup>22</sup> (Cf. CIEJD 2012a; Governo de Portugal 2014, p.9).

Posto isto, coloca-se a questão de que caminho seguirá a cidadania europeia daqui por diante? Já que, sem o intuito de minimizar o alcançado em matéria de cidadania europeia, fica latente a existência de uma grande margem para o enriquecimento do seu estatuto legal. Quer através da atribuição de mais direitos aos seus cidadãos como do próprio esclarecimento dos deveres que lhes são incumbidos.

Neste campo, Preuss (1995) sugere dois possíveis desenvolvimentos. Um passa pela permanência do conceito como uma terminologia que centraliza os direitos dos cidadãos da UE; o outro pressupõe um contínuo enriquecimento do seu estatuto legal (através da atribuição de mais direitos e deveres), capaz de criar laços entre os cidadãos

---

<sup>17</sup> De entre os quais se destaca o direito a uma boa administração por parte das instituições, órgãos e organismos da União Europeia (artigo 41.º).

<sup>18</sup> É também no Tratado de Lisboa que a UE adere à Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, dando mais um passo no reforço dos direitos dos cidadãos europeus.

<sup>19</sup> Segundo o artigo 20.º nº2 do TFUE “[o]s cidadãos da União gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres previstos nos Tratados”.

<sup>20</sup> Dever de compreender a história, dever de identidade e o dever de defesa.

<sup>21</sup> Dever de partilhar, dever de trabalhar e o dever democrático.

<sup>22</sup> Dever de justiça e o dever de contribuir para construir uma ordem mundial mais justa.

e a UE. Caso a resposta adote contornos mais próximos desta última hipótese, um resultado expectável será o fortalecimento da dimensão substancial de cidadania, o que nos leva à questão da participação e da identidade. Para uma melhor compreensão desta relação entre as duas dimensões de cidadania, a dimensão substancial e os seus componentes serão de seguida abordados.

### I.1.3. Dimensão substancial: Participação e Identidade

A substancialidade da cidadania refere-se aos componentes da participação dos cidadãos no processo cívico e da subsequente formação de identidade. A importância desta dimensão para a criação de um modelo de cidadania mais completo e abrangente reside na sua capacidade em atribuir ao conceito características que ultrapassam as meras questões formais dos direitos e dos deveres; bem como pela possível identidade formada através da participação, que é também um exercício de cidadania.

Fala-se de uma dimensão ativa da cidadania europeia e a sua primeira componente refere-se à participação na vida política europeia. Ora, aqui importa tratar os mecanismos e instrumentos de participação que são disponibilizados aos cidadãos europeus para que possam usufruir dos seus direitos e contribuir para as políticas europeias com efeitos diretos sobre as suas vidas.

Dos mecanismos de participação destaca-se, desde já, a possibilidade de eleger e ser eleito em eleições para o Parlamento Europeu, bem como nas eleições municipais no Estado-Membro em que residem, prevista no ex-artigo 8.º-B do TUE. Infelizmente no que às eleições europeias respeita, estas são consideradas eleições de “segunda ordem” e servem frequentemente como forma de penalização dos governos eleitos, sendo a baixa taxa de participação reflexo das tensões internas dentro de cada Estado-Membro. Foi esse o caso em Portugal, como revelam os dados relativos às últimas eleições para o Parlamento Europeu em 2014, onde se registou a mais baixa taxa de participação de sempre (33,67%) desde que Portugal aderiu às Comunidades Europeias em 1986 (Parlamento Europeu, 2014a)<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> As taxas de participação nacional dos três atos eleitorais anteriores ilustram o desinteresse dos portugueses nas eleições europeias com valores de 39,93% (1999), 38,6% (2004), 36,77% (2009), sempre inferior à média da UE.

Tão importante como as eleições é a possibilidade de realizar referendos prevista nas Constituições dos próprios Estados-Membros<sup>24</sup> no caso de questões de relevante interesse nacional. Um mecanismo que amplia a dimensão do debate público sobre as questões europeias e fomenta o conhecimento sobre a União. Há que reconhecer a importância que um referendo num qualquer Estado-Membro da UE pode adquirir. Aliás, são vários os exemplos de situações em que referendos impediram avanços no processo de integração europeia ou alteraram o rumo do projeto Europeu<sup>25</sup>.

Apresentar uma petição ao Parlamento Europeu constitui outro dos direitos dos cidadãos europeus e é igualmente uma forma de participação. Uma petição pode ser apresentada de forma individual ou em associação e depois de apresentada no Portal das Petições, compete à Comissão das Petições responder-lhes e procurar uma solução não judicial para as preocupações levantadas pelos cidadãos em matérias relacionadas com os domínios de intervenção da UE<sup>26</sup> (Parlamento Europeu, s.d.).

Outro mecanismo de participação de grande importância são as consultas públicas. Uma consulta pública é dirigida aos cidadãos europeus e *stakeholders* convidando-os a pronunciarem-se sobre as políticas e legislação da União Europeia. Podem ser abertas pela própria Comissão ou por qualquer uma das Agências Europeias e convidar qualquer cidadão individual, empresas ou organizações com conhecimento especializado ou maior interesse numa determinada matéria a darem o seu contributo para a elaboração dos projetos de proposta. A Comissão elabora as propostas e apresenta-as depois ao Conselho e ao Parlamento Europeu (União Europeia, 2015a).

No caso da não existência de legislação europeia sobre determinada matéria que seja do domínio da União, os cidadãos europeus têm à sua disposição a Iniciativa de Cidadania Europeia (artigo 11.º, n.º 4 do TUE). Uma Iniciativa de Cidadania Europeia que reúna todas as condições, cumpra os requisitos e recolha os apoios necessários exige que a Comissão a analise e receba os seus organizadores, podendo ou não resultar numa

---

<sup>24</sup> A realização de referendo de âmbito nacional em Portugal está prevista no artigo 115.º da Constituição da república Portuguesa (Portugal, 2005).

<sup>25</sup> Um primeiro exemplo disto foi o referendo realizado na Dinamarca aquando da ratificação do Tratado de Maastricht, em que o 'não' ganhou com 50,7%. Já num segundo referendo ganhou o 'sim' permitindo a assinatura do tratado (com *opt-out* da Dinamarca do euro). Ou ainda a rejeição da Constituição Europeia em França e nos Países Baixos, ambos por via de referendo.

<sup>26</sup> Os domínios de intervenção da UE podem ser consultados em: <http://goo.gl/R6s1IP>.

efetiva proposta de legislação depois da análise e audição pública no Parlamento Europeu. Este é mais um exemplo de que o envolvimento dos cidadãos na elaboração das políticas públicas da UE se está a tornar prática comum, em parte fruto dos incentivos da própria União através da Comissão<sup>27</sup>.

Aos instrumentos de participação instituídos nos tratados soma-se a capacidade de uma parte da sociedade civil, i.e. grupos de interesse, influenciar o processo político através da prática de *lobbying* (e *advocacy*). Com o objetivo de tornar o processo mais transparente, a participação destes grupos de interesse foi alvo de regulamentação<sup>28</sup>. O que no entanto não lhes retira peso, já que a sua influência na formação das políticas da União Europeia continua a ser determinante.

A participação passa também pela garantia de responsabilização (*accountability*). Neste campo verifica-se, para começar, a possibilidade do cidadão apresentar queixa ao Provedor de Justiça Europeu, denunciando situações em que julga não estar a ser feita uma boa administração por parte das instituições e organismos europeus. Qualquer cidadão, residente, empresa ou associação de um Estado-Membro da UE pode apresentar queixa ao Provedor de Justiça Europeu (União Europeia, 2011, p.5). Em caso de situações que se suspeite de fraude relativa a financiamento europeu ou que tenha sido cometida pelo pessoal das instituições europeias, poderá ser apresentada uma denúncia ao Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF). Já quando são os Estados-Membros que não estão a aplicar corretamente a legislação europeia, a queixa deve ser apresentada à Comissão Europeia. Resta ainda o recurso ao Tribunal de Justiça da União Europeia, ao qual os cidadãos europeus, empresas e alguns organismos podem recorrer se julgarem que os seus direitos não foram respeitados por uma instituição europeia<sup>29</sup>.

Apesar de ser evidente a ainda reduzida utilização de alguns dos mecanismos acima mencionados por parte dos cidadãos é de ressaltar a sua existência e o esforço

---

<sup>27</sup> No caso português porém, dados do EB 80 (novembro, 2013) demonstram que a Iniciativa de Cidadania Europeia não é muito popular entre os cidadãos portugueses, já que 64% dos inquiridos afirma ser improvável a sua utilização.

<sup>28</sup> Foi implementada a obrigatoriedade de registo destes grupos num Registo de Transparência (União Europeia, 2015b)

<sup>29</sup> Depois de, em princípio, terem sido esgotadas as hipóteses de resolver a questão a nível nacional.



feito pelas instituições da UE na sua promoção. Independentemente da forma de participação no projeto Europeu, considera-se que a possibilidade de envolvimento dos cidadãos contribui, por si só, para uma maior legitimidade e democraticidade do processo.

A identidade dos cidadãos, segunda componente da dimensão substancial da cidadania, é tradicionalmente considerada como estando localizada na nacionalidade, ou seja, a pertença a uma comunidade política de base nacional. Porém, alguns autores acreditam que esta tendência poderá estar a mudar (Preuss, 1995). De uma ou outra maneira, a identidade é um conceito indissociável da anterior dimensão formal, pois os direitos e deveres de cidadania europeia (componente formal) têm de ser sustentados por uma identidade coletiva comum.

Uma identidade política coletiva é estimulada através de práticas comuns partilhadas entre os cidadãos<sup>30</sup> (Neumann, 2006). Contudo, uma identidade coletiva comum europeia não pode ter como base fatores, estritamente, culturais, pois as diversidades existentes assim não o permitem. Ainda assim, Delanty (1997, p.297) acredita na tese de que a construção da identidade europeia deve ser feita em torno de uma compreensão essencial de cultura.

Por outro lado, a existência de uma identidade política na UE não é consensual. Sobre o assunto, Carlo Gamberale (1997, p.37) afirma que “apenas um modelo de identidade coletiva com base na associação política conseguirá conciliar todas as diferentes culturas e identidades nacionais europeias”. Já Cerutti (2003, p.27) define que uma identidade política é “o conjunto de valores e princípios políticos e sociais que reconhecemos como nossos ou, na partilha dos quais, nos sentimos como um ‘eu coletivo’, como um grupo ou entidade política”. Acrescenta ainda que é o reconhecimento de determinados elementos como nossos que torna uma identidade política real.

Antes de mais, na União Europeia os cidadãos têm como práticas comuns os direitos e deveres de cidadania europeia, isto é, uma atividade política comum dentro do território da União (Gamberale, 1997). Assim, é possível argumentar que o tipo de

---

<sup>30</sup> Ou práticas que se julgam ser partilhadas, pois na realidade não têm de o ser.

identidade coletiva comum em causa é a política, que exige apenas uma atividade política comum dos cidadãos e se consegue através das práticas comuns partilhadas entre eles (Gamberale, 1997, p.6). Mais ainda porque a diversidade cultural não é impeditiva da evolução de uma comunidade política (Cerutti, 2003, pp.13–27)<sup>31</sup>. A existência de uma comunidade política europeia, não significa que os cidadãos europeus tenham noção da existência dessa comunidade, isto é, que tenham desenvolvido um ‘sentimento de comunidade’ (Scheuer e Schmitt, 2009, p. 27)<sup>32</sup>. Scheuer & Schmitt (2009) explicam também que a identidade pode ser medida em termos de compreensão da cidadania<sup>33</sup> e orgulho em ser um cidadão europeu, aspetos que serão avaliados no caso de Portugal. Já a medição do sentimento de pertença<sup>34</sup>, por sua vez, é feita através da confiança no povo europeu e na aceitação de novos membros.

Assim, um verdadeiro conceito de cidadania europeia beneficia da inclusão da questão formal dos direitos e deveres e da questão substancial da participação e identidade. Shaw demonstra isso mesmo ao citar Chantal Mouffe, quando se refere ao projeto Europeu dizendo que:

“If Europe is not to be defined exclusively in terms of economic agreements and reduced to a common market, the definition of a common political identity must be at the head of the agenda and this requires addressing the question of citizenship. European citizenship cannot be understood solely in terms of a legal status and set of rights, important as these are. It must mean identifying with a set of political values and principles which are constitutive of modern democracy.”

(Mouffe 1992 citado por Shaw 2003, p.296)

Permanecer um conceito vazio de significado parece não bastar para a cidadania europeia, pelo que o mais certo será a sua evolução para uma verdadeira cidadania, com mais direitos, esclarecimento dos deveres e a consequente identificação por parte dos cidadãos europeus. Quaisquer que sejam os futuros desenvolvimentos, a vontade da União Europeia parece apontar para o reforço do conceito em ambas as dimensões. Algo que se denota na legislação e trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Comissão

---

<sup>31</sup> Pode existir uma unidade de valores e princípios políticos ao mesmo tempo que existe uma diversidade cultural na interpretação dos mesmos.

<sup>32</sup> Antes pelo contrário, segundo a lógica da formação de identidade, é o reconhecimento exterior que mais importa para a formação de uma identidade em política (Cerutti p.24).

<sup>33</sup> Tradução do original “perceived citizenship”.

<sup>34</sup> Tradução do original “we-feeling”.

Europeia nos últimos anos. O investimento institucional que tem vindo a ser feito na cidadania europeia será, de seguida, analisado.

## 1.2. Visão institucional de Cidadania Europeia

Nos pontos anteriores esclareceu-se a forma como as instituições europeias têm vindo a reforçar, através dos tratados da UE, os direitos de cidadania Europeia e o conceito de cidadania em si. Focamo-nos, agora, nas ações desenvolvidas pela Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, ou seja, aquelas que não necessitam da ratificação dos Estados-Membros para serem efetivadas.

Depois de, em 2010, a Comissão ter apresentado o primeiro Relatório sobre a Cidadania da UE, constataram-se lacunas entre os direitos dos cidadãos europeus e o seu usufruto, nomeadamente no que à falta de informação respeita. Nesse sentido, foram anunciadas pela Comissão 25 ações para garantir que os cidadãos da UE passariam a melhor usufruir dos seus direitos na vida quotidiana, sendo uma dessas a proposta de 2013 como Ano Europeu dos Cidadãos (União Europeia, 2010).

Após a publicação deste relatório, a Comissão não descurou o seu trabalho de promoção da cidadania Europeia e foram muitas as ações no sentido de incluir os cidadãos no diálogo sobre a construção da Europa e de saber quais as suas expectativas para o futuro. Este processo englobou uma série de audiências públicas e participação em eventos que promoveram o diálogo com os cidadãos por toda Europa, culminando na «Agenda dos Cidadãos Europeus: Os europeus têm uma palavra a dizer»<sup>35</sup>. As conclusões daí retiradas foram levadas em consideração na elaboração do segundo Relatório sobre a Cidadania da UE, intitulado «Cidadãos da UE: os seus direitos, o seu futuro» de 2013, de onde saíram “12 novas ações-chave para melhorar a vida dos cidadãos da UE” (União Europeia, 2013b).

É em 2012, através da Decisão Nº. 1093/2012/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de novembro que 2013 é designado com o «Ano Europeu dos Cidadãos»

---

<sup>35</sup> Os resultados desta consulta pública e diálogos com os cidadãos podem ser consultados na totalidade em (União Europeia, 2013a).

(AEC) (2012)<sup>36</sup>. A escolha do ano de 2013 é uma forma de celebração dos 20 anos da introdução do conceito de cidadania no Tratado de Maastricht, mas adquire mais importância se considerarmos o aproximar das Eleições Europeias de 2014<sup>37</sup>, as primeiras que poderiam ter influência na escolha do Presidente da próxima Comissão e já que o exercício do voto nestas eleições é um direito de todos os cidadãos europeus.

A partir desse momento, informar os cidadãos sobre os seus direitos de cidadania europeia durante o AEC2013 passa a ser uma das prioridades no domínio da comunicação interinstitucional em 2013-2014 (Comissão Europeia, 2014b, p.3). Os seus principais objetivos eram, *inter alia*: sensibilizar os cidadãos europeus para os seus direitos e para a forma como podem beneficiar deles e das políticas da UE; e fomentar a participação ativa dos cidadãos em fóruns sobre as políticas da União, incentivando o debate (Comissão Europeia, 2014b, p.3). Sobre a sua implementação, o Parlamento Europeu lamentou que “devido à escassez de financiamento e à falta de ambição política [o AEC2013] tenha tido uma fraca visibilidade mediática e não tenha gerado um debate alargado, e com visibilidade pública, sobre a cidadania europeia” (Parlamento Europeu, 2014b, p.10). Em Portugal, o Relatório sobre o AEC2013 (Governo de Portugal 2014), salienta os aspetos positivos, as inúmeras atividades e sinergias desenvolvidas, e deixa em simultâneo a impressão de que os resultados ficaram aquém do pretendido<sup>38</sup>.

Não obstante, ainda no âmbito da promoção da cidadania europeia, é de ressaltar a adoção de dois principais programas da UE para o financiamento de atividades no domínio da cidadania da UE. O primeiro, intitulado Programa “Direitos, Igualdade e Cidadania”<sup>39</sup> (período de 2007-2013), procurava contribuir para o maior desenvolvimento de um espaço em que a igualdade e os direitos das pessoas sejam

---

<sup>36</sup> Na Resolução do Parlamento Europeu, de 15 de dezembro de 2010, sobre a situação dos direitos fundamentais na União Europeia (2009) já tinha sido efetivado este mesmo convite— aplicação efetiva após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa (2009/2161 (INI)), JO C 169 de 15.6.2012, p. 49.

<sup>37</sup> Devido às eleições para o Parlamento Europeu (22 a 25 de maio de 2014), as atividades do AEC2013 prolongaram-se até ao final de 2014, com especial ênfase nos meses que precederam as eleições.

<sup>38</sup> A decisão tardia sobre o Ano Europeu e consequente nomeação da Coordenação Nacional e da Comissão Nacional de Acompanhamento do AEC não permitiu a candidatura a qualquer programa comunitário, pelo que todas as atividades realizadas foram suportadas pelos seus organizadores e não contaram com qualquer orçamento nacional ou europeu (Governo de Portugal 2014, p.16).

<sup>39</sup> De acordo com o Regulamento (UE) Nº. 1381/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro de 2013.

promovidos, defendidos e efetivamente exercidos. O segundo e atual «Programa Europa para os cidadãos» (em vigor entre 2014-2020)<sup>40</sup>, deve “promover a cidadania europeia e melhorar as condições para a participação cívica e democrática a nível da União”, tal como previsto no artigo 1.º N.º.2, alínea b) (Regulamento (UE) N.º. 390/2014 do Conselho, 2014, p.5).

O tema da Cidadania Europeia merece igualmente destaque no portal *web* que lhe é dedicado «Cidadania da UE» (União Europeia, 2014b). Um local que embora apresente o inconveniente de não estar disponível em todas as línguas oficiais da UE, informa os cidadãos europeus sobre: os seus direitos de cidadania; formas de debater e participar na construção europeia; o Programa «Europa para os cidadãos»; possibilidades de voluntariado (no qual existe reconhecida contribuição para a cidadania). A que se soma o portal «A sua voz na Europa» (União Europeia, 2014a), onde a Comissão disponibiliza o acesso a consultas públicas e outros meios de expressão de opinião, através dos quais os cidadãos se podem pronunciar sobre as políticas da UE nas suas várias fases e participar no processo legislativo.

Após esta enumeração de iniciativas por parte da Comissão Europeia e a instância permanente das demais instituições europeias em fazer mais e melhor, parece inegável a preocupação em fortalecer a Cidadania Europeia e o seu exercício. Resta agora perceber se este esforço institucional tem contribuindo para a efetiva diminuição da distância existente entre os cidadãos europeus e a UE e para uma maior identificação dos direitos de cidadania europeia. Por outro lado, interessa perceber que impacto estará esta aposta a surtir a nível nacional. Será que os cidadãos portugueses se identificam com a sua cidadania europeia e conseguem nela reconhecer os direitos e deveres que lhes estão adjacentes? Importa, por isso, tentar compreender o estado da Cidadania Europeia em Portugal, algo que é proposto no ponto seguinte.

---

<sup>40</sup> Instituído por aprovação do Regulamento (UE) N.º. 390/2014 do Conselho, em abril de 2014, embora com orçamento mais reduzido que o seu antecessor.

### 1.3. Cidadania europeia em Portugal

A entrada de Portugal na União Europeia, em 1986<sup>41</sup>, juntamente com Espanha, era entendida como a abertura de Portugal à modernidade, mas também como a consolidação da democracia no país e colhia o agrado da grande maioria dos portugueses. Completos 30 anos da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) o contexto económico e social é diferente e a popularidade da adesão desceu consideravelmente.

No entanto, as consequências práticas da integração de Portugal na União Europeia que interessam apurar limitam-se à questão do reconhecimento e da titularidade da cidadania Europeia e dos respetivos direitos e deveres<sup>42</sup>. O foco será, por isso, colocado em traçar o retrato da situação do (re)conhecimento da cidadania Europeia em Portugal, tendo por base uma análise realizada aos resultados dos últimos seis Eurobarómetros – volume da Cidadania – realizados entre 2012 e 2014<sup>43</sup> (Comissão Europeia & TNS Opinion & Social, 2012a, 2012b, 2013a, 2013b, 2014a, 2014b).

Relativamente à identificação da sua cidadania Europeia, os dados do mais recente Eurobarómetro (EB82 – novembro 2014) revelam que 66% dos cidadãos portugueses inquiridos se sentem cidadãos europeus, tendo existido um aumento de seis pontos percentuais desde o EB77 (maio 2012). Um valor que, embora esteja acima da média europeia (63%), comparativamente a Estados-Membros mais recentes como a Lituânia (71%), a Eslováquia (73%) ou a Estónia (78%)<sup>44</sup> se afigura mais baixo do que o expectável e tem potencial de crescimento.

No que respeita aos direitos de cidadania da UE, persiste um generalizado desconhecimento na sociedade portuguesa, 23 anos após em Maastricht terem sido consagrados em tratado. A análise dos cinco eurobarómetros referidos demonstra que nos últimos três anos o desconhecimento dos cidadãos portugueses inquiridos em

---

<sup>41</sup> Um pedido oficial de adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) foi feito a 12 de Março de 1977, depois de aprovado em Assembleia da República a 29 de Novembro de 1976.

<sup>42</sup> Tendo este facto em mente, não serão tecidas considerações sobre os pensamentos dos portugueses quanto aos aspetos positivos ou negativos da integração de Portugal na UE.

<sup>43</sup> A análise em detalhe dos seis Eurobarómetros pode ser consultada no Apêndice A.

<sup>44</sup> Estados-Membros desde 2004.

relação aos direitos de cidadania europeia se manteve acima dos 50%. Muito embora, do EB77 (maio 2012) para o EB82 (novembro 2014), se registe um progresso favorável (mais sete pontos percentuais), de momento, apenas 45% dos inquiridos julga conhecer os seus direitos de cidadania (EB82- novembro 2014).

Porém, este desconhecimento não é sinónimo de interesse em conhecer mais os seus direitos. Isto porque quando inquiridos sobre se gostariam de saber mais sobre os seus direitos de cidadania da UE, no EB77 (maio 2012), apenas 48% dos portugueses inquiridos respondiam positivamente. Ainda assim, conjectura-se uma alteração nesta situação, pois só no último ano [EB81 (junho 2014) e EB82 (novembro 2014)] houve um aumento de 13 pontos percentuais neste valor e atualmente 65% dos inquiridos gostaria de saber mais sobre os seus direitos de cidadania (média UE28 68%)<sup>45</sup>.

Perante este cenário pode concluir-se que, respeitando o sentimento de cidadania europeia é perceptível uma tendência para que os portugueses se sintam cada vez mais cidadãos europeus, mas que esse sentimento não é acompanhado pelo conhecimento dos direitos que lhe estão associados. Como tal, tanto a cidadania europeia como os direitos e deveres que lhe estão associados ainda são profundamente desconhecidos na sociedade portuguesa e mantém-se a necessidade de apostar na divulgação destes direitos de cidadania.

Face ao exposto, considera-se que a informação acima apresentada suporta parte da hipótese de trabalho que sustenta o presente relatório, onde se defende que 'Um número significativo dos cidadãos portugueses permanece alheio à sua cidadania europeia'. Nos capítulos seguintes, procura-se corroborar a segunda parte da hipótese de que 'O trabalho desenvolvido pelo CIEJD é fundamental na atenuação desta lacuna'. Assim sendo, segue-se a caracterização do CIEJD, onde se destaca a forma como a instituição estimula a participação dos portugueses no processo de construção europeia e, por acréscimo, o conhecimento e exercício da cidadania europeia em Portugal.

---

<sup>45</sup> De destacar ainda que, de um modo geral, são os direitos relacionados com a mobilidade dos cidadãos dentro dos Estados-Membros da UE, que mais interessam aos inquiridos portugueses (consultar o Gráfico 3 do Apêndice A), embora 13% a 15% dos inquiridos não tenha interesse em saber mais sobre qualquer direito de cidadania europeia.





## Capítulo II: Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Segue-se a caracterização da instituição na qual o estágio se realizou. Esta exposição pretende apresentar a história do CIEJD; a sua missão e objetivos; a ação que desempenha na sociedade portuguesa; bem como a natureza das atividades e iniciativas que desenvolve, com especial destaque para a sua ação no estímulo da Cidadania Europeia.

### II.1. História e criação

O CIEJD está atualmente integrado na Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE), Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), sendo um serviço de Administração Central. Contudo, nem sempre foi este o caso e, por forma a melhor analisar os serviços de informação que este presta à sociedade portuguesa, importa fazer referência às origens e processo evolutivo do Centro.

A criação do Centro de Informação Europeia Jacques Delors decorre de uma mudança da política interna de comunicação, no seguimento da adesão de Portugal às, então, Comunidades Europeias, em 1986. O protocolo que o institui é assinado entre o Governo Português e a Comissão Europeia no ano de 1994, com o intuito de dar "resposta à crescente procura de informação por parte da opinião pública (...) e esclarecer os cidadãos da forma mais clara e transparente possível acerca dos objetivos e resultados das políticas europeias" (Governo de Portugal, 1994, p.2). No ano seguinte, a criação do Centro é promulgada em Diário da República (Resolução do Conselho de Ministros N.º 20/95, 1995), sob a denominação de Centro de Informação Jacques Delors (CIJD), Presidente da Comissão Europeia à altura da criação do Centro<sup>46</sup>, uma sugestão do próprio Estado Português. A partir deste momento, o Centro assume o estatuto de um Agrupamento Europeu de Interesse Económico (AEIE) e é constituído por um período de 12 anos (renovável).

---

<sup>46</sup> Jacques Lucien Jean Delors encabeçou o cargo de Presidente da Comissão europeia durante três mandatos (1985-1995) e o seu contributo para a transformação do projeto Europeu é notável. Esteve presente na inauguração do Centro a 27 de março de 1995 e, desde então, tem por algumas ocasiões visitado e colaborado em atividades do Centro (contribuía regularmente com artigos para a revista «Europa: Novas Fronteiras» da autoria do Centro)(CIEJD 2013b).

A responsabilidade de prestar informação e esclarecimentos relativos a questões da integração europeia era inicialmente do Secretariado Europa 1992<sup>47</sup>, criado em 1988 (Resolução do Conselho de Ministros N.º. 42/88, 1988). Todavia, a resolução N.º. 20/95 do Conselho de Ministros (1995) transfere para o CIJD parte substancial das suas competências, extinguindo-o.

Em 1999, o Centro é registado com uma nova denominação, passando a designar-se 'Centro de Informação Europeia Jacques Delors', como é conhecido atualmente. O ano de 2008 marca a história desta instituição por ser o momento em que o CIEJD passa a integrar a DGAE, fazendo agora parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e mudando de instalações do Centro Cultural de Belém para o Palacete do Relógio, no Cais do Sodré<sup>48</sup>.

Esta decisão é oficializada no Decreto-Lei n.º 207/2007 de 29 de maio (2007) e foi justificada pela “necessidade de preservar o papel que o Centro tem vindo a desempenhar no sentido da divulgação e informação sobre assuntos europeus”<sup>49</sup> (Botelho, 2007), entendida pelo Governo Português como essencial. A integração na DGAE é entendida como o reconhecimento da qualidade e eficácia do trabalho desenvolvido pelo Centro desde a sua implementação em 1995, passando a estar sob a tutela do Governo Português e não das instituições comunitárias.

Por esta altura, iniciaram-se contactos com a Comissão para definir um novo quadro de cooperação no âmbito de uma parceria estruturada em matéria de comunicação sobre questões europeias, que culminam na assinatura da Parceria de Gestão entre o Governo Português e a Comissão Europeia<sup>50</sup>. Desde 2008, o CIEJD passa a apresentar uma nova configuração institucional e adquire renovada importância na

---

<sup>47</sup> Os Secretariados Europa 1992 existiam por toda a Europa com a função de completar o mercado interno e, a 31 de dezembro de 1992, quando extinguiram a sua função, a sua rede de contactos foi aproveitada aquando da criação do Centro.

<sup>48</sup> O local foi escolhido por ocasião da futura localização das agências europeias sediadas em Portugal. A mudança só viria a efetivar-se em 2008.

<sup>49</sup> Esta necessidade surge em novembro de 2005, após a Comissão Europeia ter aprovado em Conselho de Ministros Europeu novas orientações que não lhe permitem participar em organismos de direito privado. A Comissão decide então não renovar a sua participação no CIEJD, propondo em alternativa uma Parceria de Gestão ao Governo Português (Cf. Cardoso, 2007).

<sup>50</sup> O seu papel no âmbito da Parceria de Gestão será posteriormente explicitado.

divulgação de informação europeia aos cidadãos portugueses. Já a sua equipa, funções e identidade visual mantêm-se inalteradas.

Importa ainda referir que, em 2012, o Centro volta a mudar de instalações, encontrando-se atualmente no Palácio da Cova da Moura, junto da DGAE, que assim centraliza os seus serviços.

## II.2. Missão e objetivos

Desde o estabelecimento do Centro, que o seu principal objetivo é assegurar a disponibilização de informação em língua portuguesa sobre a UE, promover o conhecimento e estimular a participação dos cidadãos portugueses no processo de construção da UE. No seu sítio internet oficial, o CIEJD afirma ter por missão “estimular a participação dos cidadãos, em particular jovens, na vida e na construção europeias, através da informação e debate dos temas comunitários” (CIEJD 2013a). Afirmar igualmente o objetivo de informar os cidadãos e de responder às suas necessidades de esclarecimento, formação e divulgação sobre temáticas europeias (CIEJD 2013a).

Aquando da integração do CIEJD na DGAE, a lei orgânica implementada pelo Decreto Regulamentar Nº. 12/2012 de 19 de janeiro (2012, p.331) atribuiu ao CIEJD as seguintes competências:

- a) Contribuir para o desenvolvimento e a difusão da política de informação e comunicação da União Europeia em Portugal;
- b) Promover e organizar cursos, ciclos de estudos, seminários, encontros e estágios sobre temas relacionados com a União Europeia;
- c) Divulgar o lançamento dos procedimentos de seleção de funcionários das instituições da União Europeia, bem como promover e organizar ações de formação adequadas à preparação dos respetivos candidatos;

Desde então, tem sido apanágio do CIEJD procurar desempenhá-las, tendo em consideração a satisfação e adequação às necessidades informativas dos seus diferentes públicos. As ações de formação e atividades do Centro procuram atingir a população portuguesa em geral, quer se tratem de jovens e estudantes; Professores e outros multiplicadores de informação; especialistas e investigadores de língua portuguesa; ou do público menos informado sobre o projeto da União.

### II.2.1. Parceria de Gestão

Com vista a assegurar o cumprimento desta missão e o alcance dos seus objetivos, o CIEJD tem vindo a desenvolver a sua atividade desde 2008 como Organismo Intermediário na Parceria de Gestão<sup>51</sup> entre o Governo Português e a Comissão. Sem prejuízo da prossecução da sua atividade, o ano de 2014 foi o último da Parceria de Gestão e o CIEJD continua a sua ação como serviço de administração central<sup>52</sup>.

A adoção de uma Parceria de Gestão não é, no entanto, exclusiva ao Governo Português e ao Centro. A Comissão já aplicou esta estratégia de delegação de competências noutros países da União para responder às necessidades de informação dos seus cidadãos e cabe aos envolvidos decidir quando a sua continuação já não apresenta benefícios para as partes ou deixa de ser necessária nestes moldes. O objetivo de parcerias desta natureza é retirar o maior partido da coordenação das atividades de informação e comunicação sobre a União Europeia levadas a cabo pelos Estados-Membros, Parlamento Europeu e Comissão (CIEJD 2012b).

Nas palavras da Diretora do Centro, Clotilde Câmara Pestana, a participação na Parceria de Gestão foi encarada como “uma oportunidade acrescida para suscitar uma participação mais ativa da sociedade civil no debate público europeu dos temas prioritários em matéria de comunicação”, passando desta forma a ter ao seu dispor mais recursos para desenvolver a sua missão de informação (Pestana, 2008). Durante o período da parceria<sup>53</sup>, a função do Centro foi agir como Organismo Intermediário, através de ações que contribuíssem “para o aumento da qualidade do debate público europeu, que promovam a participação ativa dos cidadãos e que apresentem (...) a União Europeia e as suas políticas” (CIEJD 2012b) e garantir a sua execução.

---

<sup>51</sup> A Parceria de Gestão foi renovada, pela última vez, em 2011 para o período plurianual de 2012-2015, mas terminou oficialmente no final de 2014 por decisão unilateral da Comissão Europeia.

<sup>52</sup> De momento decorrem negociações relativamente a uma possibilidade de continuação desta parceria em diferentes moldes.

<sup>53</sup> O período em causa refere-se a 2008-2014.

Estas ações são orientadas anualmente pelo Plano de Comunicação<sup>54</sup>, que define as diferentes tipologias de ações e iniciativas a desenvolver a nível nacional<sup>55</sup>. O Plano de Comunicação para 2013/2014 é especialmente significativo para a temática deste relatório, pois tem como um dos seus eixos a «Educação, Cultura e Cidadania: pilares do projeto Europeu»<sup>56</sup>, o que reforça a atenção dedicada à cidadania europeia por parte dos instituições europeias e o interesse na sua promoção junto dos cidadãos.

À semelhança das instituições europeias, também o CIEJD tem demonstrado uma preocupação na garantia de permanente contacto com os cidadãos portugueses. Este cuidado é evidente quer nas atividades e iniciativas que organiza ou nas quais participa, como nos projetos que desenvolve; este é o aspeto que será de seguida abordado.

### II.3. Atividades e Iniciativas

O campo de ação do CIEJD é demasiado amplo para apresentar, neste relatório, uma descrição exaustiva de todas as atividades que desenvolveu ou nas quais participou desde a sua criação em 1995, pelo que será feita uma referência sucinta das mesmas. Antes de mais, importa referir que estas atividades são garantidas pela equipa do Centro, dividida em duas unidades distintas: a Unidade de Informação e Comunicação (UIC) e a Unidade de Formação, Animação Pedagógica e Projetos (UFAPP).

Uma importante parte da ação do Centro é da competência da UIC e envolve o desenvolvimento e a participação em projetos, nos quais se associa com as mais variadas entidades da sua rede de parceiros. O objetivo primordial desta atividade é a promoção do conhecimento sobre a atualidade europeia e temáticas de relevo. De destacar os seus projetos «Carreiras Internacionais», «Trabalhar na União Europeia» e «Oportunidades de Negócio», que através dos seus sítios internet, sessões de

---

<sup>54</sup> Durante a Parceria de Gestão este plano era aprovado anualmente pela Célula de Coordenação (DGAE, Comissão Europeia e Parlamento Europeu) e executado pelo CIEJD com base nos eixos de comunicação definidos (Comissão Europeia, 2014a; CIEJD 2012b). Atualmente continua a existir uma coordenação entre as entidades sobre os temas prioritários de comunicação, definidas a nível europeu.

<sup>55</sup> O fim da Parceria Estratégica não significa uma mudança radical na forma como o CIEJD orienta a sua ação.

<sup>56</sup> Os outros dois eixos prioritários do Plano de Comunicação são: «União Europeia: Integração, Interdependência e Solidariedade»; e «União Europeia: sustentabilidade e uso eficiente de recursos».

informação e participação em eventos, fazem a divulgação das oportunidades de emprego, estágio e negócios na União Europeia e a nível internacional<sup>57</sup>. Esta unidade é responsável ainda pela Biblioteca Jacques Delors e gestão da Biblioteca Infoeuropa.

A UFAPP está encarregue das Aulas Jacques Delors (AJD), destinadas a alunos do ensino básico, secundário e profissional dos ensinos público e privado, onde são abordados os assuntos mais relevantes da União Europeia, como por exemplo: a Cidadania Europeia, o Ano Europeu para o Desenvolvimento e os 30 anos de Integração Europeia. No ano de 2014 foram realizadas 24 AJD, alcançando um universo de 847 alunos (CIEJD 2015c) e no primeiro semestre de 2015 contabilizam-se já 17 AJD (CIEJD 2015b). Esta unidade é também responsável pelo desenvolvimento e seleção de materiais e recursos pedagógicos sobre a União Europeia para os vários níveis de ensino e é crucial no desenvolvimento de alguns dos projetos do Centro. Faz igualmente a gestão da Parceria de Gestão.

Uma outra atividade que tem vindo a ser desenvolvida pelo CIEJD refere-se às edições que promove. A primeira é a sua revista semestral «Europa: Novas Fronteiras», de publicação bianual, que privilegia a análise e divulgação de temas relevantes da atualidade comunitária. Promove, ainda, o «Prémio Jacques Delors», uma publicação anual que distingue um ensaio académico, como incentivo ao aparecimento de obras inéditas, em língua portuguesa, sobre temas europeus.

Contudo, ainda que o Centro mantenha uma forte presença na sociedade portuguesa, participando em ações e iniciativas de cariz europeu, algumas das suas atividades pioneiras têm vindo a perder fôlego, como por exemplo a revista «Europa: Novas Fronteiras»<sup>58</sup> ou o seu sub-sítio “Aprender a Europa”<sup>59</sup>.

Não sendo possível o aprofundamento das atividades acima mencionadas, por condicionantes de dimensão deste relatório coloca-se agora o foco da análise naquelas que estão diretamente relacionadas com a Cidadania Europeia.

---

<sup>57</sup> Cada um destes projetos será mais detalhadamente explicado no ponto II. 4.1.

<sup>58</sup> Revista semestral, mas cuja publicação tem sido bianual.

<sup>59</sup> Desenvolvido com o apoio do PRODEP III (Programa de Desenvolvimento da Educação Portuguesa), disponibilizava um vasto conjunto de conteúdos direcionados para a comunidade educativa, que estão agora presentes no canal Aprender Europa.

### II.3.1. Atividades no âmbito da cidadania Europeia

A dedicação do CIEJD a este tema está espelhada, em primeiro lugar, na estruturação do seu sítio internet oficial, o portal Eurocid.pt, onde dedica um dos seus *dossiers* temáticos mais completos à cidadania europeia. Intitulado «Cidadania Europeia», este *dossier* oferece, por exemplo, um enquadramento sobre a história da cidadania europeia, esclarece os direitos de cidadania e responde a questões essenciais.

A este acrescenta-se o canal «Oportunidades», onde são disponibilizadas ferramentas para o exercício de uma cidadania europeia mais ativa e informada. Neste canal, os cidadãos podem encontrar informação útil e atualizada sobre: oportunidades de trabalho, estágio ou negócio na UE; apoios financeiros; prémios e concursos promovidos pela UE; e ainda as consultas públicas da Comissão e Agências Europeias, através das quais podem participar no processo de elaboração de legislação europeia. Os seus três sítios internet<sup>60</sup>, cuja informação pertinente e de fácil acesso permite uma prática ativa de cidadania europeia e incita a participação no projeto Europeu, podem também ser considerados um complemento a este canal.

O Centro procura igualmente promover a cidadania europeia através dos seus projetos e parceiros. O projeto “Inscrever a Europa nos Muros da Cidade” foi dos primeiros desenvolvidos neste âmbito, ilustrando os artigos da Carta dos Direitos Fundamentais da UE<sup>61</sup> (Cardoso, 2005). Um exemplo mais recente é o Projeto “Tempo para Aprender a Cidadania Europeia” (TACE)<sup>62</sup>, que dá formação à população reclusa sobre integração e cidadania europeia, ao mesmo tempo que procura envolver outros agentes que possam dar continuidade a projetos com temáticas europeias. Com os projetos em que participa, quer através do apoio que presta ou na simples divulgação de iniciativas, o CIEJD pretende promover a prática de cidadania nacional e europeia<sup>63</sup>.

---

<sup>60</sup> Estes sítios internet referem-se aos projetos «Trabalhar na União Europeia», «Carreiras Internacionais» e «Oportunidades de Negócio na UE» que serão explicitados no ponto II.4.1 Instrumentos de Ação.

<sup>61</sup> Levou a 14 localidades portuguesas, a 3 francesas e a 3 espanholas, painéis de azulejos que ilustravam estes artigos.

<sup>62</sup> Projeto desenvolvido em 15 estabelecimentos prisionais, em colaboração com a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) do Ministério da Justiça, que envolveu cerca de 230 reclusos.

<sup>63</sup> O CIEJD está envolvido em muitos outros projetos no âmbito da cidadania, como por exemplo o Projeto SEI! (Sucesso Educativo de Integração); o Programa de Educação para a Cidadania Democrática; Uma Nova Narrativa para a Europa.

A formação sobre cidadania europeia representa outro dos eixos fundamentais para a promoção do projeto Europeu e continua a ser uma aposta forte do CIEJD enquanto entidade formadora. Nomeadamente através das Aulas Jacques Delors, que visam despertar o interesse dos mais jovens para uma participação ativa na construção do projeto Europeu, e cujo uma das temáticas é a Cidadania Europeia. A que se soma o importante trabalho no desenvolvimento de instrumentos pedagógicos, presentes no canal «Aprender Europa». Um sítio que disponibiliza conteúdos adequados à população infanto-juvenil, com vista à sensibilização de crianças e jovens para os valores da cidadania europeia e o fomento do conhecimento das instituições e políticas europeias.

A Biblioteca Jacques Delors contribui também, em certa parte, enquanto canal de difusão e conhecimento da cidadania europeia, através da realização de mostras bibliográficas anuais focadas nesta temática e do acervo documental que disponibiliza aos seus utilizadores.

Merecem especial atenção as atividades e iniciativas desenvolvidas por ocasião do Ano Europeu dos Cidadãos e no âmbito das Eleições Europeias de 2014, no período entre janeiro de 2013 e abril de 2014. Neste campo, o CIEJD integrou o Conselho Nacional de Acompanhamento do AEC e foi entidade participante/organizadora em 40 atividades<sup>64</sup>, nas quais participaram cerca de 2.825 cidadãos (30% do total). Estas atividades envolveram sessões e jornadas de informação, a produção de artigos de jornal, ações de formação, cursos de cidadania europeia, etc..<sup>65</sup> O Relatório de Avaliação sobre o AEC em Portugal (Governo de Portugal 2014, pp.23–26) indica que, do total de atividades desenvolvidas, 14% foram da responsabilidade do CIEJD (DGAE/MNE), valor elucidativo do seu contributo para esta campanha dedicada ao cidadão europeu e a questões de cidadania europeia.

#### II.4. O CIEJD na sociedade portuguesa

A presença do CIEJD nos mais variados canais tem crescido e é relevante fazer aqui uma explicação da mesma. Fruto da existência de um universo informativo cada

---

<sup>64</sup> Uma lista destas atividades está disponível no Apêndice B deste trabalho.

<sup>65</sup> Contam para a análise apenas as atividades que dispunham de relatório de avaliação e registo e não o total do universo de iniciativas realizadas durante o AEC.



vez mais competitivo, a resposta parece passar por uma adaptação da estratégia de comunicação. A análise seguinte foca-se, por isso, nos meios de divulgação de informação de que o Centro dispõe e nos quais mais tem apostado, aqui referidos como instrumentos de ação.

#### II.4.1. Instrumentos de Ação

##### Portal Eurocid

O Portal Eurocid vem substituir o primeiro sítio internet do CIEJD ([www.cijdelors.pt](http://www.cijdelors.pt)) e foi desenvolvido no âmbito do projeto Eurocid (Sociedade de Informação)<sup>66</sup>. Neste portal, disponível no endereço [www.eurocid.pt](http://www.eurocid.pt), qualquer cidadão pode encontrar informação europeia tratada, atualizada e fidedigna sobre várias temáticas em língua portuguesa. Este sítio web apresenta uma organização em cinco canais específicos: CIEJD, Parceria de Gestão, Aprender Europa <sup>67</sup>, Temas e Oportunidades.

Através do Portal Eurocid, os cidadãos encontram num só sítio informações sobre: candidaturas a programas/fundos comunitários e nacionais, prémios e concursos europeus, empregos e estágios, eventos nacionais no âmbito europeu, conteúdos pedagógicos para as escolas, resposta a questões frequentes, *dossiers* temáticos, fontes de informação, documentos e formulários, etc. (CIEJD 2007). Em 2015, a comunidade dos utilizadores registados no portal Eurocid ascendia a 20.244 e o seu universo Internet apresenta de momento uma média mensal de 50.663 visualizações de página.<sup>68</sup>

##### Biblioteca InfoEuropa

A Biblioteca InfoEuropa é a base de dados em linha que contém a totalidade de acervo documental existente na Biblioteca Jacques Delors e constitui a maior base de dados nacional em assuntos europeus (cerca de 60 mil registos). Atualmente com

---

<sup>66</sup> Este projeto teve início em 2003 e também foi responsável pela criação da Biblioteca Infoeuropa.

<sup>67</sup> O canal Aprender Europa é dedicado à Comunidade Escolar e visa suscitar o interesse e facilitar o acesso à informação sobre a UE, através de diferentes conteúdos pedagógicos. Possui grande parte dos conteúdos do antigo “Aprender a Europa”, sub-sítio desenvolvido no âmbito do PRODEP III.

<sup>68</sup> Todos os dados relativos ao Universo Internet foram disponibilizados pelo CIEJD e obtidos através do Google Analytics em abril de 2015.

16.244 utilizadores registados e com uma média mensal de 70.801 visualizações de página, está disponível através do endereço [www.infoeuropa.euroid.pt](http://www.infoeuropa.euroid.pt).

O objetivo da Infoeuropa é disponibilizar toda a documentação de referência sobre assuntos europeus. Procura ainda responder às necessidades de informação dos cidadãos a nível dos assuntos comunitários, divulgar e tornar acessível toda a produção bibliográfica, nacional e internacional, sobre a União Europeia.

No seu sítio web, disponibiliza referências bibliográficas e documentos em formato eletrónico. A pesquisa de registos pode ser efetuada nos diferentes catálogos bibliográfico, apoios financeiros, oportunidades, conteúdos pedagógicos e arquivo de integração europeia. A Infoeuropa disponibiliza a todos os seus utilizadores a subscrição do serviço de atualização permanente sobre um determinado assunto, através da ferramenta RSS (CIEJD 2014a).

#### Biblioteca Jacques Delors

A Biblioteca Jacques Delors, inicialmente designada por Mediateca, é uma biblioteca especializada em assuntos europeus localizada no edifício da Reitoria da Universidade de Lisboa. O seu catálogo bibliográfico resulta da fusão dos fundos CIEJD e do Centro de Documentação da DGAE e da Representação da Comissão Europeia em Portugal, disponibilizando mais de 90 mil documentos.

Os serviços prestados na Biblioteca Jacques Delors vão desde a prestação de atendimento e serviço de referência; leitura presencial; empréstimo domiciliário e interbibliotecas (nacionais e europeias). Para além da disponibilização do serviço em linha, 'Infoeuropa', pertence à BAD<sup>69</sup> e à Eurolib (rede de cooperação entre bibliotecas institucionais da UE) e difunde gratuitamente as publicações e materiais do Serviço das Publicações da UE (CIEJD 2014b, 2012c, p.2).

#### Sítios Internet

Ao Portal Eurocid, página oficial do Centro, acrescem três sítios Internet da sua autoria e responsabilidade. São eles o «Trabalhar na União Europeia», o «Carreiras Internacionais» e o «Oportunidades de Negócio na UE».

---

<sup>69</sup> Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.

O Projeto «Trabalhar na União Europeia» foi lançado em 2011 e conta, de momento, com um total de 903.947 visitas (CIEJD 2015f). A média mensal é de cerca de 6 mil utilizadores. Este sítio internet é acessível através do endereço [www.trabalharnauniao europeia.eu](http://www.trabalharnauniao europeia.eu) e permite ao cidadão consultar todas as oportunidades de trabalho ou estágio nos organismos da União Europeia, ao mesmo tempo que procura esclarecer dúvidas sobre estas oportunidades.

O sítio «Carreiras Internacionais» foi lançado em junho do ano seguinte e está disponível no endereço [www.carreirasinternacionais.eu](http://www.carreirasinternacionais.eu) (CIEJD 2015a). Conta com um total de 1.340.313 visitas e uma média mensal de 11 mil utilizadores. Neste sítio Internet o CIEJD divulga as oportunidades na União Europeia (concursos *European Personnel Selection Office* - EPSO), Conselho da Europa, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), ONU (Organização das Nações Unidas), NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros para os cidadãos que procuram uma carreira internacional.

Por fim, também no ano de 2012, foi lançado o «Oportunidades de Negócio na UE» acessível no endereço [www.oportunidadesdenegociaue.eu](http://www.oportunidadesdenegociaue.eu), que apresenta uma média mensal de 2 mil utilizadores. Um sítio internet dedicado a empresas onde é feita a divulgação dos concursos públicos a decorrer nas instituições e organismos da União Europeia, em particular nas que se localizam em Portugal e esclarecidas dúvidas sobre o processo. Divulga igualmente os apoios financeiros e prémios existentes no âmbito empresarial.

Nenhum destes projetos é apenas digital. Todos dispõem de um serviço de atendimento por telefone e *e-mail* para esclarecimento de dúvidas, e envolvem uma participação regular em sessões de informação, eventos nacionais e feiras de emprego.

### *Newsletters*

As *Newsletters* são uma forma adotada pelo CIEJD para manter os seus utilizadores permanentemente atualizados sobre as mais recentes atividades e iniciativas do Centro e dos seus parceiros através de um boletim eletrónico. Permitem ainda manter o utilizador a par da Agenda da União Europeia que o Centro considera mais pertinentes e relevantes.

O Centro envia mensalmente: «*Newsletter* CIEJD», a «*Newsletter* Empresas e Empreendedores» e ainda a «*Flash* Biblioteca Jacques Delors»<sup>70</sup>(CIEJD 2014c). Os atuais dados do Portal Eurocid indicam que cerca de 20.066 utilizadores são subscritores da Newsletter do Centro(CIEJD 2015e).

### Redes Sociais

O CIEJD iniciou a sua presença nas redes sociais em 2009, como a criação e lançamento da sua própria página no *Facebook*, que conta de momento com 27.993 gostos (CIEJD 2015d). Em 2013, o Centro passa também a marcar presença no *LinkedIn*. Este foi igualmente o ano da Biblioteca Jacques Delors lançar a sua página de *Facebook*.

A adesão às redes sociais foi um passo lógico para uma instituição que pretende estar próxima dos cidadãos e responder às suas necessidades de informação rápida e atual.

Terminada a caracterização do CIEJD e descrito o seu campo de ação, verifica-se que este cumpre a sua missão institucional de difusão de informação europeia aos cidadãos portugueses. Uma conclusão sustentada pelos dados que se apresentam relativamente ao seu universo internet e às inúmeras atividades e projetos que desenvolve ou nos quais participa. De destacar o impacto positivo da sua ação na sociedade portuguesa enquanto promotor e disseminador de conhecimento sobre a UE e as suas atividades. Um dos efeitos comprovados deste impacto passa pelo aumento do número de candidaturas portuguesas a oportunidades de emprego e/ou negócio na UE. Traduz-se ainda nos crescentes convites à participação do CIEJD em eventos e sessões de esclarecimento, que são uma forma de reconhecimento externo da sua legitimidade na matéria e enquanto entidade formadora.

Julga-se, por isso, demonstrado que o trabalho desenvolvido pelo CIEJD é fundamental na atenuação do desconhecimento da cidadania europeia e fomenta a sua prática ativa e consciente, contribuindo para o (re)conhecimento da cidadania europeia em Portugal.

---

<sup>70</sup> Os *flashes* BJD são para um público direcionado, pelo que o envio abrange entre 300 a 400 subscritores.

## Capítulo III: Estágio

Este capítulo será dedicado à descrição do estágio curricular realizado na Unidade de Informação e Comunicação do Centro de Informação Europeia Jacques Delors, entre 1 de outubro de 2014 e 31 de março de 2015. Neste período de seis meses desenvolvi, entre outras, as atividades e funções previstas no Plano de Atividades elaborado pelo CIEJD<sup>71</sup>, e que se passa a explicar em detalhe.

### III.1. Atividades desenvolvidas

A principal componente deste estágio envolveu a atualização de conteúdos e *dossiers* em linha no sítio internet do CIEJD onde fazia a edição direta de conteúdos no portal, através do *backoffice* e de acordo com o Manual de Edição e Guia de Estilo<sup>72</sup> do CIEJD. Esta tarefa de produção e edição de conteúdos envolveu a pesquisa, análise e seleção de conteúdos de várias fontes de informação oficiais e não oficiais da UE.

Algumas destas tarefas tinham carácter de realização diária, ocasional ou a longo prazo, para serem desenvolvidas no decorrer do estágio. Segue-se a explicação e descrição dos vários tipos de atividades desenvolvidas.

#### III.1.1. Tarefas diárias

A grande maioria das atividades diárias que eram da minha responsabilidade envolviam a atualização e criação de conteúdos no sítio internet oficial do CIEJD em [www.eurocid.pt](http://www.eurocid.pt). Este sítio oficial divide-se em cinco canais específicos e durante o período de estágio contribui com novos conteúdos e atualizações ou reestruturações de outros para quatro deles.

Em primeiro lugar o canal CIEJD, para o qual produzi conteúdos quase diariamente, podendo tratar-se de conteúdos de agenda, projeto ou parceria.

Os conteúdos de agenda permitem a todos aqueles que visitam o sítio internet do CIEJD acompanhar as atividades e eventos organizadas pelo Centro ou nas quais este vai estar presente na qualidade de parceiro ou orador. Todos os conteúdos de agenda

---

<sup>71</sup> Este Plano de Atividades pode ser consultado no Anexo 1.

<sup>72</sup> O Guia de Estilo 2014 do CIEJD está disponível em: <http://goo.gl/fde0Is>

passariam depois automaticamente para a secção aconteceu, o que exigia um posterior acompanhamento desse conteúdo para fazer as alterações necessárias e, em alguns casos, incluir fotos do evento e materiais das apresentações efetuadas.

Desenvolvi também alguns conteúdos de parcerias e projetos para secção de atividades e iniciativas. As parcerias são um tipo de conteúdo onde se descreve a entidade que colabora com o CIEJD, o tipo de relação que têm entre si e em que se traduz a parceria em questão. Diretamente relacionados com estes estão os conteúdos projeto, que são a efetiva materialização das parcerias.

Segue-se o canal Oportunidades, aquele para o qual julgo ter produzido ou atualizado a maior quantidade de conteúdos ao longo do período de estágio.

Neste canal, a secção mais exigente era sem dúvida a dos 'Prémios e Concursos', pois este tipo de conteúdo envolvia despende tempo na procura de informação, leitura de regulamentos e, em especial, na tradução da informação de inglês para português. Estes conteúdos pretendiam disponibilizar de forma rápida e em português, a informação necessária sobre os requisitos de participação, entidade organizadora, critérios de avaliação e prazos de candidatura, etc.. Ainda no que respeita a esta secção, foi necessário proceder à atualização de todos os seus conteúdos, já que muitos não eram atualizados desde 2010 e grande parte dos quais tinham sido encerrados.

Também a secção de Bolsas de Estudo e Voluntariado foi totalmente atualizada por mim. Nesta última secção, a tarefa envolveu a revisão de toda a informação e a substituição das imagens de todos os conteúdos por outras com maior qualidade, pois tinha sido criada em 2009 e já não era atualizada desde 2012. Para a complementar, foi ainda acrescentado um conteúdo sobre a Lisboa – Capital Europeia do Voluntariado em 2015<sup>73</sup>.

Na secção das consultas públicas foram também efetuadas alterações. Inicialmente eram colocadas as consultas públicas em aberto divulgadas pelo CIEJD. No entanto, a secção já estava a tornar-se algo desorganizada e foi-me pedido que elaborasse um conteúdo onde constassem todas as consultas públicas abertas sobre os vários temas da UE. O resultado final foi um conteúdo onde podem facilmente ser

---

<sup>73</sup>Disponível em: <http://goo.gl/7uWT7o>

consultadas todas as consultas públicas em aberto das várias instituições e agências da UE, numa divisão efetuada por temas, que pode ser consultada no Apêndice C

O terceiro canal a ter em conta é o canal Temas, onde podem ser encontrados cerca de catorze *dossiers* relativos a vários temas da União Europeia. Para o desenvolvimento deste, contribui tanto com tarefas de atualização como de criação de conteúdos.

No *dossier* de Governação Económica atualizava regularmente as previsões económicas <sup>74</sup> conforme estas iam sendo lançadas pela Comissão Europeia, uma informação que seria posteriormente divulgada nas *Newsletters* do CIEJD. Ainda neste *dossier*, efetuei igualmente alterações à secção do Semestre Europeu, relativamente ao Semestre Europeu de 2015 e ao conteúdo da Agenda Económica Comum, acrescentando informação sobre os mecanismos de prevenção e supervisão (*six-pack* e *two-pack*)<sup>75</sup>. Esta tarefa envolveu pesquisa e tradução de informação dos documentos oficiais da Comissão Europeia e Parlamento Europeu sobre esta matéria.

Foi-me atribuída a tarefa de criar um novo *dossier* intitulado “Mares e Oceanos”<sup>76</sup>. Todos os conteúdos e textos para esse *dossier* já tinham sido preparados e planeados pela UFAPP, pelo que tive apenas de criar a secção e respetivos conteúdos com base naquilo que já havia sido estruturado, ou seja, passar do papel para o sítio internet.

Destaca-se também o *dossier* da Cidadania Europeia, no qual efetuei alterações estruturais e atualizações. No entanto, essa questão será abordada apenas no ponto III.2, já que se tratou de uma tarefa a longo prazo.

Por último, o canal Aprender Europa, para o qual também produzi e atualizei alguns conteúdos. Na Sala do Aluno, produzi o conteúdo de recursos pedagógicos sobre a UE<sup>77</sup>. Na Sala do Professor, secção das Aulas Jacques Delors, para além da atualização

---

<sup>74</sup> Disponível em: <http://goo.gl/n9QhLx>

<sup>75</sup> Disponível em: <http://goo.gl/dclPLI>

<sup>76</sup> Disponível em: <http://goo.gl/LEQTuW>

<sup>77</sup> Disponível em: <http://goo.gl/aABTKN>

do calendário da sala de formação e Fotogaleria, foi adicionado um conteúdo com comentários dos alunos que participam nas aulas organizadas pelo CIEJD<sup>78</sup>.

### III.2. Tarefas de longo prazo

A acrescentar às tarefas diárias na atualização de conteúdos, somam-se aquelas que exigiram um maior investimento de tempo e às quais me dedicava em simultâneo com as restantes tarefas diárias, em função da disponibilidade. Ao longo dos seis meses de estágio foram três as tarefas que realizei neste contexto.

#### Reestruturação do *Dossier* Cidadania

Começo pela reestruturação do *dossier* «Cidadania Europeia», localizado no canal Temas e desenvolvido inicialmente em 2008, mas que desde então tem sido alvo de poucas alterações. Esta tarefa foi-me atribuída pois, para além de existirem necessidades efetivas de atualização de conteúdos, demonstrei interesse em trabalhar o tema da Cidadania Europeia, à semelhança do que iria fazer no relatório de Estágio.

As alterações realizadas foram essencialmente ao nível de atualizações e reorganização de informação e conteúdos, mas envolveram também a reformulação de outros menos atrativos e muito pouco *user friendly*. O principal objetivo da reestruturação era disponibilizar no sítio de informação europeia em língua portuguesa um conteúdo mais atual, acessível e de navegação mais intuitiva.

Para tal, procedeu-se à atualização das secções e conteúdos do *dossier* que assim o exigiam, como por exemplo as «Questões frequentes» sobre Cidadania Europeia, que englobam os conteúdos «Essencial sobre Cidadania Europeia» e «Como fazer valer os seus direitos?» e os «Formulários/modelos europeus».

A secção «Fontes de informação» tinha inicialmente *links* e documentos sobre Cidadania Europeia. No entanto, por estar bastante desatualizada e se apresentar num formato que exigia uma constante atualização, foi reformulada passando a existir dois conteúdos em separado, um de «*Links*» e outro de «Documentos» sobre Cidadania Europeia. O conteúdo *Links* foi adaptado para um formato visualmente mais atrativo e fácil de consultar; o conteúdo documentos, ao invés de exigir uma inclusão manual de

---

<sup>78</sup> Disponível em: <http://goo.gl/prlNNm>



cada novo documento sobre Cidadania Europeia, passou a ser feito de forma automática através de um leitor de *feed RSS* que faz a ligação com o InfoEuropa.

A secção «Atualidade» passou a ser intitulada «Agenda de Cidadania Europeia» e foi das que mais alterações sofreu, com a eliminação de uma série de conteúdos que já estavam desatualizados ou com a sua transferência para outros *dossiers* mais adequados. Isto permitiu diminuir o número de conteúdos de 20 para apenas cinco e fazer com a secção voltasse a ser perceptível e ficasse com uma aparência muito mais organizada. Nesta secção podem agora ser encontrados conteúdos que divulgam notícias relacionadas com o tema a cidadania europeia ou eventos relacionados com a temática nos quais o CIEJD não participa ativamente. O resultado final pode ser consultado no Apêndice D.

#### [Reorganização da Secção «Prémios e Concursos» e Lista de Numeração](#)

A reorganização da secção «Prémio e Concursos» foi algo que percebi desde cedo ser essencial fazer. Em primeiro lugar, porque quando iniciei o estágio esta secção contava com mais de 220 conteúdos cuja numeração (ordem no sítio internet do CIEJD) era feita manualmente, de acordo com a data final de candidatura ao prémio ou concurso. E depois, porque no momento em que assumi esta tarefa, exceção feita à secção de «Candidaturas Abertas», não parecia existir qualquer lógica de organização nos conteúdos.

Apercebi-me desta necessidade depois de proceder à atualização dos conteúdos deste canal, como referido em III.1.1. Avancei por isso com a total reorganização de toda a secção de «Prémio e Concursos» e das «Candidaturas Abertas», o que envolveu também a renumeração de todos os conteúdos. Esta tarefa consumiu bastante tempo e exigiu uma atualização constante até ao último dia de estágio. Todavia, o resultado final foi compensador e julgo que será uma ferramenta de trabalho muito útil para o futuro. Esta lista pode ser consultada no Apêndice E.

#### [Conteúdo Wikipédia sobre CIEJD](#)

Aproximadamente a meio do meu período de estágio foi-me solicitado que efetuasse um conteúdo que pudesse ser utilizado como artigo Wikipédia sobre o Centro de Informação Europeia Jacques Delors. Uma tarefa morosa e exigente, na medida em que o texto teria de obter a aprovação institucional do CIEJD e permanecer claro e

informativo o suficiente à semelhança de qualquer conteúdo que possa ser encontrado na Wikipédia. Revelou ser, por isso, um grande desafio que obrigou a muita pesquisa e comparação com outras páginas da Wikipédia, nomeadamente relativas a instituições europeias.

Uma vez que não tinha carácter de conteúdo prioritário e com todas as tarefas diárias de que estava encarregue, acabei por finalizá-lo apenas no final do estágio. Julgo que ainda não se encontra disponível para consulta na Wikipédia, pelo que deve permanecer em fase de aprovação, um processo sempre bastante demorado. Não obstante, a versão final deste texto pode ser consultada no Apêndice F e tem por base o Capítulo II deste trabalho.

### III.2.1. Outras tarefas / atividades ocasionais

Simultaneamente às tarefas diárias e de longo prazo, existiram outras relacionadas com as atividades de informação e comunicação do CIEJD que realizava com menor periodicidade (mensal, quinzenal ou ocasionalmente), mas que também constituíram parte importante do estágio e que passarei agora a explicar.

Uma destas tarefas passava por preparar imagens das capas de livros para a «Newsletter Flash BJD»<sup>79</sup>, um instrumento de divulgação das mais recentes publicações adquiridas pela Biblioteca Jacques Delors junto dos seus utilizadores, investigadores e interessados em questões europeias. Cada Flash BJD divulga cerca de dez publicações, pelo que por vezes algumas capas não se encontravam facilmente na internet ou tinham má qualidade. Ocasionalmente também era necessário proceder à organização e contagem das novas publicações recebidas no CIEJD, uma tarefa que, pelo elevado número de publicações, normalmente envolvia a participação de todos os estagiários.

Colaborava igualmente na seleção, elaboração e atualização de alguns conteúdos para ambas as Newsletters do Centro «Portugal na União Europeia»<sup>80</sup> e «Empresas e Empreendedores»<sup>81</sup>, bem como prestava auxílio na sua revisão final antes de serem lançadas. E, apenas durante algum tempo, antes de existir um estagiário

---

<sup>79</sup> Exemplar de um Flash BJD pode ser consultado aqui: <https://goo.gl/Y4wEXr>

<sup>80</sup> Exemplar de uma Newsletter «Portugal na União Europeia»: <https://goo.gl/1LmqT5>

<sup>81</sup> Exemplar de uma Newsletter «Empresas e Empreendedores»: <https://goo.gl/dav5Hw>

dedicado exclusivamente ao sítio internet de Oportunidades de Negócio na UE, efetuei também atualizações na página de prémios deste sítio internet adicional do CIEJD<sup>82</sup>.

Por fim, desempenhei igualmente funções de apoio logístico às atividades de Informação e Comunicação do CIEJD através da participação em eventos. Muito embora o CIEJD tivesse participações muito regulares em eventos e sessões de informação, foram três os eventos nos quais participei. O primeiro evento foi o “Fórum da Juventude Europa-Lusofonia”<sup>83</sup> e realizou-se logo no início do estágio. Os dois eventos seguintes, por sua vez, decorreram numa fase mais avançada do estágio e tive efetivamente uma participação ativa em ambos. Segue-se então com um breve esclarecimento de cada uma dessas participações.

#### Bolsa de Empreendedorismo UE Empreende

A preparação deste evento começou com a elaboração do conteúdo de agenda<sup>84</sup> relativo à Bolsa de Empreendedorismo, seguindo-se a seleção de materiais, folhetos informativos e *roll-ups* que seriam divulgados no evento.

Desde a preparação do *stand* até ao encerramento do evento a equipa do CIEJD<sup>85</sup> foi sempre bastante solicitada, com períodos de maior ou menor afluência em consonância com a realização dos *workshops*. Os pedidos de esclarecimento e informação sobre oportunidades de negócio na União Europeia ou sobre como obter financiamento europeu foram uma constante. De destacar igualmente o elevado número de pessoas que subscreveram a *Newsletter* «Empresas e Empreendedores» e o sítio internet do CIEJD.

Embora esta tenha sido a minha primeira experiência de participação em eventos, de acordo com os comentários do Dr. Carlos Medeiros da Unidade de Informação e Comunicação, este foi dos mais bem-sucedidos em que o CIEJD esteve presente nos últimos tempos. Na minha opinião, um dos fatores que contribuiu para o sucesso do evento foi precisamente o tema apelativo que interessa aos cidadãos

---

<sup>82</sup> Sítio Internet: <http://www.oportunidadesdenegociaue.eu/premios>

<sup>83</sup> Para mais informação consultar: <http://goo.gl/txkMRV>

<sup>84</sup> Este conteúdo de agenda pode ser consultado no Apêndice G.

<sup>85</sup> Neste evento a equipa era constituída pelo Dr. Carlos Medeiros, um outro colega também estagiário (Michal Blasko) e eu própria.

portugueses. Mas também localização do *stand* do CIEJD na Bolsa de Empreendedorismo, que beneficiou do facto de ter uma posição central no recinto e de estar junto das representações das instituições europeias presentes (Representação da Comissão Europeia em Portugal e do Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal) com as quais trabalhámos durante o evento.

Sublinho, no entanto, o generalizado desconhecimento dos participantes em relação ao CIEJD e à sua missão de informação sobre a UE em língua portuguesa.

#### Futurália 2015

O outro evento no qual tive a oportunidade de participar tratou-se da edição 2015 da Futurália, que decorreu de 11 a 14 de março e para o qual elaborei igualmente um conteúdo de agenda<sup>86</sup>. Com a sua participação conjunta com as restantes instituições europeias com representação em Portugal, bem como as agências europeia, o CIEJD pretendia dar a conhecer a jovens as oportunidades de emprego, educação e formação na União Europeia.

Confesso que, por se tratar de um público-alvo mais jovem e de acordo com o *feedback* dos colegas de dias anteriores, esperava um menor interesse e até que houvesse alguma dificuldade em fazer passar a mensagem, o que não foi de todo o caso. Comparativamente ao evento anterior, houve uma menor afluência de pessoas ao *stand* do CIEJD. No entanto, tive a oportunidade de prestar vários esclarecimentos sobre oportunidades de estágio e trabalho em instituições europeias e também surgiram muitos jovens interessados em voluntariado. No caso dos Professores que acompanhavam os jovens, demonstravam sobretudo interesse em conhecer a Oferta Formativa do CIEJD para 2015 e na possibilidade de participar em Aulas Jacques Delors.

Negativamente há que salientar o desinteresse geral do público pelas apresentações a decorrer no centro do *stand* «União Europeia». Considero que o formato adotado deverá ser repensado numa futura edição, já que é bastante difícil prender a atenção de um público tão jovem quando tantas outras atividades mais cativantes estão disponíveis nos *stands* circundantes.

---

<sup>86</sup> Este conteúdo de agenda também pode ser consultado no Apêndice G.

### III.3. Análise do trabalho desenvolvido

Ao iniciar o estágio no CIEJD, tive desde cedo consciência que o nível de exigência era elevado, até porque o tipo de trabalho em causa é alvo de constante avaliação por parte do público, não existindo muito espaço para errar. Sabia também que esta seria uma excelente oportunidade de testar e aprofundar o conhecimento teórico que adquiri sobre questões europeias, aplicando-o no dia-a-dia. Este contacto diário com temáticas europeias sob um prisma diferente que não passa apenas por obter informação, mas que procurar igualmente informar.

De um modo geral, foi um constante mas eficaz processo de aprendizagem, durante o qual surgiram algumas dificuldades, que acima de tudo foram entendidas como desafios próprios de um primeiro contacto com o mundo profissional. Prosseguiu-se com uma reflexão sobre esse processo.

#### III.3.1. Aprendizagem e aplicação de conhecimentos

A primeira semana de estágio foi dedicada à formação, uma vez que não tinha quaisquer conhecimentos de *backoffice* ou linguagem *HTML*, ambos necessários para as tarefas que viria a desempenhar. Neste primeiro momento também foi fundamental a leitura do Guia de Estilo do CIEJD, para que se mantivesse a coerência entre conteúdos produzidos pelos vários colaboradores e do Manual de Edição, relativo à produção de conteúdos e tratamento de imagens. Gradualmente, também me foi sendo ensinado como produzir outros tipos de conteúdos (por exemplo conteúdos *link*) ou como criar secções, conforme surgia essa necessidade. Ainda assim, muitas questões técnicas apenas foram sendo adquiridas ao longo do tempo, quer com o auxílio dos meus colegas, como por aprendizagem própria.

As dificuldades sentidas na fase inicial prenderam-se com o facto de ter apenas um conhecimento superficial do sítio internet do CIEJD, o que dificultava a produção de conteúdos para os vários canais e secções com os quais ainda não estava familiarizada. Uma questão que com a prática foi rapidamente ultrapassada, e algumas semanas depois tornou-se bastante mais fácil mover-me no universo internet do CIEJD.

Quanto à produção de conteúdos, o que por vezes tornava a sua realização demorada passava por encontrar uma imagem adequada para associar ao conteúdo.

Isto porque todas as imagens deveriam respeitar os direitos de autor, cumprir os requisitos de dimensão e formato e ter, preferencialmente, um tratamento gráfico adequado.

A atualização de conteúdos, embora não constituísse uma tarefa muito complicada, exigia a pesquisa e confirmação de muita informação, bem como a correção de *links* quebrados. Os conteúdos de Projeto e Parcerias eram possivelmente aqueles que mais alterações sofriam até que fosse atingido o texto definitivo, pois tinham de ser aprovados a vários níveis e também sofriam constantes alterações e/ou correções.

A realização de conteúdos de prémios e concursos era uma tarefa demorada, em especial se fosse necessário fazer a tradução de regulamentos. Ainda mais dificultada quando se tratavam de prémios na área das ciências tecnológicas com extensa terminologia técnica específica. A questão da numeração de conteúdos no caso dos «Prémios e Concursos» também era um pouco mais problemática devido à grande quantidade de conteúdos, organizados por uma data limite, e localizados em mais do que uma secção. Pelo que julgo que a ferramenta da lista Excel<sup>87</sup> desenvolvida para ultrapassar esta situação foi a melhor solução possível.

Elaborar conteúdos de agenda conseguia ser ao mesmo tempo das tarefas mais simples ou complexas que tinha de desempenhar. Simples no sentido em que com a antecedência certa e com a quantidade de informação necessária, 20 minutos eram necessários para produzir um conteúdo deste género. Por outro lado, tive várias vezes de criar conteúdos com pouca informação ou informação que sofria constantes alterações; e outros em que a quantidade de informação era demasiada ou mais complexa, o que tornava a tarefa muito mais exigente.

A maior dificuldade que senti foi, sem dúvida, conciliar a realização das minhas tarefas diárias e de longo prazo com a necessidade de auxiliar ou dar formação a outros estagiários. Essencialmente porque apenas dispunha de 4 horas diárias para realizar as minhas tarefas e a necessidade de despende de parte desse tempo obrigava a que atrasasse o meu trabalho ou a que ficasse mais tempo para garantir que o conseguia completar. Este acabou por ser um dos maiores desafios que enfrentei durante o

---

<sup>87</sup> Esta lista pode ser consultada no Apêndice E.

estágio, mas também foi um dos mais recompensadores. Acredito que o auxílio que prestei foi um contributo para atingir os objetivos do CIEJD e permitiu-me a mim própria crescer a nível das relações interpessoais, que são fundamentais num ambiente institucional.

Muito embora me refira a estas situações como dificuldades, a verdade é com o tempo todas se foram tornando de mais fácil resolução e gestão, fruto da aprendizagem que realizei ao longo dos seis meses de estágio que foi, sem dúvida, fundamental para a minha formação. Para além de que o contacto diário com temas europeus foi importante também para testar e alargar a minha base de conhecimento e descobrir novas fontes de informação europeia que não havia utilizado anteriormente.

Uma experiência que me permitiu, em simultâneo, aplicar os conhecimentos sobre as instituições, políticas e funcionamento da União Europeia adquiridos anteriormente e participar ativamente na missão de informar os cidadãos portugueses sobre o projeto Europeu, fortalecendo o seu sucesso.

### III.3.2. Contributo para o CIEJD

Da mesma forma que o tempo passado no CIEJD foi uma mais-valia para mim, julgo ter produzido um trabalho de qualidade que correspondesse às expectativas. Para além de que procurei sempre melhorar o meu desempenho e agir de acordo com as responsabilidades que me foram atribuídas, indo ao encontro dos interesses do Centro.

Não creio que o meu estágio tenha trazido algum contributo ou inovação para a forma como o CIEJD trabalha. No entanto, num momento em que o Centro precisava urgentemente de recursos humanos, em especial na UIC, acredito ter ajudado a colmatar essa necessidade. Convém, ainda assim, não esquecer que o trabalho de um estagiário não poderá nunca substituir o de um trabalhador, até porque sem a devida orientação, um estagiário pouco pode acrescentar.





## Conclusões e Recomendações

Desde a sua instituição em 1992, em Maastricht, que a cidadania europeia tem vindo a ser alvo de um considerável investimento institucional, procurando alcançar progressivos benefícios para os cidadãos europeus na forma de mais direitos. Importa frisar que a cidadania europeia não se limita à existência de direitos e deveres. Envolve também uma componente de participação na vida política e, por significar a pertença a uma comunidade política, resulta na formação de uma identidade coletiva entre aqueles que a partilham. Assim, a cidadania europeia pode ser entendida como um elemento unificador do povo da União Europeia. Uma questão de especial importância num momento em que a União enfrenta grandes desafios cuja resolução exige uma resposta conjunta dos Estados-Membros.

Neste sentido, a Comissão Europeia, em particular, tem-se debatido pelo seu fortalecimento e fez do conhecimento dos direitos de cidadania por parte dos cidadãos europeus um dos seus principais objetivos. Cabendo aos Estados-Membros, em primeiro lugar, esta função de sensibilização para a cidadania europeia, este trabalho procurou compreender que contributo dá o CIEJD a nível nacional, para a prossecução destes objetivos. Assume-se desde já ser impossível quantificar o impacto da ação do CIEJD na divulgação do conceito de cidadania europeia e dos direitos e deveres que lhe estão adjacentes. Qualitativamente, no entanto, pode fazer-se uma avaliação do seu papel neste campo.

Considerando os dados disponíveis e o observado ao longo dos seis meses de estágio, acredita-se ser óbvio o contributo do Centro de Informação Europeia Jacques Delors para a sensibilização da sociedade portuguesa relativamente à sua cidadania europeia. Uma afirmação que tem por base os efeitos do que se constatou ser um amplo campo de ação do CIEJD no universo Internet e na sociedade portuguesa, por via das atividades, iniciativas e sessões de informação que organiza, e da formação dos mais jovens em relevantes matérias europeias.

No seu principal sítio internet (Portal Eurocid), bem como nos outros três sítios internet que criou, o CIEJD promove o conhecimento sobre a União Europeia e dá aos cidadãos portugueses os instrumentos necessários para que pratiquem a sua cidadania europeia de forma informada e consciente. Estes instrumentos vão desde *dossiers*

especializados sobre matérias e programas de financiamento europeu, a informação sobre como participar no processo legislativo europeu.

Uma das suas funções institucionais é precisamente divulgar sessões de esclarecimento e informação sobre os procedimentos de seleção de funcionários para instituições europeias e outras oportunidades de emprego, estágio ou negócio na UE. Uma missão que tem desenvolvido com resultados comprovados, no aumento do número de candidaturas portuguesas aos concursos EPSO e a programas de financiamento europeu. E a que se junta a promoção de iniciativas e atividades de cariz europeu, sejam elas cursos e *workshops*, seminários, exposições ou debates sobre a atualidade europeia.

Em paralelo, o Centro demonstra uma preocupação em promover o aparecimento de publicações em língua portuguesa sobre a UE, através do seu anual «Prémio Jacques Delors» e da publicação da revista «Europa Novas Fronteiras». O Centro tem ainda um forte carácter de formador e disseminador de informação sobre matérias europeias junto da população infantil e jovem. Contudo, é notória uma menor aposta na revista «Europa Novas Fronteiras» e o decréscimo no número de publicações juvenis e recursos pedagógicos. O que talvez possa ser justificado por fatores como a falta de fundos e o *boom* de publicações da própria UE, garantidas pelo Serviço das Publicações da União Europeia<sup>88</sup>. Não se trata de preterir este tipo de atividades em função de outras, mas advém da necessidade do CIEJD em adotar diferentes estratégias e se adaptar aos tempos correntes.

Por tudo isto, hoje o cidadão português pode compreender e exercer melhor a cidadania europeia. Todavia, se por um lado, a população portuguesa está mais consciente do que a União Europeia representa e lhes pode proporcionar devido ao CIEJD, por outro, é inegável que muitos cidadãos continuam a revelar um manifesto desconhecimento do trabalho desenvolvido pela instituição e da possibilidade de recorrer aos seus serviços. Os aspetos positivos e progressos alcançados não dirimem a necessidade de uma maior aposta por parte do Governo de Portugal no CIEJD como

---

<sup>88</sup> Organismo interinstitucional com o objetivo de assegurar a edição das publicações das instituições das Comunidades Europeias e da União Europeia.

principal veículo de ligação nacional entre cidadãos portugueses e União Europeia, já que as instituições europeias permanecem tão distantes.

Tal como referido anteriormente, a responsabilidade de sensibilizar os cidadãos para os seus direitos de cidadania e, por acréscimo, para o (re)conhecimento da cidadania europeia, cabe aos Estados em primeiro lugar. Uma questão que está prevista e é assumida como uma das prioridades da estratégia de comunicação da UE, mas que em Portugal, à semelhança do que se passa noutros Estados-Membros, continua a traduzir-se num desconhecimento generalizado da cidadania europeia, dos seus direitos e principalmente na sua não-identificação enquanto cidadãos europeus. O que leva a que se questione se estará a ser utilizada a melhor estratégia de comunicação possível e quais as alterações que poderiam ser implementadas.

Existe obviamente sempre margem para que alguns aspetos possam ser melhorados e estratégias que podem ser adotadas para que a ação do CIEJD seja mais eficaz. Face a isto, importa identificar alguns aspetos menos positivos e procurar colmatá-los. Tendo isso em mente fazem-se as seguintes **recomendações**:

1. Investimento num novo *website*. O atual sítio internet do CIEJD (Portal Eurocid) foi criado em 2007 e o facto de estar tecnologicamente obsoleto não possibilita a evolução do portal. São vários os condicionalismos verificados em termos de *backoffice*, navegabilidade, bem como na impreparação para acessibilidade em dispositivos móveis. Apostar num *website* novo seria, sem dúvida, uma mais-valia, uma vez que os websites institucionais ou oficiais são, logo a seguir aos de informação, considerados pelos portugueses os mais úteis para obter informação sobre a UE (Comissão Europeia & TNS Opinion & Social, 2014c, pp.51–56). Um aspeto ao qual o CIEJD não é indiferente e que levou inclusive à sua candidatura ao Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública (SAMA 2020) no âmbito do Programa Operacional Temático Competitividade e Internacionalização (COMPETE2020). A candidatura do projeto «Eurocid: Comunicação europeia integrada para os cidadãos» é uma demonstração não só o seu empenho em encontrar soluções para as necessidades de modernização do sítio internet de que dispõem, como em contornar a falta de verbas próprias;
2. Investir em novos materiais de promoção do Centro e dos seus projetos e atividades. Pelo que pude constatar ao longo do estágio, os existentes estão

desatualizados e em más condições, o que em ações de promoção não abona em favor da imagem do Centro. Refiro-me concretamente a roll-ups, cartazes e folhetos;

3. Reforçar a cooperação com a Representação da Comissão Europeia em Portugal e o Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal nos vários projetos e atividades, para que estes atinjam um maior número de cidadãos;
4. Disponibilizar ao CIEJD os meios humanos necessários. Quer na UIC como na UFAPP, é preciso um reforço de meios humanos para assegurar a realização das várias atividades e a prossecução dos seus objetivos;
5. Privilegiar o contacto direto com o público. Acredita-se que a existência de instalações acessíveis ao público contribuiria para diminuir a normal distância entre instituição-público, que tão característica é das instituições europeias. Para além de que este contacto facilitaria o cumprimento da sua missão de informação.

Ainda que todas estas recomendações sejam tidas em consideração e, em certa parte, seguidas, defende-se que uma verdadeira sensibilização dos cidadãos portugueses para as questões da União Europeia e da sua cidadania só será possível com o apoio dos meios de comunicação em Portugal. Já que são eles preferencialmente o recurso utilizado para procurar informação sobre a UE, as suas políticas e instituições (Comissão Europeia & TNS Opinion & Social, 2014c, pp.51–56).

Conclui-se assim que o CIEJD desempenha um papel significativo para o (re)conhecimento da Cidadania Europeia em Portugal e que as sua ação em vários estratos/setores da sociedade portuguesa tem contribuído ativamente para o conhecimento do projeto Europeu e, em particular, da cidadania europeia. O cidadão português considera-se hoje, mais do que há três anos, conhecedor dos seus direitos de cidadania europeia, mas uma grande parte continua sem se reconhecer como cidadão europeu. Fica também evidente que o CIEJD necessita de mais meios financeiros e apoio por parte do Governo de Portugal para atingir na plenitude o seu potencial de promotor nacional do projeto Europeu. Seja como for, é ainda longo o caminho para aumentar a identificação dos cidadãos portugueses com a sua cidadania europeia e aproximá-los do projeto Europeu. Um projeto que não pretende ser apenas ‘para’, mas ‘dos’ cidadãos.

## Bibliografia

- Bellamy, R. (2008). *Citizenship: A Very Short Introduction*. [Online]. New York, Oxford University Press. Disponível em: <http://discovery.ucl.ac.uk/48477/> [Acedido a: 6-10-2014].
- Botelho, M. J. (2007). *CIEJD integra DGAE*. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=3722&p\\_est\\_id=15541](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=3722&p_est_id=15541) [Acedido a: 17-12-2014].
- Cardoso, M. (2007). *Eurocid - Nova parceria da Comissão Europeia*. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_sub=7&p\\_cot\\_id=3716&p\\_est\\_id=8683](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=7&p_cot_id=3716&p_est_id=8683) [Acedido a: 15-12-2014].
- Cardoso, M. (2005). *Mensagem da directora do Centro de Informação Europeia Jacques Delors : 10 anos de informação europeia em português*. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=283](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=283) [Acedido a: 3-01-2015].
- Centro de Informação Europeia Jacques Delors. (2014a). *Biblioteca Infoeuropa - Biblioteca de Informação Europeia em língua portuguesa*. [Online]. Disponível em: [https://infoeuropa.eurocid.pt/opac/?func=file&file\\_name=mainpage](https://infoeuropa.eurocid.pt/opac/?func=file&file_name=mainpage) [Acedido a: 14-12-2014].
- Centro de Informação Europeia Jacques Delors. (2015a). *Carreiras internacionais*. [Online]. Disponível em: <http://www.carreirasinternacionais.eu/> [Acedido a: 27-09-2015].
- Centro de Informação Europeia Jacques Delors. (2015b). *Eurocid - Agenda Aulas Jacques Delors 2015*. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=7578&p\\_est\\_id=15962](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7578&p_est_id=15962) [Acedido a: 3-03-2015].
- Centro de Informação Europeia Jacques Delors. (2015c). *Eurocid - Avaliação dos professores*. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=8041&p\\_est\\_id=15863](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=8041&p_est_id=15863) [Acedido a: 23-02-2015].
- Centro de Informação Europeia Jacques Delors. (2014b). *Eurocid - Biblioteca Jacques Delors*. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe\\_area?p\\_cot\\_id=7797&p\\_est\\_id=15500](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe_area?p_cot_id=7797&p_est_id=15500) [Acedido a: 14-12-2014].
- Centro de Informação Europeia Jacques Delors. (2012a). *Eurocid - Cidadania europeia ativa*. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=2990&p\\_est\\_id=7217](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=2990&p_est_id=7217) [Acedido a: 23-09-2014].

- Centro de Informação Europeia Jacques Delors. (2013a). *Eurocid - Missão*. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=252&p\\_est\\_id=15055](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=252&p_est_id=15055) [Acedido a: 9-12-2014].
- Centro de Informação Europeia Jacques Delors. (2014c). *Eurocid - Newsletter*. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe\\_area?p\\_cot\\_id=2848&p\\_est\\_id=6950](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe_area?p_cot_id=2848&p_est_id=6950) [Acedido a: 17-12-2014].
- Centro de Informação Europeia Jacques Delors. (2012b). *Eurocid - Parceria de Gestão: em que consiste?* [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=4441&p\\_est\\_id=14778](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=4441&p_est_id=14778) [Acedido a: 15-12-2014].
- Centro de Informação Europeia Jacques Delors. (2013b). *Eurocid - Patrono*. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=43&p\\_est\\_id=15057](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=43&p_est_id=15057) [Acedido a: 15-12-2014].
- Centro de Informação Europeia Jacques Delors. (2012c). *Guia do Utilizador - Biblioteca Jacques Delors*. [Online]. Disponível em: <http://www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F29559/0001.pdf> [Acedido a: 20-12-2014].
- Centro de Informação Europeia Jacques Delors. (2015d). *Página Facebook do Centro de Informação Europeia Jacques Delors*. [Online]. Disponível em: <https://www.facebook.com/CentrodeInformacaoEuropeiaJacquesDelors> [Acedido a: 27-09-2015].
- Centro de Informação Europeia Jacques Delors. (2007). *Portal Eurocid*. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=1358&p\\_est\\_id=4023](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=1358&p_est_id=4023) [Acedido a: 4-12-2014].
- Centro de Informação Europeia Jacques Delors. (2015e). *Portal Eurocid*. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdiuti0.inserir\\_user](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdiuti0.inserir_user) [Acedido a: 27-09-2015].
- Centro de Informação Europeia Jacques Delors. (2015f). *Trabalhar na União Europeia*. [Online]. Disponível em: <http://www.trabalharnauniaoeuropeia.eu/> [Acedido a: 27-09-2015].
- Cerutti, F. (2003). A Political Identity of the Europeans? *Thesis Eleven*. [Online]. 72 (1) pp.26–45. Disponível em: <http://the.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/0725513603072001133> [Acedido a: 12-11-2014].
- Closa, C. (1992). The Concept of Citizenship in the Treaty on European Union. *Common Market Law Review*. [Online]. 29 (6) pp.1137–1169. Disponível em:

[http://www.researchgate.net/sci-hub.org/profile/Carlos\\_Closa/publication/247816289\\_The\\_Concept\\_of\\_Citizenship\\_in\\_the\\_Treaty\\_of\\_European\\_Union/links/00b7d52de8f75c5b6e000000.pdf](http://www.researchgate.net/sci-hub.org/profile/Carlos_Closa/publication/247816289_The_Concept_of_Citizenship_in_the_Treaty_of_European_Union/links/00b7d52de8f75c5b6e000000.pdf)  
[Acedido a: 3-10-2014].

Comissão Europeia. (2014a). *Parceria de gestão*. [Online]. Disponível em: [http://ec.europa.eu/portugal/comissao/parceriagestao/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/portugal/comissao/parceriagestao/index_pt.htm) [Acedido a: 12-12-2014].

Comissão Europeia. (2014b). *Relatório da Comissão sobre o AEC 2013*. [Online]. Disponível em: [http://europa.eu/citizens-2013/sites/default/files/content/document/COM\\_2014\\_687\\_F1\\_REPORT\\_FROM\\_COMMISSION\\_PT\\_V2\\_P1\\_789180.PDF](http://europa.eu/citizens-2013/sites/default/files/content/document/COM_2014_687_F1_REPORT_FROM_COMMISSION_PT_V2_P1_789180.PDF) [Acedido a: 26-11-2014].

Comissão Europeia & TNS Opinion & Social. (2012a). *Standard Eurobarometer 77 - European citizenship - Report*. [Online]. Disponível em: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/eb/eb81/eb81\\_citizen\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb81/eb81_citizen_en.pdf) [Acedido a: 24-01-2015].

Comissão Europeia & TNS Opinion & Social. (2012b). *Standard Eurobarometer 78 - European citizenship - Report*. [Online]. Disponível em: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/eb/eb78/eb78\\_citizen\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb78/eb78_citizen_en.pdf) [Acedido a: 24-01-2015].

Comissão Europeia & TNS Opinion & Social. (2013a). *Standard Eurobarometer 79 - European citizenship - Report*. [Online]. Disponível em: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/eb/eb79/eb79\\_citizen\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb79/eb79_citizen_en.pdf) [Acedido a: 24-01-2015].

Comissão Europeia & TNS Opinion & Social. (2013b). *Standard Eurobarometer 80 - European citizenship - Report*. [Online]. Disponível em: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/eb/eb80/eb80\\_citizen\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb80/eb80_citizen_en.pdf) [Acedido a: 24-01-2015].

Comissão Europeia & TNS Opinion & Social. (2014a). *Standard Eurobarometer 81 - European citizenship - Report*. [Online]. Disponível em: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/eb/eb81/eb81\\_citizen\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb81/eb81_citizen_en.pdf) [Acedido a: 24-01-2015].

Comissão Europeia & TNS Opinion & Social. (2014b). *Standard Eurobarometer 82 - European citizenship - Report*. [Online]. Disponível em: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/eb/eb82/eb82\\_citizen\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb82/eb82_citizen_en.pdf) [Acedido a: 24-01-2015].

Comissão Europeia & TNS Opinion & Social. (2014c). *Standard Eurobarometer 82 - Media use in the European Union - Report*. [Online]. Disponível em: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/eb/eb78/eb78\\_media\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb78/eb78_media_en.pdf) [Acedido a: 24-01-2015].

CVCE. (1984). *Draft Treaty establishing the European Union (14 February 1984)* -. [Online]. Disponível em: [http://www.cvce.eu/en/obj/draft\\_treaty\\_establishing\\_the\\_european\\_union\\_14\\_february\\_1984-en-0c1f92e8-db44-4408-b569-c464cc1e73c9.html](http://www.cvce.eu/en/obj/draft_treaty_establishing_the_european_union_14_february_1984-en-0c1f92e8-db44-4408-b569-c464cc1e73c9.html) [Acedido a: 15-04-2015].

Decisão N.º 1904/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de dezembro de 2006 que institui para o período 2007-2013 o Programa «Europa para os cidadãos», destinado a promover a cidadania europeia activa. (2006). JO L 378/82. [Online]. pp.32–40. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32006D1904&from=PT> [Acedido a: 9-12-2014].

Decisão N.º. 1093/2012/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de novembro relativa ao Ano Europeu dos Cidadãos (2013). (2012). JO L 325/1. [Online]. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32012D1093&from=PT> [Acedido a: 7-12-2014].

Decreto Regulamentar N.º 12/2012. (2012). *Diário da República*, 1.ª série N.º 14. pp.329–332.

Decreto-Lei N.º. 207/2007. (2007). *Diário da República*, 1.ª série N.º 103. [Online]. Disponível em: <https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000039773/documento/0001/> [Acedido a: 22-11-2014].

Delanty, G. (1997). Models of citizenship: Defining European identity and citizenship. *Citizenship Studies*. [Online]. 1 (3) pp.285–303. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13621029708420660> [Acedido a: 28-10-2014].

Follesdal, A. (2001). Union Citizenship: Unpacking the Beast of Burden. *Law and Philosophy*. [Online] 20 (3), 313–343. Disponível em: <http://link.springer.com.sci-hub.org/article/10.1023/A:1010616525981> [Acedido a: 4-10-2014].

Gamberale, C. (1997). European citizenship and political identity. *Space and Polity*. [Online]. 1 (1) pp.37–59. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13562579708721754> [Acedido a: 12-11-2014].

Governo de Portugal. (1994). *Protocolo que institui o CIJD*. [Online]. Disponível em: <https://infoeuropa.euroid.pt/files/web/documentos/ciejd/historia/000021747.pdf> [Acedido a: 17-01-2015].

Governo de Portugal: Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional. (2014). *Ano Europeu dos Cidadãos - Relatório de Avaliação Portugal*. [Online]. Disponível em: <http://www.anoeuropeudoscidadãos.gov.pt/documents/11406/14661/Relatório+final+do+AEC/56caf331-770e-4459-b897-9ba402863a13> [Acedido a: 9-12-2014].



- Jerónimo, P. (2012). A cidadania como instrumento de inclusão - Significado e alcance da promessa de uma cidadania cívica da União Europeia. Em: *Anuário Publicista da Escola de Direito da Universidade do Minho - Tomo I, Ano de 2012 - Responsabilidade e Cidadania*. [Online]. pp. 182–227. Disponível em: [http://www.direito.uminho.pt/Uploads/FINAL\\_Responsabilidade e Cidadania.pdf](http://www.direito.uminho.pt/Uploads/FINAL_Responsabilidade e Cidadania.pdf) [Acedido a: 3-10-2014].
- Jerónimo, P & Vink, M. (2013). Capítulo 2 - Os múltiplos de cidadania e os seus direitos. Em: Marina Costa Lobo (ed.). *Portugal e a Europa: novas Cidadania*. Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos. pp. 21–50.
- Karolewski, I P. (2010). *Citizenship and Collective Identity in Europe*. [Online]. London; New York, Routledge. Disponível em: <http://public.eblib.com/choice/publicfullrecord.aspx?p=465502>.
- Lehning, P B. (1997). European citizenship: a mirage? Em: Percy B Lehning & Albert Weale (eds.). *Citizenship, democracy and justice in the new Europe*. [Online]. London; New York, Routledge. pp. 169–192. Disponível em: [http://lawlib.shirazu.ac.ir:8080/pdfTemp/ebooksclub.org\\_\\_Citizenship\\_\\_Democracy\\_and\\_Justice\\_in\\_the\\_New\\_Europe\\_\\_European\\_Political\\_Science\\_Series\\_.pdf#page=182](http://lawlib.shirazu.ac.ir:8080/pdfTemp/ebooksclub.org__Citizenship__Democracy_and_Justice_in_the_New_Europe__European_Political_Science_Series_.pdf#page=182) [Acedido a: 13-10-2014].
- Lobo, M C, Jalali, C, Pereira, J S & Silva, P. (2012). *Eurobarómetro Standard 78 - Opinião Pública na União Europeia - Relatório Nacional para Portugal*. [Online]. Disponível em: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/eb/eb78/eb78\\_pt\\_pt\\_nat.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb78/eb78_pt_pt_nat.pdf) [Acedido a: 24-01-2015].
- Lobo, M C, Jalali, C, Pereira, J S & Silva, P. (2014). *Eurobarómetro Standard 82 - Opinião Pública na União Europeia - Relatório Nacional para Portugal*. [Online]. Disponível em: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/eb/eb82/eb82\\_pt\\_pt\\_nat.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb82/eb82_pt_pt_nat.pdf) [Acedido a: 24-01-2015].
- Maas, W. (2005). The Evolution of EU Citizenship. *Memo for Princeton workshop on The State of the European Union*. [Online]. 8 pp.1–17. Disponível em: <http://www.princeton.edu/~smeunier/Maas Memo.pdf> [Acedido a: 4-11-2014].
- Mouffe, C. (1992). Preface: Democratic Politics Today. Em: *Dimensions of radical democracy: pluralism, citizenship, community*. London, Verso.
- Neumann, I B. (2006). European Identity and Its Changing Others. *Norwegian Institute of International Affairs*. [Online]. (710) pp.1–16. Disponível em: [http://kms2.isn.ethz.ch/serviceengine/Files/EINIRAS/27901/ipublicationdocument\\_t\\_singledocument/1b2d99da-8cb1-4e0c-b799-215f0da83ba8/en/710.pdf](http://kms2.isn.ethz.ch/serviceengine/Files/EINIRAS/27901/ipublicationdocument_t_singledocument/1b2d99da-8cb1-4e0c-b799-215f0da83ba8/en/710.pdf) [Acedido a: 11-10-2014].
- Parlamento Europeu. (2014a). *Participação 2014 - Parlamento Europeu*. [Online]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/elections2014-results/pt/turnout.html> [Acedido a: 11-03-2015].

- Parlamento Europeu. (s.d.). *Portal das Petições*. [Online]. Disponível em: <http://www.petiport.europarl.europa.eu/petitions/pt/main> [Acedido a: 12-03-2015].
- Parlamento Europeu. (2014b). *Relatório sobre o Relatório de 2013 sobre a cidadania da União. Cidadãos da UE: os seus direitos, o seu futuro (2013/2186(INI))*. [Online]. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A7-2014-0107+0+DOC+PDF+V0//PT> [Acedido a: 15-03-2015].
- Pestana, C da C. (2008). *Eurocid - Novas perspetivas para o CIEJD*. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=4447&p\\_est\\_id=15538](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=4447&p_est_id=15538) [Acedido a: 10-12-2014].
- Portugal. (2005). *Constituição da República Portuguesa VII Revisão Constitucional*. [Online]. Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf> [Acedido a: 15-05-2015].
- Preuss, U K. (1995). Problems of a Concept of European Citizenship. *European Law Journal*. [Online]. 1 (3) pp.267–281. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-0386.1995.tb00032.x/abstract>.
- Regulamento (UE) N. o 211/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de Fevereiro de 2011 sobre a iniciativa de cidadania. (2011). JO L 65/1. [Online]. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32011R0211&qid=1444668611575&from=PT> [Acedido a: 30-11-2014].
- Regulamento (UE) N.º. 390/2014 do Conselho. (2014). JO L 115/3. [Online]. Disponível em: [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:JOL\\_2014\\_115\\_R\\_0002&from=PT](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:JOL_2014_115_R_0002&from=PT) [Acedido a: 12-12-2014].
- Resolução do Conselho de Ministros N.º. 20/95. (1995). *Diário da República I série - B - N.º. 66*. [Online]. Disponível em: <http://www.infoeuropa.eurocid.pt/registo/000021744/documento/0001/> [Acedido a: 23-11-2014].
- Resolução do Conselho de Ministros N.º. 42/88. (1988). *Diário da República I série - N.º. 224*. [Online]. Disponível em: <https://infoeuropa.eurocid.pt/files/web/documentos/ciejd/historia/000021745.pdf> [Acedido a: 20-11-2014].
- Scheuer, A & Schmitt, H. (2009). Dynamics in European Political Identity. *Journal of European Integration*. [Online]. 31 (5) pp.551–568. Disponível em:

- <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/07036330903145856> [Acedido a: 31-10-2014].
- Shaw, J. (2003). The Interpretation of European Union Citizenship. *The Modern Law Review*. [Online] 61 (3), 293–317. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1111/1468-2230.00145> [Acedido a: 4-11-2014].
- Tratado da União Europeia (Versão Consolidada). (2012). JO C 326/13. [Online]. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12012M/TXT&from=PT> [Acedido a: 6-11-2014].
- Tratado de Amesterdão. (1997). JO C 340. [Online]. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:1997:340:FULL&from=PT> [Acedido a: 7-11-2014].
- Tratado de Lisboa. (2007). JO C 306/01. [Online]. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12007L/TXT&from=PT> [Acedido a: 7-11-2014].
- Tratado de Maastricht. (1992). JO C191. [Online]. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:1992:191:FULL&from=PT> [Acedido a: 10-11-2014].
- Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (Versão Consolidada). (2012). JO C 326/47. [Online]. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12012E/TXT&from=PT> [Acedido a: 3-11-2014].
- União Europeia. (2014a). *A sua voz na Europa - Comissão Europeia*. [Online]. Disponível em: [http://ec.europa.eu/yourvoice/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/yourvoice/index_pt.htm) [Acedido a: 14-12-2014].
- União Europeia. (2013a). *Agenda dos Cidadãos Europeus: Os europeus têm uma palavra a dizer*. [Online]. Disponível em: [http://ec.europa.eu/justice/citizen/files/eu-citizen-brochure\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/justice/citizen/files/eu-citizen-brochure_pt.pdf) [Acedido a: 19-03-2015].
- União Europeia. (2014b). *EU citizenship portal - European Commission*. [Online]. Disponível em: [http://ec.europa.eu/citizenship/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/citizenship/index_en.htm) [Acedido a: 14-12-2014].
- União Europeia. (2015a). *EUROPA - Diga o que pensa sobre as políticas da UE*. [Online]. Disponível em: [http://europa.eu/eu-law/have-your-say/index\\_pt.htm](http://europa.eu/eu-law/have-your-say/index_pt.htm) [Acedido a: 16-04-2015].
- União Europeia. (2009). *Parceria para a comunicação sobre a Europa* JO C 13/02. [Online]. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:C2009/013/02&from=PT> [Acedido a: 16-11-2014].
- União Europeia. (2011). *Problemas com a UE ? Quem pode ajudá-lo ?* [Online]. pp.1–18. Disponível em:

<http://www.ombudsman.europa.eu/pt/atyourservice/whocanhelpyou.faces#/page/1> [Acedido a: 20-01-2015].

União Europeia. (2015b). *Registo de Transparência*. [Online]. Disponível em: <http://ec.europa.eu/transparencyregister/public/homePage.do?locale=pt> [Acedido a: 10-01-2015].

União Europeia. (2010). *Relatório de 2010 sobre a Cidadania da União - Eliminar os obstáculos ao exercício dos direitos dos cidadãos da UE COM (2010) 603 final*. [Online]. Disponível em: [http://ec.europa.eu/justice/citizen/files/com\\_2010\\_603\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/justice/citizen/files/com_2010_603_pt.pdf) [Acedido a: 1-01-2015].

União Europeia. (2013b). *Relatório de 2013 sobre a Cidadania da UE*. [Online]. Disponível em: [http://ec.europa.eu/justice/citizen/files/2013eucitizenshipreport\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/justice/citizen/files/2013eucitizenshipreport_pt.pdf) [Acedido a: 21-02-2015].

## Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Sentimento de Cidadania Europeia (Portugal, %) .....	68
Gráfico 2 - Conhecimento dos cidadãos portugueses dos seus direitos de Cidadania da UE (Portugal, %). .....	71
Gráfico 3 - Vontade dos cidadãos em conhecer mais sobre os seus direitos de Cidadania da UE (Portugal, UE 27/28, %) .....	74
Gráfico 4 - Direitos de Cidadania Europeia sobre os quais os cidadãos gostariam de saber mais (total) – Portugal. ....	75



## Lista de Tabelas

Tabela 1 - Evolução no sentimento de Cidadania da União Europeia nos Estados-Membros. ..	69
Tabela 2 - Evolução no conhecimento dos cidadãos dos seus direitos de Cidadania da UE nos Estados-Membros. ....	72





## Plano de estágio

Em aditamento ao Protocolo de Colaboração entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Universidade Nova de Lisboa para a realização de um estágio no Centro de Informação Europeia Jacques Delors / Direção-Geral dos Assuntos Europeus / Ministério dos Negócios Estrangeiros (CIEJD), apresenta-se o respetivo Plano de Estágio de **Susana Pimentão Dore**.

O referido estágio é de natureza curricular e decorrerá no CIEJD com início a **1 de outubro de 2014** e termo a **31 de março de 2015**, sob a supervisão do Dr. Carlos Medeiros.

O Estágio incidirá sobre as seguintes actividades:

- Atualização de conteúdos em linha a disponibilizar no portal de informação em língua portuguesa ([www.eurocid.pt](http://www.eurocid.pt)) que implica: pesquisa, análise e selecção de conteúdos de acordo com critérios previamente definidos em fontes de informação em linha, oficiais e não oficiais, da União Europeia (UE); edição direta dos conteúdos no portal, de acordo com o Manual de Edição e Guia de Estilo do CIEJD.
- Atualização de dossiês de informação em linha a disponibilizar no portal de informação em língua portuguesa ([www.eurocid.pt](http://www.eurocid.pt)) que implica: pesquisa, análise e selecção de informação de acordo com critérios previamente definidos em fontes de informação em linha, oficiais e não oficiais, da UE; edição direta dos conteúdos no portal, de acordo com o Manual de Edição e Guia de Estilo do CIEJD.
- Apoio logístico às atividades de Informação e Comunicação do CIEJD que implica: realização e participação em eventos; relações com instituições europeias localizadas em Portugal; envio de difusões seletivas de informação.

Tal como estipulado no Protocolo, o CIEJD dará todo o apoio necessário à elaboração do relatório de estágio.



## Apêndice A: Análise dos Eurobarómetros

### 1. Seleção dos Eurobarómetros

Neste apêndice será feita uma análise dos Eurobarómetros Standard (EB) 77, 78, 79, 80, 81 e 82 realizados em 2012, 2013 e 2014, no respeitante ao volume que representa a opinião dos cidadãos europeus sobre a Cidadania Europeia. Antes de iniciar a análise dos dados que cada um dos Eurobarómetros oferece, considera-se necessário proceder a alguns esclarecimentos e justificações quanto às escolhas efetuadas.

Em primeiro lugar, relativamente ao período em causa (2012-2014). Ainda que não seja muito longo, julga-se que oferece dados suficientes sobre a opinião pública dos cidadãos sobre o tema. Acrescenta-se que, embora o tema da Cidadania Europeia já tenha figurado em Eurobarómetros mais antigos, seria importante concentrar as atenções nos mais recentes Eurobarómetros, para que as conclusões sejam o mais fiel e atuais possíveis.

Os inquéritos do EB77, EB78 e EB79 foram realizados em 34 países ou territórios: nos 27 Estados-Membros da UE, nos seis países candidatos (Croácia, antiga República Jugoslava da Macedónia, Islândia, Montenegro e Sérvia) e na Comunidade Cipriota Turca na parte do país não controlada pelo governo da República do Chipre.

Os inquéritos do EB80 e EB81 também foram realizados em 34 países ou territórios, mas num período após a adesão da Croácia à União Europeia. Por isso foram realizados nos 28 Estados-Membros, nos cinco países candidatos (antiga República Jugoslava da Macedónia, Islândia, Montenegro e Sérvia) e na Comunidade Cipriota Turca. Quanto ao último (EB82), os inquéritos realizaram-se nas mesmas condições, somando-se mais um país, que entra na análise na qualidade de país candidato, a Albânia, passando a totalizar 35 países ou territórios. Contudo, as questões consideradas relevantes para esta análise no volume da Cidadania Europeia foram colocadas apenas aos cidadãos da UE27 e UE28. Já que, só os possuidores de cidadania europeia poderiam ser questionados relativamente a esta e aos direitos que lhe estão associados.

De referir também que a interpretação dos dados terá em conta as conclusões dos Relatórios Nacionais para Portugal relativas aos Eurobarómetros Standard 78 e 80 (Lobo, Jalali, Pereira, *et al.*, 2012, 2014). Estes relatórios são fundamentais na medida

em que oferecem uma visão geral da opinião dos cidadãos portugueses em relação aos temas sobre os quais foram inquiridos e fazem a comparação com os resultados da média da UE.

## **2. Contexto**

O período de realização dos Eurobarómetros em causa (2012, 2013 e 2014) é especialmente relevante no que à Cidadania Europeia se refere. Isto porque em 2012, foi determinado por decisão do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia que 2013 seria o Ano Europeu dos Cidadãos (Decisão 1093/2012/UE de 21 de Novembro de 2012). Desta decisão sai reforçada a importância do volume do Eurobarómetro dedicado à Cidadania Europeia, bem como o acompanhamento da temática nos Eurobarómetros seguintes, monitorizando possíveis alterações.

Muito embora esta decisão seja anterior ao EB77 e não signifique qualquer repercussão para o EB78, não será o caso nas avaliações semestrais da opinião pública que se seguem. O EB79 e o EB80 foram efetuados em 2013 durante o Ano Europeu dos Cidadãos, enquanto estavam a ser levadas a cabo atividades de promoção do conhecimento sobre a cidadania Europeia e dos seus direitos e deveres. Já que a proclamação de 2013 como Ano Europeu dos Cidadãos, tem como objetivo geral “sensibilizar e fomentar o conhecimento em relação aos direitos e responsabilidades associados (...) [e] deve promover também o gozo pelos cidadãos da União dos outros direitos associados à cidadania da União”, tal como esclarecido no artigo 2.º da Decisão 1093/2012/UE.

Outro fator de grande importância durante o período de recolha dos inquéritos para o EB81, vaga da Primavera, foi a realização das eleições Europeias entre 22 e 25 de maio de 2014. Em especial, porque estas foram as primeiras eleições europeias nas quais os cidadãos europeus poderiam esperar ter alguma influência na escolha do Presidente da Comissão Europeia, o que se veio a verificar.

Quanto ao último Eurobarómetro (EB82), os inquéritos foram realizados em simultâneo com a tomada de posse de Jean-Claude Juncker como Presidente da Comissão Europeia, a 1 de novembro de 2014. Embora este seja um fator relevante no contexto da atualidade europeia, não se acredita que terá qualquer impacto no

conhecimento dos cidadãos europeus sobre a Cidadania europeia e os direitos e deveres que lhe estão associados.

Por último, refere-se que o EB80, EB81 e EB82, realizados depois de 1 de Julho de 2013, já contam com a Croácia como Estado-Membro, passando assim a comparação com os dados relativamente a Portugal a ser feita para uma média de 28 Estados-Membros (UE28). Esta alteração, contudo, poderá surtir alguns efeitos, uma vez a inclusão das respostas de um membro tão recente da União Europeia pode, de certa forma, influenciar os resultados das médias europeias.

Considerando este contexto, será útil analisar as evoluções ao longo destes três anos na forma como os cidadãos europeus se relacionam com a sua cidadania europeia. Para tal, serão analisados uma série de indicadores fornecidos pelos Eurobarómetros, relativamente à sua identificação enquanto cidadãos europeus, ao conhecimento que têm sobre os direitos e deveres de cidadania europeia.

### **3. Objetivos**

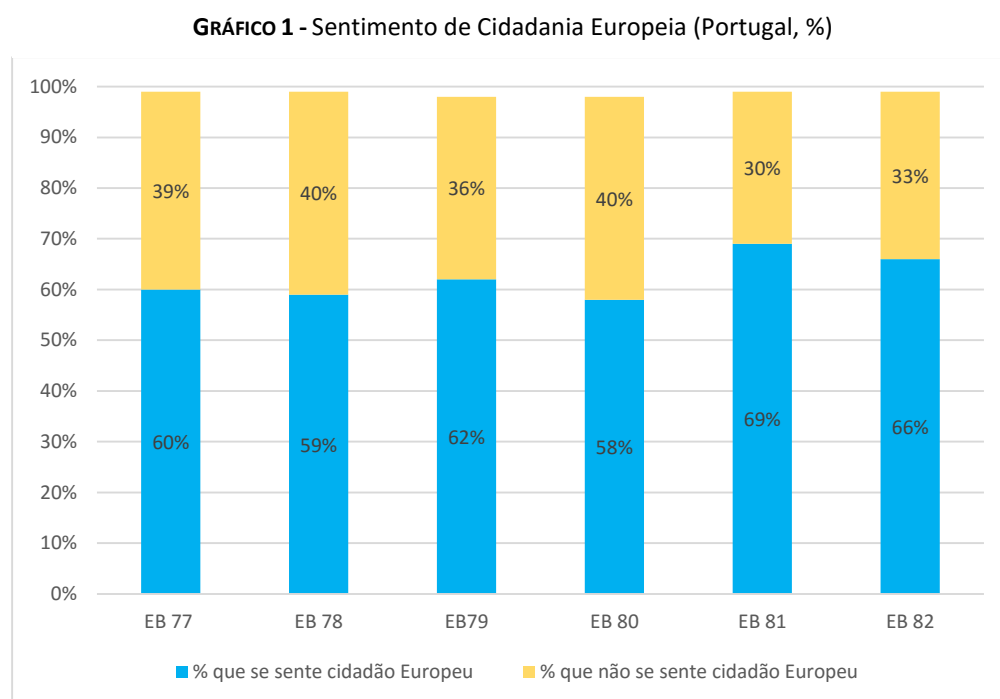
A análise dos dados tem como principal objetivo apurar que conhecimentos julgam os cidadãos portugueses ter sobre a cidadania europeia numa perspetiva de comparação com os restantes Estados-Membros. Será focado também o seu conhecimento dos cidadãos relativamente aos direitos que lhe estão associados; e o desejo/vontade em saber mais sobre esses mesmos direitos. A auto-identificação dos portugueses enquanto cidadãos europeus é outro aspeto crucial, já que se pretende entender se os cidadãos portugueses reconhecem a sua cidadania europeia.

Dos seis Eurobarómetros em questão, foram seleccionadas as questões consideradas mais esclarecedoras sobre os pontos anteriormente referidos. Para que seja possível verificar a existência de padrões ou alterações substantivas ao longo do tempo, optou-se por deixar de fora questões potencialmente interessantes, mas sobre as quais a opinião dos cidadãos não foi auscultada vezes suficientes para alcançar conclusões válidas.

#### 4. Análise de dados - Volume da Cidadania Europeia

Examina-se em primeiro lugar a forma como os cidadãos portugueses entendem a Cidadania Europeia e como esse entendimento tem variado ao longo dos três últimos anos. Começa-se com a interpretação dos dados sobre o sentimento de cidadania europeia em Portugal e nos restantes países da UE. De seguida, faz-se análise dos dados relativos ao conhecimento dos cidadãos sobre os seus direitos de cidadania europeia. Termina-se com uma avaliação da sua vontade de alargar esse conhecimento e em que campos.

A avaliação do sentimento de cidadania europeia dos cidadãos portugueses é realizada no **Gráfico 1**. Feita uma comparação entre os dados dos últimos seis eurobarómetros, **verifica-se um aumento de seis pontos percentuais do EB77 para o EB82**, no qual **66%** dos inquiridos **afirma sentir-se cidadão europeu**. Ainda que o aumento não tenha sido constante, **é perceptível que a tendência é para que os cidadãos portugueses se sintam cada vez mais cidadãos europeus**.











**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados disponíveis nos Eurobarómetros 77 a 82.

No entanto, uma análise mais detalhada aos resultados dos outros Estados-membros (**Tabela 1.**) permite verificar que, embora o **sentimento de cidadania europeia em Portugal esteja acima da média europeia (63%)**, existem muitos outros

Estados-Membros onde este sentimento é muito superior. Em especial se for considerado o facto de Portugal ser um Estado-membro da UE há 30 anos e comparativamente a Estados-Membros mais recentes como a Lituânia (71%), a Eslováquia (73%) ou a Estónia (78%) que apenas aderiram em 2004, apresentar resultados mais baixos. Porém, as conclusões serão diferentes se esta comparação for feita apenas entre os Estados-Membros onde foram impostos Programas de Ajustamento Económico e Financeiro. Aqui, **Portugal apresenta** no último eurobarómetro **uma identificação com o sentimento de Cidadania Europeia muito superior à Grécia (45%) ou ao Chipre (51%)**, por exemplo.

A observação da **Tabela 1.**, onde é apresentada a evolução do sentimento de cidadania europeia nos Estados-Membros, **demonstra a tendência para o aumento no sentimento de Cidadania Europeia.** Em alguns casos **com aumentos superiores a dez pontos percentuais**, como na Áustria, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta e Suécia. Merecem igual menção os Estados-Membros onde a evolução foi inversa e houve uma descida no sentimento de cidadania europeia, de que são exemplo mais uma vez Grécia (-5) e Chipre (-11), mas também a Bulgária (-2) e a Dinamarca (-1).

**TABELA 1** - Evolução no sentimento de Cidadania da União Europeia nos Estados-Membros.

Questão: <b>Sente que é um cidadão da UE?</b>						
Respostas em %	Total 'Sim'		Total 'Não'		Sentimento de Cidadania da UE	
País	EB 77	EB 82	EB 77	EB 82	Alteração verificada	
 Alemanha	74	74	25	25	=	0
 Áustria	60	73	40	27	↗	+13
 Bélgica	69	69	30	30	=	0
 Bulgária	50	48	50	51	↘	-2
 Chipre	62	51	38	49	↘	-11
 Croácia*	58	56	42	43	↗	+2
 Dinamarca	75	74	25	25	↘	-1
 Eslováquia	70	73	29	26	↗	+3

	Eslovénia	66	69	34	31	↗	+3
	Espanha	70	71	30	28	↗	+1
	Estónia	67	78	33	20	↗	+11
	Finlândia	71	76	29	23	↗	+5
	França	65	63	33	36	↗	+2
	Grécia	50	45	50	55	↘	-5
	Hungria	51	67	48	32	↗	+16
	Irlanda	69	70	30	29	↗	+1
	Itália	45	47	54	51	↗	+2
	Letónia	54	68	46	30	↗	+14
	Lituânia	60	71	39	28	↗	+11
	Luxemburgo	85	89	14	10	↗	+4
	Malta	72	85	26	14	↗	+13
	Países Baixos	60	61	39	39	↗	+1
	Polónia	67	74	27	21	↗	+7
	<b>Portugal</b>	<b>60</b>	<b>66</b>	<b>39</b>	<b>33</b>	↗	<b>+6</b>
	Reino Unido	42	50	57	49	↗	+8
	República Checa	52	60	47	40	↗	+8
	Roménia	60	68	36	29	↗	+8
	Suécia	65	76	35	23	↗	+11
	<b>UE27/28*</b>	<b>61</b>	<b>63</b>	<b>38</b>	<b>35</b>	↗	<b>+2</b>

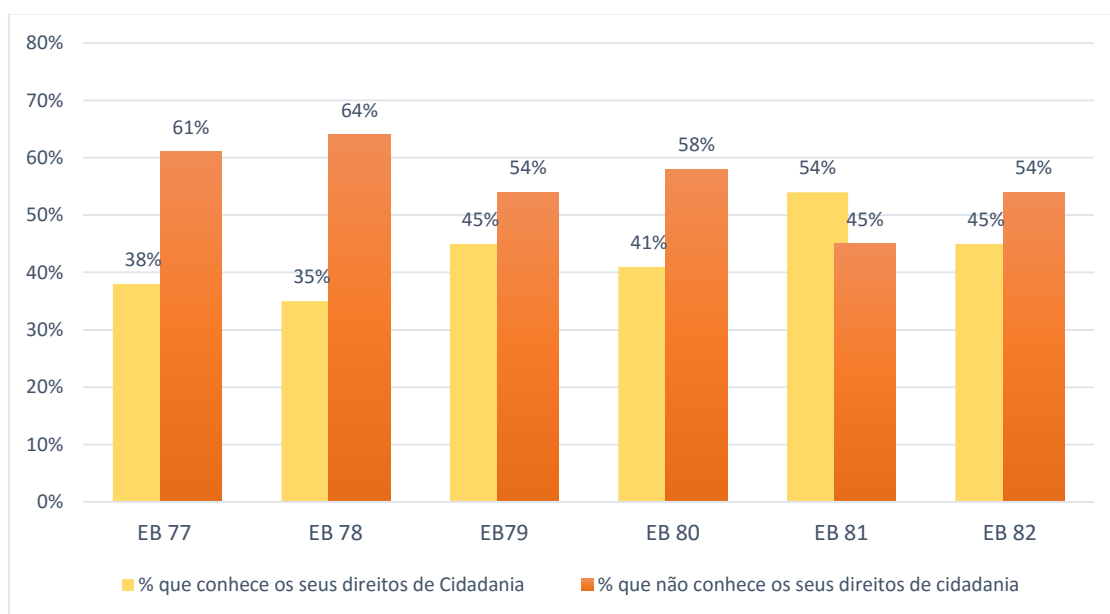
\* A Croácia só aderiu à União Europeia a 1 de julho de 2013, pelo que para estabelecer a comparação no caso deste Estado-Membro serão utilizados os dados do EB 80, o primeiro em que a questão foi colocada, e serão utilizados dados da média da UE27 e U28.

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados disponíveis nos Eurobarómetros 77 e 82.



No que respeita aos direitos de cidadania da UE é notório o generalizado desconhecimento que ainda persiste na sociedade portuguesa, 23 anos após lhe terem sido atribuídos os primeiros direitos de cidadania europeia, em 1992 no Tratado de Maastricht. Como se pode observar no **Gráfico 2.**, em cinco dos últimos eurobarómetros realizados, **o desconhecimento em relação aos direitos de cidadania europeia dos cidadãos portugueses inquiridos manteve-se acima dos 50%.**

**GRÁFICO 2** - Conhecimento dos cidadãos portugueses dos seus direitos de Cidadania da UE (Portugal, %).



**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados disponíveis nos Eurobarómetros 77 a 82.






O **EB81** é o único que apresenta **resultados atípicos**, invertendo-se a tendência. Neste, **a percentagem de cidadãos portugueses que conhecem os seus direitos de cidadania (54%) é superior à percentagem de cidadãos que os desconhece (45%).** Considerando que este eurobarómetro se refere ao período da primavera de 2014, esta alteração talvez possa justificar-se por **dois momentos em particular** da atualidade europeia: a celebração de 2013 como o **Ano Europeu dos Cidadãos**; e a votação nas **eleições para o Parlamento Europeu** em maio de 2014. Em ambas as ocasiões, houve uma grande aposta por parte da UE em campanhas públicas de promoção do conhecimento e exercício dos direitos de cidadania europeia. E, assumindo que estas campanhas tiverem efeitos positivos na opinião pública portuguesa, será natural que uma maior parte dos cidadãos portugueses esteja consciente dos seus direitos de cidadania europeia.

No entanto, o eurobarómetro mais recente, do **outono de 2014**, marca uma nova descida no conhecimento dos direitos de cidadania europeia de nove pontos percentuais. Sendo que, **atualmente, apenas 45% dos inquiridos julga conhecer os seus direitos de cidadania, o que ainda assim está bastante próximo da média da UE (47%)**.

**Comparativamente aos seus congéneres, no que ao conhecimento dos direitos de cidadania respeita, Portugal regista um progresso favorável.** Embora não registre subidas tão acentuadas como a Finlândia (+15 pontos percentuais), Eslovénia (+11 pontos percentuais) ou Roménia (+12 pontos percentuais), **Portugal apresenta um aumento de sete pontos percentuais do EB 77 para o EB82.** Existem subidas em vários outros Estados-membros, como a Alemanha (+1 ponto percentual), o Luxemburgo (+3 pontos percentuais) ou a Suécia (+7 pontos percentuais), mas que não são tão significativas pois inicialmente os valores de conhecimento dos direitos nestes Estados-Membros já eram bastante elevados (superiores a 50%).

Por outro lado, em cinco Estados-Membros a percentagem de inquiridos conhecedores dos direitos de cidadania desceu, ainda que pouco. É o caso do Chipre (-3 pontos percentuais), Dinamarca (-2 pontos percentuais), Bélgica, Bulgária e Eslováquia (-1 ponto percentual) onde os esforços europeus de promoção da cidadania europeia claramente não surtiram efeito.

**TABELA 2** - Evolução no conhecimento dos cidadãos dos seus direitos de Cidadania da UE nos Estados-Membros.

Questão: <b>Conhece os seus direitos de Cidadania da UE?</b>						
Respostas em %	Total 'Sim'		Total 'Não'		Conhecimento dos Direitos de Cidadania da UE	
País	EB 77	EB 82	EB 77	EB 82	Alteração verificada	
 Alemanha	62	61	38	38	↗	+1
 Áustria	56	58	44	41	↗	+2
 Bélgica	47	46	52	53	↘	-1
 Bulgária	39	38	60	61	↘	-1
 Chipre	57	54	43	45	↘	-3

 Croácia*	42	43	57	55	↗	+1
 Dinamarca	59	57	40	42	↘	-2
 Eslováquia	51	52	49	47	↘	-1
 Eslovénia	48	59	52	40	↗	+11
 Espanha	44	45	56	53	↗	+1
 Estónia	58	59	41	39	↗	+1
 Finlândia	57	72	43	27	↗	+15
 França	31	34	68	65	↗	+3
 Grécia	38	44	62	56	↗	+6
 Hungria	38	48	62	51	↗	+10
 Irlanda	51	54	47	45	↗	+3
 Itália	31	31	68	67	=	0
 Letónia	43	48	56	51	↗	+5
 Lituânia	50	59	49	40	↗	+9
 Luxemburgo	62	65	36	33	↗	+3
 Malta	46	47	50	51	↗	+1
 Países Baixos	58	53	41	46	↗	+5
 Polónia	57	58	37	35	↗	+1
 Portugal	38	45	61	54	↗	+7
 Reino Unido	39	43	60	56	↗	+4
 República Checa	42	40	57	57	↗	+2
 Roménia	38	50	58	47	↗	+12
 Suécia	52	59	47	40	↗	+7
 UE27/28*	45	47	54	51	↗	+2

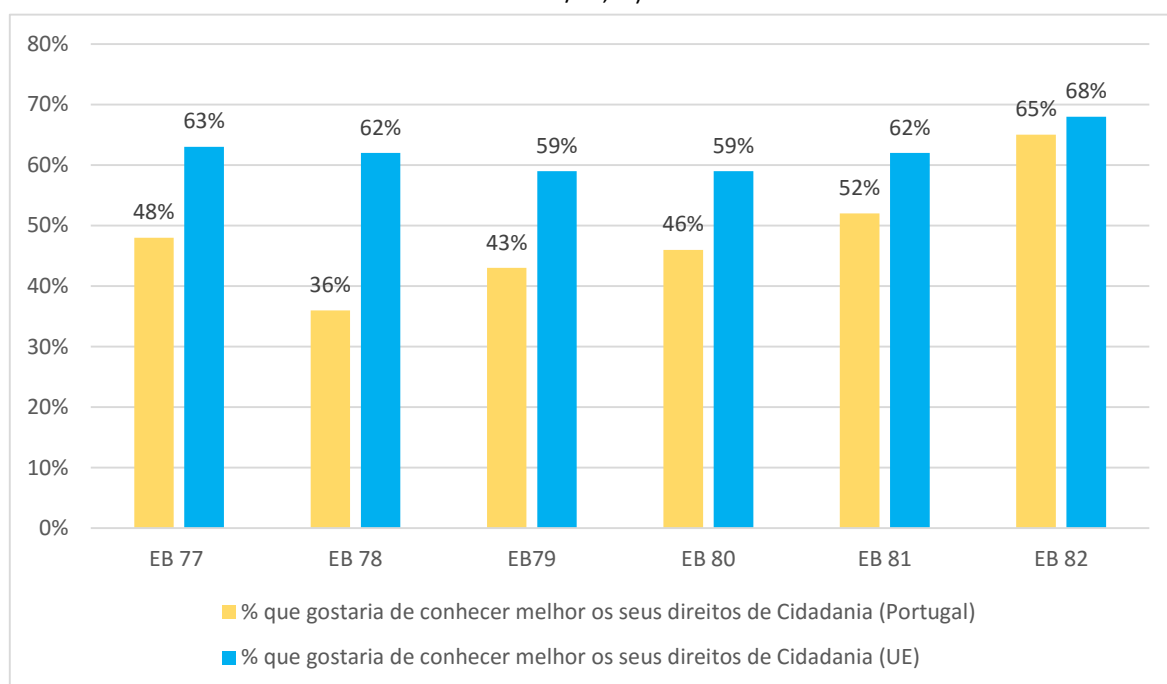
\* A Croácia só aderiu à União Europeia a 1 de julho de 2013, pelo que para estabelecer a comparação no caso deste Estado-Membro serão utilizados os dados do EB 80, o primeiro em que a questão foi colocada, e serão utilizados dados da média da UE27 e U28.

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados disponíveis nos Eurobarómetros 77 e 82.

Comparando os dados da **Tabela 1.** e da **Tabela 2.,** em termos da média Europeia, a evolução em três anos foi de mais dois pontos percentuais, quer no sentimento de cidadania europeia quer no conhecimento dos direitos de cidadania europeia. Contudo, o **sentimento de cidadania europeia** está atualmente nos **63%** e o **conhecimento dos direitos** apenas nos **47%**, o que permite concluir que **o sentimento de cidadania europeia dos cidadãos é bastante mais acentuado e não é acompanhado pelo conhecimento dos direitos que lhe estão associados.**

Esta realidade justifica ainda mais a análise da questão seguinte, avaliada no **Gráfico 3,** onde se inquiri aos cidadãos se **gostariam de saber mais sobre os seus direitos de cidadania da UE.** Neste campo, os dados do **EB77** revelam que **apenas 48%**

**GRÁFICO 3 -** Vontade dos cidadãos em conhecer mais sobre os seus direitos de Cidadania da UE (Portugal, UE 27/28, %).



**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados disponíveis nos Eurobarómetros 77 a 82.

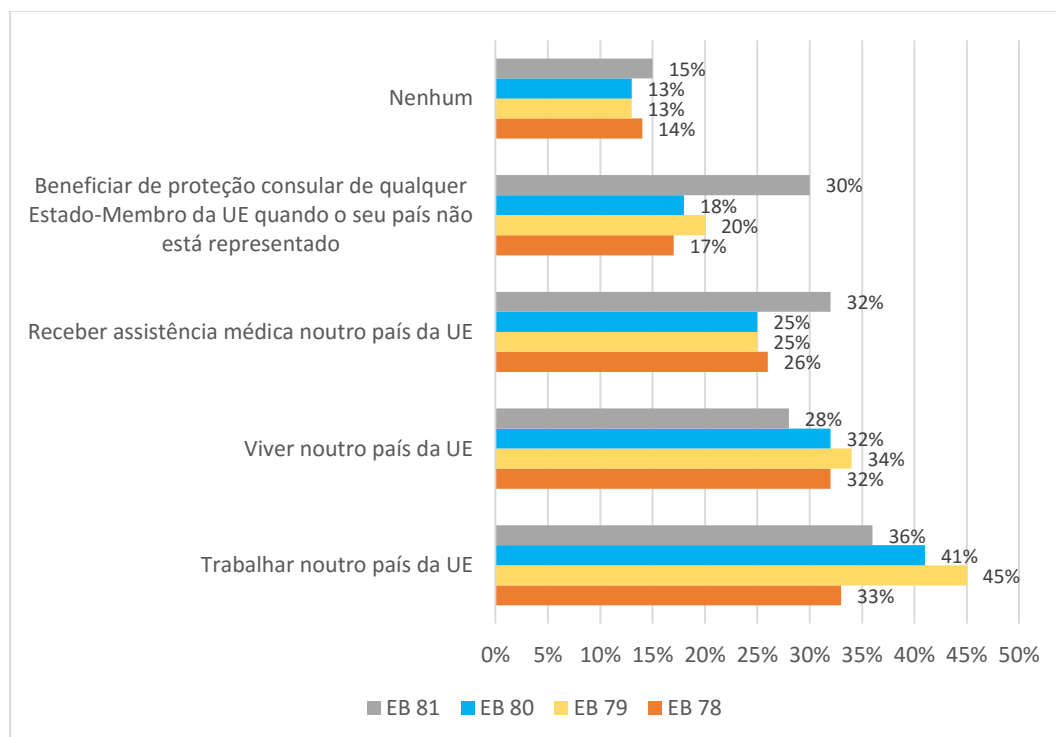
**dos portugueses inquiridos respondem positivamente.** Nota-se, no entanto, que no último ano houve um aumento significativo (+13 pontos percentuais) de inquiridos que

revelam interesse em saber mais sobre os seus direitos de cidadania, em especial no último ano (EB 81 e EB 82).

Este aumento faz com que, **de momento, 65% dos cidadãos portugueses inquiridos pretendam saber mais sobre os seus direitos de cidadania europeia e aproxima Portugal dos resultados da média Europeia (68%)**. Esta aproximação é aliás visível ao longo dos vários eurobarómetros, no **Gráfico 3**, em que os resultados de Portugal vão diminuindo a distância para a média europeia, sem que esta desça significativamente.

A última questão analisada, ainda na temática dos direitos de cidadania Europeia, procura averiguar sobre que direitos gostariam de saber mais (**Gráfico 4.**). Os portugueses inquiridos revelam um **maior interesse nos direitos relacionados com a mobilidade dos cidadãos dentro dos Estados-Membros da UE**. Em primeiro lugar, já no EB78 (33%), o **direito de trabalhar noutro país da UE** aparece também na liderança no EB81 com **36%** dos inquiridos que gostaria de saber mais sobre este direito (36% na UE28). Segue-se o **direito de viver noutro país da UE com 28%** em Portugal (31% na UE28). Em terceiro, o **direito de receber assistência médica noutro país da UE** que

**GRÁFICO 4** - Direitos de Cidadania Europeia sobre os quais os cidadãos gostariam de saber mais (total) – Portugal.



**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados disponíveis nos Eurobarómetros 78 a 81.

interessa a **32%** dos portugueses inquiridos (35% na UE28). Por fim, surge o direito de beneficiar de proteção consular de qualquer Estado-Membro da UE caso o seu país não esteja representado. No outono de 2012 (EB 79), já pretendiam saber mais sobre este direito 17% dos inquiridos, que é agora eleito por 30% (21% na UE28).

De destacar ainda que, nos vários eurobarómetros, **entre 13% a 15% dos inquiridos afirma não ter interesse em saber mais sobre nenhum direito de cidadania europeia**. Estes valores estão em linha com os verificados na média Europeia (13% a 14%), mas ainda representam uma parte significativa dos inquiridos.


## Apêndice B: Lista de atividades desenvolvidas pelo CIEJD no âmbito do AEC

Nº	Data	Evento/Iniciativa	Tema	Entidades/Parcerias envolvidas
1	18/03/2013	União Europeia, Cultura e Cidadania	Cultura, Cidadania, Mobilidade, Educação, Dimensão externa da UE, etc	CECOA, Universidade Aberta, CIEJD
2	20/03/2013	Jornada de Informação (Lisboa)	Programa “Europa para os Cidadãos”	GEPAC, CIEJD e RCEP
3	22/03/2013	Jornada de Informação (Porto)	Programa “Europa para os Cidadãos”	GEPAC, CIEJD e Museu Nacional Soares dos Reis
4	14/05/2013	Ações de Formação	Cidadania Europeia Ativa	CIEJD – DGAE/MNE
5	05/06/2013	Centro Europe Direct de Santarém	Cidadania Europeia	CIEJD – DGAE/MNE e Centro Europe Direct de Santarém
6	02/09/2013	Artigo no Jornal Destak	O que é ser cidadão europeu?	CIEJD – DGAE/MNE
7	09/09/2013	Artigo no Jornal Destak	Cidadania da EU: ideia antiga, conceito recente.	CIEJD – DGAE/MNE
8	16/09/2013	Artigo no Jornal Destak	Carta dos Direitos Fundamentais	CIEJD – DGAE/MNE
9	23/09/2013	Artigo no Jornal Destak	Os seus direitos ao viajar na UE	CIEJD – DGAE/MNE
10	30/09/2013	Artigo no Jornal Destak	Comunicar a UE em parceria	CIEJD – DGAE/MNE
11	07/10/2013	Artigo no Jornal Destak	A mobilidade dos cidadãos	CIEJD – DGAE/MNE
12	14/10/2013	Artigo no Jornal Destak	Direitos dos consumidores	DGC e CIEJD – DGAE/MNE
13	17/10/2013	Seminário	Cidadania Europeia	CIEJD – DGAE/MNE e CDE do Politécnico de Leiria
14	21/10/2013	Artigo no Jornal Destak	Dias europeus do emprego	IEFP e CIEJD – DGAE/MNE
15	28/10/2013	Artigo no Jornal Destak	Direito de eleger e ser eleito	CIEJD – DGAE/MNE
16	04/11/2013	Artigo no Jornal Destak	Direito de petição ao Parlamento Europeu	CIEJD – DGAE/MNE
17	11/11/2013	Artigo no Jornal Destak	Direito de queixa ao Provedor	CIEJD – DGAE/MNE
18	12/11/2013	Sessão de Informação	Cidadania Europeia- Visita de Escolas Europeias no âmbito do Comenius	CIEJD – DGAE/MNE
19	14/11/2013	Sessão de Informação Quadros Técnicos Superiores da DGAE-MEC	Ano Europeu do Cidadão- Cidadania e Direitos	CIEJD – DGAE/MNE e Ministério da Educação e Ciência
20	18/11/2013	Artigo no Jornal Destak	Apoio consular e diplomático	CIEJD – DGAE/MNE
21	18/11/2013	Sessão de Informação, Lisboa	Cidadania Europeia – Concurso de Escrita Criativa Interprisações	CIEJD – DGAE/MNE e DGRSP – Ministério da Justiça
22	18/11/2013	Sessão de Informação, Linhó	Cidadania Europeia – Concurso de Escrita Criativa Interprisações	CIEJD – DGAE/MNE e DGRSP – Ministério da Justiça
23	18/11/2013	Sessão de Informação, Sintra	Cidadania Europeia – Concurso de Escrita Criativa Interprisações	CIEJD – DGAE/MNE e DGRSP – Ministério da Justiça
24	19/11/2013	Sessão de Informação	Programa de Educação para a Cidadania Democrática	CIEJD – DGAE/MNE
25	20/11/2013	Curso de Cidadania Europeia no Instituto Prisional de Alcoentre	Cidadania Europeia – Concurso de Escrita Criativa Interprisações	CIEJD – DGAE/MNE e DGRSP – Ministério da Justiça
26	20/11/2013	Curso de Cidadania Europeia no Instituto Prisional de Caldas Rainha	Cidadania Europeia – Concurso de Escrita Criativa Interprisações	CIEJD – DGAE/MNE e DGRSP – Ministério da Justiça
27	20/11/2013	Curso de Cidadania Europeia no Instituto Prisional Vale dos Judeus	Cidadania Europeia – Concurso de Escrita Criativa Interprisações	CIEJD – DGAE/MNE e DGRSP – Ministério da Justiça
28	22/11/2013	Sessão de Informação	Programa de Educação para a Cidadania Democrática	CIEJD – DGAE/MNE e Câmara Municipal de Odivelas

29	25/11/2013	Artigo no Jornal Destak	As iniciativas de cidadania	CIEJD – DGAE/MNE
30	25/11/2013	Sessão de Informação	Programa de Educação para a Cidadania Democrática	CIEJD – DGAE/MNE e Câmara Municipal de Odivelas
31	25/11/2013	Curso de Cidadania Europeia no Instituto Prisional da Carregueira	Cidadania Europeia – Concurso de Escrita Criativa Interprisões	CIEJD – DGAE/MNE e DGRSP – Ministério da Justiça
32	25/11/2013	Curso de Cidadania Europeia no Instituto Prisional da Carregueira	Cidadania Europeia – Concurso de Escrita Criativa Interprisões	CIEJD – DGAE/MNE e DGRSP – Ministério da Justiça
33	26/11/2013	Curso de Cidadania Europeia no Instituto Prisional da Carregueira	Cidadania Europeia – Concurso de Escrita Criativa Interprisões	CIEJD – DGAE/MNE e DGRSP – Ministério da Justiça
34	26/11/2013	Curso de Cidadania Europeia no Instituto Prisional de Caxias	Cidadania Europeia – Concurso de Escrita Criativa Interprisões	CIEJD – DGAE/MNE e DGRSP – Ministério da Justiça
35	26/11/2013	Curso de Cidadania Europeia no Instituto Prisional de Tires	Cidadania Europeia – Concurso de Escrita Criativa Interprisões	CIEJD – DGAE/MNE e DGRSP – Ministério da Justiça
36	02/12/2013	Artigo no Jornal Destak	Mostra de Cinema: uma Europa de cidadãos	AEC, Montepio e CIEJD – DGAE/MNE
37	04-08/12/2013	FIL – Feira Internacional de Lisboa	Divulgação do trabalho do CIEJD, da DGC e do CEC	Coordenação do AEC / CIEJD / DGC/Centro Europeu do Consumidor
38	05/12/2013	Sessão de Informação	Programa de Educação para a Cidadania Democrática	CIEJD – DGAE/MNE
39	09/12/2013	Artigo no Jornal Destak	Balanço do ano dos cidadãos	Coordenação AEC e CIEJD – DGAE/MNE
40	27/12/2013	Sessão de Informação	Cidadania Europeia- Direitos e Deveres- FAUDIS-AJRM	CIEJD – DGAE/MNE



Apêndice C: Conteúdo “Consultas Públicas na UE”



euroid

Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Carreiras internacionais

Oportunidades  
Negócios  
Empresas  
Concursos Públicos

[Inicial](#) | [Other languages](#)

A Europa somos nós: participe!

[Subscrever newsletter](#) (19904 subscritores)

[Pesquisar](#)

[Página inicial](#) > [Oportunidades](#) > [Consultas públicas](#) > [Consultas públicas](#) [\(editar\)](#)

[A](#) [A](#) [A](#)

[CIED](#)

[Parceria de Gestão](#)

[Aprender Europa](#)

[Temas](#)

[Oportunidades](#)

[Trabalhar numa organização internacional](#)

[Estagiar numa organização internacional](#)

[Oportunidades de negócio na União Europeia](#)

[Apoios financeiros na União Europeia](#)

[Prémios e concursos](#)

[Bolsas de estudo](#)

[Voluntariado](#)

[Consultas públicas](#)


[A UE nas redes sociais](#)

[Culturas europeias](#)

[Gastronomia europeia](#)

[Backoffice](#)





















[recomendar canal](#)



### Consultas públicas

Consultas públicas por domínio de intervenção

A Comissão Europeia e as Agências Europeias convidam todos os cidadãos interessados a participar nas suas consultas públicas. Saiba quais.

 <p>Ação clima</p>	 <p>Assuntos aduaneiros</p>	 <p>Agenda digital</p>	 <p>Agricultura</p>
 <p>Ajuda ao desenvolvimento</p>	 <p>Ajuda humanitária</p>	 <p>Ambiente</p>	 <p>Assuntos Económicos e Financeiros</p>
 <p>Assuntos internos</p>	 <p>Assuntos Sociais</p>	 <p>Comércio</p>	 <p>Concorrência</p>
 <p>Consumidores</p>	 <p>Cultura, Desporto, Educação e Juventude</p>	 <p>Emprego</p>	 <p>Empresas e Indústria</p>
 <p>Energia</p>	 <p>Fiscalidade</p>	 <p>Igualdade de oportunidades</p>	 <p>Investigação e inovação</p>

Indique o e-mail

Subscrever newsletter
(19904 subscritores)

Pesquisa

Pesquisar

[Página inicial](#)
[Oportunidades](#)
[Consultas públicas](#)
Consultas públicas
[\(editar\)](#)

CIEJD

Parceria de Gestão

Aprender Europa

Temas

Oportunidades

Trabalhar numa organização internacional

















Estagiar numa organização internacional

Oportunidades de negócio na União Europeia

Consultas públicas

Consultas públicas por domínio de intervenção

A Comissão Europeia e as Agências Europeias convidam todos os cidadãos interessados a participar nas suas consultas públicas. Saiba quais.

 Ação clima	 Assuntos aduaneiros	 Agenda digital	 Agricultura
  Redes de comunicações	  Redes transeuropeias	  Relações Externas	  Saúde pública
  Segurança dos alimentos	  Tecnologias da informação		

Última atualização: 2014-11-24


imprimir


enviar

Mapa do Site
Sugestões
Recomendar portal

CIEJD | Palácio da Cova da Moura | Rua da Cova da Moura, 1 | 1350-115 Lisboa | tel. +351 211 225 000 | [geral@ciejd.pt](mailto:geral@ciejd.pt) | <http://www.ciejd.pt>

GOVERNO DE PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



CIEJD  
DGAE/MNE

desenvolvido por:  


80

## Apêndice D: Reestruturação do Dossier «Cidadania Europeia»

### Dossier Cidadania Europeia – Antes da Reestruturação



Centro de Informação Europeia Jacques Delors

euroid UE e os Países de Língua Portuguesa

Oportunidades de Negócios de Empresas da União Europeia

Inicial | Other languages

Os temas europeus em foco Bem-vindo(a) Susana Doreis | [Logout](#) | [Dados pessoais](#)

(19602 subscritores)

[Página inicial](#) | [Temas](#) | Cidadania europeia (Pág.: 1 2)

CIEJD

Parceria de Gestão

Aprender Europa

Temas

Apoios Financeiros

Europa 2020

Cidadania europeia

UE e os países de língua portuguesa

Portugal na Europa

Essencial UE

Governança económica

Anos europeus

Eleições europeias 2014

Tratado de Lisboa

Juventude na UE

20 anos do Mercado Único

Energia e alterações climáticas

União Europeia: Mares e Oceanos

Oportunidades

Backoffice

recomendar canal

Cidadania europeia


Pág.: 1 2 | [Todos](#)

[imprimir](#) [enviar](#) [outros conteúdos](#)

É cidadão da União Europeia qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro. Conheça, através deste dossier, o processo de construção da cidadania europeia. Saiba quais são os seus direitos e exerça a sua cidadania de forma ativa.

**Destaque:** [Ano Europeu dos Cidadãos](#) | [Iniciativa de Cidadania Europeia](#) | [Comunicado da Comissão sobre a Iniciativa de Cidadania Europeia «Right2Water»](#) | [O teu primeiro emprego EURES](#) | [Relatórios sobre a Cidadania da União](#)


**Conteúdos em língua gestual portuguesa:** [Cidadãos com deficiência na União Europeia](#) | [Ano Europeu dos Cidadãos](#) | [Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia](#)



[Enquadramento](#)

[O que é a cidadania europeia?](#)


Enquadramento [histórico](#). Conceito de cidadania em geral e de nacionalidade. Os direitos, os deveres e a [participação ativa](#) dos cidadãos europeus.



[Questões frequentes](#)

[Perguntas e respostas sobre cidadania europeia \(FAQ\)](#)

Quais são os direitos dos cidadãos europeus? Quem é cidadão da UE? O que é necessário para residir noutro país da UE? O que é a proteção consular dos cidadãos europeus? Como fazer valer os meus direitos?




[Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia](#)

[Os seus direitos na União Europeia](#)

Conheça o catálogo de direitos, liberdades e princípios reconhecidos pela União Europeia. Conheça também os [relatórios anuais sobre a aplicação da Carta](#).


**Destaque:** Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia em [língua gestual portuguesa](#).



[Cidadãos com deficiência na União Europeia](#)

[Estratégia e ações integradoras](#)


O Ano Europeu dos Cidadãos é uma ocasião para recordar os direitos que são especificamente reconhecidos aos cidadãos europeus com deficiência.



[Atualidade](#)

[Cidadania europeia](#)


Decisões, iniciativas, projetos com impacto no quotidiano dos cidadãos da União Europeia.



[2013/2014 - Ano Europeu dos Cidadãos \(editar\)](#)

[Tem a ver com a Europa. Tem a ver consigo.](#)


Uma iniciativa que pretende sensibilizar os europeus de todas as idades sobre os seus direitos enquanto cidadãos da União Europeia, assim como sobre as vantagens, benefícios e desafios associados à cidadania europeia.



[Iniciativa de Cidadania Europeia](#)

[Novo instrumento de cidadania europeia](#)

O Tratado de Lisboa introduziu um novo instrumento de cidadania europeia que confere aos cidadãos europeus a possibilidade direta de participar no processo de construção europeia.



[Liberdade de Circulação de Pessoas](#)

[O que é a liberdade de circulação de pessoas?](#)

Enquadramento jurídico. Conceito da livre circulação de pessoas em geral. O direito à assistência social e outras vantagens da livre circulação de pessoas.

81

	 <b>Problemas na Europa?</b> O que fazer quando as administrações públicas aplicam incorretamente o direito comunitário	 <b>Formulários/modelos europeus</b> Exercício da cidadania ativa
	A rede SOLVIT resolve, gratuitamente, os problemas de livre circulação dos cidadãos e das empresas.	Europass-passe formação, cartão europeu de saúde, passaporte para animais domésticos, carta de condução, carta verde, formulários de reclamação, cartão de estacionamento para pessoas com deficiência.
	 <b>Projetos nacionais</b> Iniciativas ao abrigo da parceria de gestão entre o Governo Português e a Comissão Europeia	 <b>Provedor de Justiça Europeu</b> Ao seu serviço
	Ações seleccionadas no âmbito dos concursos limitados que o CIEJD lançou na qualidade de Organismo Intermediário da Comissão Europeia.	O Provedor de Justiça Europeu investiga as queixas de má administração nas instituições e organismos da União Europeia.
	 <b>Hearts and Minds for Europe</b> Projeto da Comissão Europeia	 <b>Fontes de informação</b> Para saber mais sobre a cidadania europeia
	Conheça o que os funcionários das instituições europeias pensam sobre o que é ser cidadão europeu e trabalhar nas instituições.	Os <a href="#">documentos</a> e os <a href="#">links</a> (sítios Internet) que lhe permitem aprofundar os seus conhecimentos sobre a cidadania europeia.
 <b>Apoios financeiros</b> (editar) Candidaturas em aberto aos programas relacionadas com a Cidadania	 <b>Uma Nova Narrativa para a Europa</b> (editar) Iniciativa Europeia	
<div> <div> <b>POPH: Educação para a cidadania - projetos inovadores</b> </div> <div> <b>Programa de Apoio aos Atores Não Estatais em Moçambique - Fortalecer a responsabilização mútua</b> </div> </div>	Qual deve ser o novo objetivo da Europa?	

[Mapa do Site](#) | [Sugestões](#) | [Recomendar portal](#)

CIEJD | Palácio da Cova da Moura | Rua da Cova da Moura, 1 | 1350-115 Lisboa | tel. +351 211 225 000 | [geral@ciejd.pt](mailto:geral@ciejd.pt) | <http://www.ciejd.pt>


GOVERNO DE PORTUGAL


MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS


CIEJD DIGRE/MNE

desenvolvido por:  

SINFIC

## Dossier Cidadania Europeia – Depois da reestruturação



Centro de Informação Europeia Jacques Delors





[Inicial](#) | [Other languages](#)

Os temas europeus em foco

Bem-vindo(a) Susana Doreis | [Logout](#) | [Dados pessoais](#)

Indique o e-mail  [Subscrever newsletter](#) (19904 subscreitores)  Pesquisa  [Pesquisar](#)

[Página inicial](#) | [Temas](#) | Cidadania europeia (Pág.: 1 2 )

**CIEJD**

[Parceria de Gestão](#)

[Aprender Europa](#)

**Temas**

Portugal na Europa - 30 anos

Apoios Financeiros

Governança económica

UE e a lusofonia

Europa 2020

Essencial UE

**Cidadania europeia**

**Anos europeus**

Eleições europeias 2014

Tratado de Lisboa

**Cultura Europeia**

Juventude na UE

20 anos do Mercado Único

Mares e Oceanos

**Oportunidades**

**Backoffice**

[recomendar canal](#)

**Cidadania europeia**

Pág.: 1 2 Todos [Imprimir](#) [enviar](#) [outros conteúdos](#)

É cidadão da União Europeia qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro. Conheça, através deste dossier, o processo de construção da cidadania europeia. Saiba quais são os seus direitos e exerça a sua cidadania de forma ativa.

**Destaque:** [Ano Europeu dos Cidadãos](#) | [Iniciativa de Cidadania Europeia](#) | [Relatórios sobre a Cidadania da União](#) | [Entrevista do Secretário de Estado Bruno Mações ao programa +Cidadania](#)

**Conteúdos em língua gestual portuguesa:** [Cidadãos com deficiência na União Europeia](#) | [Ano Europeu dos Cidadãos](#) | [Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia](#)



**Enquadramento**

[O que é a cidadania europeia?](#)

Enquadramento [histórico](#). Conceito de cidadania em geral e de nacionalidade. Os direitos, os deveres e a [participação ativa](#) dos cidadãos europeus.



**Agenda de Cidadania Europeia**

[Seja participativo](#)

Fique atento às decisões, iniciativas, projetos e eventos relacionados com a Cidadania Europeia.



**Questões frequentes**

[Perguntas e respostas sobre cidadania europeia \(FAQ\)](#)

Quais são os direitos dos cidadãos europeus? Quem é cidadão da UE? O que é necessário para residir noutro país da UE? O que é a proteção consular dos cidadãos europeus? Como fazer valer os meus direitos?



**Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia** [\(editar\)](#)

[Os seus direitos na União Europeia](#)

Conheça o catálogo de direitos, liberdades e princípios reconhecidos pela União Europeia. Conheça também os [relatórios anuais sobre a aplicação da Carta](#).

Destaque: Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia em [língua gestual portuguesa](#).



**Iniciativa de Cidadania Europeia** [\(editar\)](#)

[Novo instrumento de cidadania europeia](#)

O Tratado de Lisboa introduziu um novo instrumento de cidadania europeia que confere aos cidadãos europeus a possibilidade direta de participar no processo de construção europeia.



**Cidadãos com deficiência na União Europeia** [\(editar\)](#)

[Estratégia e ações integradoras](#)

O Ano Europeu dos Cidadãos é uma ocasião para recordar os direitos que são especificamente reconhecidos aos cidadãos europeus com deficiência.



**Liberdade de Circulação de Pessoas** [\(editar\)](#)

[O que é a liberdade de circulação de pessoas?](#)

Enquadramento jurídico. Conceito da livre circulação de pessoas em geral. O direito à assistência social e outras vantagens da livre circulação de pessoas.



**Problemas na Europa?** [\(editar\)](#)

[O que fazer quando as administrações públicas aplicam incorretamente o direito comunitário](#)

A rede SOLVIT resolve, gratuitamente, os problemas de livre circulação dos cidadãos e das empresas.

	 <b>Formulários/modelos europeus</b> <a href="#">Exercício da cidadania ativa</a>	 <b>Cidadania</b> <a href="#">(editar)</a> <a href="#">Iniciativas ao abrigo da parceria de gestão entre o Governo Português e a Comissão Europeia</a>
	<p>Europass-passe formação, cartão europeu de saúde, passaporte para animais domésticos, carta de condução, carta verde, formulários de reclamação, cartão de estacionamento para pessoas com deficiência.</p>	<p>O que a Europa traz aos cidadãos, como se relaciona com eles, o que muda nas suas vidas.</p>
	 <b>Provedor de Justiça Europeu</b> <a href="#">(editar)</a> <a href="#">Ao seu serviço</a>	 <b>Links - endereços eletrónicos</b> <a href="#">(editar)</a> <a href="#">Sítios Web oficiais</a>
	<p>O Provedor de Justiça Europeu investiga as queixas de má administração nas instituições e organismos da União Europeia.</p>	<p>Links úteis relacionados com a cidadania europeia no contexto europeu, em Portugal e a nível internacional.</p>
	 <b>Documentos</b> <a href="#">(editar)</a> <a href="#">Os documentos fundamentais de Cidadania Europeia</a>	 <b>Apoios financeiros</b> <a href="#">(editar)</a> <a href="#">Candidaturas em aberto aos programas relacionadas com a Cidadania</a>
	<div> <p>► <a href="#">Em contacto com a União Europeia: faça as suas perguntas, dê a sua opinião</a></p> <hr/> <p>► <a href="#">Mencão Honrosa: Prémio Jacques Delors 2014: Representação dos portugueses no discurso mediático europeu: as notícias</a></p> </div>	<div> <p>► <a href="#">Programa Direitos, Igualdade e Cidadania - Projetos transnacionais sobre a violência contra as mulheres, jovens e crianças ligadas a práticas nocivas</a></p> <hr/> <p>► <a href="#">Programa Direitos, Igualdade e</a></p> </div>
<p align="right"><a href="#">Mapa do Site</a>   <a href="#">Sugestões</a>   <a href="#">Recomendar portal</a></p>		
<p align="center"> <small>CIEJD</small>   Palácio da Cova da Moura   Rua da Cova da Moura, 1   1350-115 Lisboa   tel. +351 211 225 000   <a href="mailto:geral@ciejd.pt">geral@ciejd.pt</a>   <a href="http://www.ciejd.pt">http://www.ciejd.pt</a> </p>		
 <b>GOVERNO DE PORTUGAL</b>	<b>MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS</b>	 <b>CIEJD</b> <small>DGAE/MNE</small>
		<small>desenvolvido por:</small>  <b>SINFIC</b>



## Secção Atualidade – Antes da reestruturação



Centro de Informação Europeia Jacques Delors

UE e os Países de Língua Portuguesa

Oportunidades Negócios de Empresas

[Inicial](#) | [Other languages](#)

Os temas europeus em foco Bem-vindo(a) Susana Soares | [Logout](#) | [Dados pessoais](#)

(19602 subscritores)

[Página inicial](#) | [Temas](#) | [Cidadania europeia](#) | [Atualidade](#) (Pág.: 1 2)

CIEJD

Parceria de Gestão

Aprender Europa

Temas

Apoios Financeiros

Europa 2020

Cidadania europeia

UE e os países de língua portuguesa

Portugal na Europa

Essencial UE

Governança económica

Anos europeus

Eleições europeias 2014

Tratado de Lisboa

Juventude na UE

20 anos do Mercado Único

Energia e alterações climáticas

União Europeia: Mares e Oceanos

Oportunidades

Backoffice

recomendar canal

Atualidade

Pág.: 1 2 Todos

imprimir enviar

Criação: 2012-05-22 | Última revisão: 2012-09-27

Neste espaço, pode conhecer e acompanhar as decisões, iniciativas, projetos com impacto no quotidiano dos cidadãos da União Europeia.



[Programa de EuroInfoLiteracia](#)  
(editar)

[RCEP e CDE da Biblioteca e Gestão da Informação da Universidade Católica do Porto](#)

Oito palestras mensais sobre temáticas europeias de outubro de 2014 a maio de 2015



[Colóquio "A Europa em perspectiva"](#)  
(editar)

[Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa](#)

Dia 24 de outubro, pelas 18h, Universidade Católica de Lisboa



[Conferência "Grécia e Portugal: Um Caminho Comum?"](#)  
(editar)

[Instituto Europeu da Faculdade de Direito de Lisboa e IDEFF](#)

Dia 26 de junho, pelas 10h, no Auditório da FDUL



[Concurso de Escrita Criativa Inter-Prisões 2013 - Componente Cidadania Europeia](#)  
(editar)

[Participação do CIEJD](#)

Dias 18, 20, 25 e 26 de novembro 2013  
Dia 3 de abril de 2014 - Entrega dos prémios



[Mês do Mercado Único](#)  
(editar)

[Comissão Europeia](#)

Entre 23 de setembro e 23 de outubro de 2013.



[Croácia](#)  
(editar)

[Novo Estado-Membro da União Europeia](#)








A 1 de julho de 2013, a República da Croácia tornou-se formalmente o 28º Estado-Membro da União Europeia.



[2013 Ano Europeu dos Cidadãos](#)  
(editar)

[Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho](#)

O ano de 2013 foi oficialmente designado como o Ano Europeu dos Cidadãos.

	 <p><b><a href="#">Prémio Nobel da Paz 2012</a></b> <a href="#">(editar)</a></p> <p><a href="#">Galardão atribuído à União Europeia</a></p> <p>Comité Nobel norueguês distingue o compromisso do projeto europeu com o aprofundamento da paz, da reconciliação, da democracia e dos direitos humanos na Europa.</p>	 <p><b><a href="#">Férias na União Europeia</a></b> <a href="#">(editar)</a></p> <p><a href="#">Conselhos para um verão descansado</a></p> <p>No início do período de férias que muitos europeus aproveitam para viajar, nunca é demais transmitir informações que revelam o modo com a UE pode ajudar os viajantes.</p>
	 <p><b><a href="#">Corpo Europeu de Voluntários</a></b> <a href="#">(editar)</a></p> <p><a href="#">Proposta da Comissão Europeia</a></p> <p>A União Europeia está a desenvolver um programa que tem por objetivo assegurar a formação de voluntários interessados em trabalhar em projetos de ajuda humanitária em todo o mundo.</p>	 <p><b><a href="#">Sétimo Programa-Quadro para a Investigação</a></b> <a href="#">(editar)</a></p> <p><a href="#">Comissão Europeia anuncia pacote de convites à apresentação de propostas</a></p> <p>8,1 mil milhões de euros destinados em 2013 à investigação e inovação para criar crescimento e emprego.</p>
	 <p><b><a href="#">Direitos dos passageiros</a></b> <a href="#">(editar)</a></p> <p><a href="#">Nova aplicação para «smartphone»</a></p> <p>Nova aplicação para telemóveis informa os passageiros sobre os seus direitos.</p>	 <p><b><a href="#">Direitos dos passageiros com deficiência ou com mobilidade reduzida</a></b> <a href="#">(editar)</a></p> <p><a href="#">Orientações publicadas pela Comissão Europeia</a></p> <p>Conheça o que os passageiros com mobilidade reduzida precisam de saber quando viajam de avião.</p>
	 <p><b><a href="#">«O teu primeiro emprego EURES»</a></b> <a href="#">(editar)</a></p> <p><a href="#">Comissão Europeia</a></p> <p>Iniciativa destinada a ajudar os jovens europeus a encontrar emprego num país da União Europeia.</p>	 <p><b><a href="#">Em caso de problemas ligue 112</a></b> <a href="#">(editar)</a></p> <p><a href="#">Sítio Internet</a></p> <p>Fixe o número 112 e garanta uma rápida e mais eficaz intervenção.</p>
	 <p><b><a href="#">Previsões económicas: Primavera, Outono e Inverno</a></b> <a href="#">(editar)</a></p> <p><a href="#">A Comissão Europeia publica regularmente previsões macro-económicas</a></p> <p>Última publicação - <b><a href="#">Novembro de 2014</a></b></p>	 <p><b><a href="#">Hora de verão</a></b> <a href="#">(editar)</a></p> <p><a href="#">Adiante o relógio 1 hora</a></p> <p>Dia 30, último domingo de março, à 1 hora da manhã.</p>
	<p>Mapa do Site   Sugestões   Recomendar portal</p>	
<p>CIEJD   Palácio da Cova da Moura   Rua da Cova da Moura, 1   1350-115 Lisboa   tel. +351 211 225 000   <a href="mailto:geral@ciejd.pt">geral@ciejd.pt</a>   <a href="http://www.ciejd.pt">http://www.ciejd.pt</a></p>		
 <p>GOVERNO DE PORTUGAL</p>	 <p>MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS</p>	 <p>CIEJD DGAE/MNE</p>
		<p>desenvolvido por:</p>  <p>SINFIC</p>



## Secção Atualidade (Agenda de Cidadania Europeia) – Depois da reestruturação



Centro de Informação Europeia Jacques Delors

UE e os Países de Língua Portuguesa

Oportunidades  
Negócios de Empresas  
União Europeia

Inicial | Other languages

Os temas europeus em foco Bem-vindo(a) Susana Doreis | [Logout](#) | [Dados pessoais](#)

Indique o e-mail [Subscrever newsletter](#) (19904 subscritores) Pesquisa [Pesquisar](#)

[Página inicial](#) | [Temas](#) | [Cidadania europeia](#) | [Agenda de Cidadania Europeia](#)

**Agenda de Cidadania Europeia**

[imprimir](#) [enviar](#)


Criação: 2012-05-22 | Última revisão: 2015-03-05

Neste espaço, pode conhecer e acompanhar as decisões, iniciativas, projetos e eventos relacionados com a Cidadania Europeia e com impacto no quotidiano dos cidadãos da União Europeia.



**Programa de EuroInfoLiteracia** [\(editar\)](#)

RCEP e CDE da Biblioteca e Gestão da Informação da Universidade Católica do Porto



**Manual de boas práticas para a negociação, transposição e aplicação de legislação da União Europeia** [\(editar\)](#)

Direção-Geral dos Assuntos Europeus / Ministério dos Negócios Estrangeiros

Oito palestras mensais sobre temáticas europeias de outubro de 2014 a maio de 2015

Apoio ao processo de transposição da legislação da UE, através da identificação de boas práticas de negociação.



**Programa +CIDADANIA** [\(editar\)](#)

Emissão semanal, às terças-feiras, pela TVL (por cabo e internet)



**12 Ações para reforçar os Direitos dos Cidadãos** [\(editar\)](#)

Proposta avançada pela Comissão Europeia

O programa televisivo +CIDADANIA tem o exercício de uma cidadania activa como temática central. Os convidados do programa distinguiram-se pela prática quotidiana de ajuda solidária e na busca de soluções originais e são exemplos de "boa cidadania".

A Comissão Europeia anunciou um conjunto de ações com o propósito central de eliminar os obstáculos com que os cidadãos europeus se confrontam no exercício dos seus direitos.



**Prémio Nobel da Paz 2012** [\(editar\)](#)

Galardão atribuído à União Europeia



**Prémio Nelson Mandela** [\(editar\)](#)

Entrega do Prémio

Comité Nobel norueguês distingue o compromisso do projeto europeu com o aprofundamento da paz, da reconciliação, da democracia e dos direitos humanos na Europa.

No dia 24 de julho na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque



**Ciclo de Conferências "Memórias da Adesão"** [\(editar\)](#)

Sociedade de Geografia de Lisboa

4 de junho de 2015 a 3 de março de 2016, Auditório Adriano Moreira

[recomendar canal](#)

[Mapa do Site](#) | [Sugestões](#) | [Recomendar portal](#)

CIEJD | Palácio da Cova da Moura | Rua da Cova da Moura, 1 | 1350-115 Lisboa | tel. +351 211 225 000 | [geral@ciejd.pt](mailto:geral@ciejd.pt) | <http://www.ciejd.pt>

## Apêndice E: Lista de Numeração de Prémios e Concursos

Nº	Data	Prémio	Prémios	Candidaturas Abertas	Aprender Europa	Cultura Europeia	Informação	ESTADO
1	17/08/2016	PH - Redução da Utilização de antibióticos	-20	75				✓
2	15/03/2016	PH - Quebrar as barreiras da Transmissão Ótica	-15	70			Abre antes de 28-05-2015?	✓
3	20/10/2015	Prémio Mulheres Inovadoras	-10	65				✓
4	31/07/2015	Global Junior	-5	60	50			✓
5	29/07/2015	European Business Award	0	55				✓
6	15/06/2015	Escola de verão Drogas	5	50				✓
7	05/06/2015	Prémio euroinfoteracia	10	45				✓
8	31/05/2015	Prémio "Eu sou Europeu"	15	40	60			✓
9	31/05/2015	Prémio Menu Portugal	20	35				✓
10	29/05/2015	Prémio GPA	22	32				✓
11	08/05/2015	Prémio Inovação Social "Novas F. Crescimento"	25	30				✓
12	17/04/2015	Prémio Europeu para o Setor Público	30	25				✓
13	15/04/2015	Prémio Ensaio 30 anos Portugal na Europa	35	20				✓
14	15/04/2015	Concurso IGEO	40	15				✓
15	10/04/2015	Escola Alerta	45	10	70			✓
16	10/04/2015	Concurso de vídeo "Europa Unida"	50	5	80			✓
17	01/04/2015	Concurso Cidades Analíticas 2015	55	0				✓
18	31/03/2015	Concurso fotografia AED	60	-5			Renovação mensal até 09	✓
19	31/03/2015	Prémio Empreendedores da Fundação Everis	65	-10				✓
20	31/03/2015	Concurso fotografia EuroNatur	70	-15				✓
21	31/03/2015	Prémio Empreendedorismo Inovador Diáspora	75	-20				✓
22	31/03/2015	Biotechnica awards	80	-25				✓
23	31/03/2015	Prémio Folha Verde	85	-30				✓
24	30/03/2015	Prémios PromoçãoEmpresarial	90	-35				✓
25	21/03/2015	Concurso "As 24 línguas da UE"	95					
26	21/03/2015	Torneio IBEI	100					
27	16/03/2015	Prémio energia sustentável	105					
28	16/03/2015	Prémio Regiao Epreendedora 2016	110					
29	15/03/2015	Prémio RegioStars	115					
30	15/03/2015	Prémio das Indústrias Criativas	120					
31	15/03/2015	Love without Borders	125					
32	02/03/2015	Concurso faz-IOP	130					
33	28/02/2015	Concurso "Portugal Europeu"	135					
34	27/02/2015	Concurso da redação	140					
35	23/02/2015	Prémio carlos magno	145					
36	23/02/2015	Prémio Universidade de Lisboa	150					
37	20/02/2015	Concurso de video CESE	155			10		
38	16/02/2015	Concurso frontierCities	160					
39	06/02/2015	Business Model Canvas	165					
40	31/01/2015	Concurso Torres- INOV	170					
41	30/01/2015	Prémio EMAS	175					
42	30/01/2015	Procurement Leaders Award	180					
43	16/01/2015	MEP Awards	185					
44	15/01/2015	Agostinho	190					
45	12/01/2015	Evento Your Europe Your Say	195					
46	05/01/2015	Fernando Gil	200					
47	31/12/2014	Champalimaud	205					
48	15/12/2014	Desafio APP	210					
49	14/12/2014	Concurso InovPortugal	215					
50	01/12/2014	Programa bolsas fullbright schuman	220					
51	30/11/2014	First Responders	225					
52	30/11/2014	Investigação Auditoria	230					
53	27/11/2014	Mostra de autores desconhecidos	235					
54	17/11/2014	Prémio EIT Change	240					
55	07/11/2014	Concurso Nacional de Ideias	245					
56	07/11/2014	Prémio Lusos	250					
57	31/10/2014	Comunicação da PAC	255					
58	31/10/2014	Nações Unidas Sector Público	260					
59	31/10/2014	Prémio Agricultura 2014	265					
60	20/10/2014	Capital Verde	270					
61	20/10/2014	Jovens Tradutores	275					
62	20/10/2014	FLAD	280					
63	15/10/2014	Europa Nostra	285			20		
64	15/10/2014	Premio Produto inovação	290					
65	15/10/2014	Elevator Pitch - IdeiasQueMarcam	295					
66	10/10/2014	Empreendouro	300					
67	10/10/2014	IdeiaLab	305					
68	07/10/2014	SESAR JU Prize for Young Scientists Award 2014	310					
69	01/10/2014	Prevencao Criminalidade	315					
70	01/10/2014	Excelence Awards	320					
71		Concurso fotográfico "First Responders"	330					
72		Instagram Competition For Young Europeans	335					
73		Online Student Video Contest	340					
74		Cluster Manager Award Contest	345					
75		Prémio Almirante Teixeira da Mota	350					

76	Arenberg European Prize	355				
77	EIT ICT Labs Idea Challenge	360				
78	Cidades Acessíveis 2015	365				
79	Prémio Marie Curie	370				
80	Prémio Europeu de Boas Práticas	375				
81	Travelling in or to Europe this summer?	380				
82	Empresários Web do Ano «Europioneers» 2014	385				
83	Prémio do Jovem Empreendedor	390				
84	Concurso de foto "Europa na minha Região"	395				
85	Concurso "Selo Europeu para as línguas 2014"	400				
86	Prémio PME Inovação COTEC-BPI	405				
87	"Storyboard Competition"	410				
88	Prémio Sociedade Civil 2015	415			30	
89	CL Tu ensinas	416				
90	CL Oceanos	417				
91	Fraunhofer Portugal Challenge	420				
92	Concurso de fotografia "10 ANOS - 10 PAÍSES"	425				
93	Copernicus Masters Competition	430				
94	Com.Eu Navegação por Satélite Galileo-EGNOS	435				
95	Prémio Instituto da Defesa Nacional 2014	445				
96	European Project Awards - better society	450				
97	Projeto Jovens Estudantes Montepio	455				
98	Prémio Europeu de Comunicação Pública 2014	460				
99	Concurso: Study in Lisbon	465				
100	«O que Significa para Ti uma UE Alargada?»	470				
101	«Shining Stars of Europe» II	475				
102	Campanha«Do the Right Mix»	480				
103	Prémio do Banco Europeu de Investimento	485				
104	Europa X	490				
105	Prémio Eleições Europeias 2014	495				
106	Prémio Contrato Público Inovador	500				
107	Somos Europa, todos os dias	505				
108	INOVA! Concurso de Ideias	510				
109	Concurso Remixar a Europa	515			40	
110	European Natura 2000 Award	520				
111	Concurso Europeu de Vídeo MARLISCO	525				
112	«Comunidade Europeia» Cantores de Ópera	530			50	
113	Veste a Camisola:) Eleições Europeias 2014	535				
114	Prémio Excelência - Inovação no Retalho	540				
115	Ideias de Negócio para a Economia do Mar	545				
116	Prémio Europeu Helena Vaz da Silva	550			60	
117	Concurso Europeu de Aplicações	555				
118	Concurso BES Realize o Seu Sonho	560				
119	Concurso InovPortugal	565				
120	Concurso Geração Euro em Portugal	570				
121	Criatividade - Concurso de Ideias	575				
122	Concurso fotográfico 'Qual é a tua história?'	580				
123	I Festival de Dramaturgia sobre a Crise: PIIGS	585				
124	arcVision Prize - Mulheres e Arquitetura	590				
125	Con desenho: «O que é para mim a floresta?»	595				
126	Concurso Europeu de Piano	600			70	
127	Con de Foto «O que significa a ciência para ti?»	605				
128	Concurso para Jovens Cientistas da UE	610				
129	Con Multimédia Migrantes na Europa 2013	615				
130	Con «O PE: 'Why should I care?'»	620				
131	Concurso «Um mundo que me agrada»	625				
132	Con de vídeo "Jovens vozescombate à pobreza"	630				
133	Prémio Capital Europeia da Inovação - iCapital	635				
134	emprego jovem na Economia Social	640				
135	Prémio de jornalismo no domínio da saúde	645				
136	Prémio Semana Europeia da Mobilidade	650				
137	Competição Energia e Alterações Climáticas	655				
138	Competição Imagine Cup	660				
139	Prémio CIVITAS	665				
140	Active Citizens of Europe (ACE) Awards	670				
141	"Innovating Minds - Czech Awards for young"	675				
142	Con para jovens cientistas e investigadores	680				
143	Melhores conteúdos online para crianças	685				
144	Novo Banco Concurso Nacional de Inovação	690				
145	PME Excelência	695				
146	Concurso "Prémio Engenheiro Jaime Filipe"	700				
147	Advancement of Corrections and Probation S	705				
148	EDEN - Destinos Europeus de Excelência	710				
149	The European Hotel Design Awards	715				
150	FACE - Prémio para filmes	720			80	

151		Marca do Património Europeu	725			90	
152		Palma de Ouro	730			100	
153		Prémio Artigo Científico	735				
154		Prémio Boas Práticas no Sector Público	740				
155		Prémio Calouste Gulbenkian	745				
156		Prémio "Cultural Policy Research Award"	750			110	
157		Prémio Direitos Humanos	755				
158		Prémios eTwinning	760				
159		Prémios de Edição LER/Booktailors	765				
160		Prémio Eduardo Lourenço 2014	770				
161		Autoridades Locais e Regionais	775				
162		Inovação na Administração Pública 2013	780				
163		P. Europeu Professor António de Sousa Franco	785				
164		Prémios Europeus Border Breakers (música)	790			120	
165		Prémio Fundação Mário Soares	795				
166		Prémio Inventores Europeus do Ano	800				
167		Prémio da Juventude Europeu - EYA	805				
168		Prémio Jovens Músicos	810				
169		Prémio Literário José Luís Peixoto	815				
170		Prémio Lorenzo Natali	820				
171		Prémio Lux - prémio europeu de cinema	825			130	
172		Prémio Museu Europeu do Ano	830			140	
173		Prémio Nacional de Lit Juvenil Ferreira Castro	835				
174		Prémios Nobel	840				
175		Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa	845				
176		Prémio Pessoa	850				
177		Prémio La Pomme d'Or	855				
178		Prémio Pritzker de Arquitetura	860			150	
179		Prémio PRIX EUROPA	865			160	
180		Prémio Reina Sofía de Poesía Iberoamericana	870			170	
181		Prémio Sakharov Liberdade de Pensamento	875				
182		Prémio da União Europeia para a literatura	880			180	
183		Prémio Vasco Vilalva	885				
184		Prémio Inovação Distribuição & Marketing	890				
185		Prémio do Cidadão Europeu	895				
186		Europeu para Espaços Públicos Urbanos	900				
187		Concurso Inter de Dramaturgia para Rádio	905			190	
188		Prémio Damião de Góis de Empree Social	910				
189		Prémio de Arquitetura Mies van der Rohe	915			200	
190		Prémio Branquinho da Fonseca	920				
191		Prémio Europeu do Alumínio	925				
192		Prémio europeu para prevenção das drogas	930				
193		Prémio IGUALDADE É QUALIDADE	935				
194		Prémio Margarita Lizárraga	940				
195		Prémio Raoul Wallenberg	945				
196		Prémio Carlos V	950			210	

## Apêndice F: Conteúdo para a Wikipédia sobre o CIEJD

### Resumo: Breve descrição do CIEJD


O Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD) é um serviço público criado em 1995 como Agrupamento Europeu de Interesse Económico para transmitir aos cidadãos informação relevante sobre a União Europeia, em língua portuguesa e integra desde 2008 a Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE) do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O seu propósito consiste em colocar ao alcance dos cidadãos um conhecimento fundamentado sobre os valores, políticas, instituições e programas da União Europeia, permitindo uma cidadania europeia mais ativa e participativa e também um melhor aproveitamento das oportunidades proporcionadas pela União Europeia.

[1]

### Índice

1. História e criação
2. Missão e objetivos
3. Estrutura Orgânica
4. Parceria de Gestão
5. Atividades e Iniciativas
  - 5.1. Portal Eurocid
  - 5.2. Biblioteca Jacques Delors
  - 5.3. Biblioteca InfoEuropa
  - 5.4. Oferta Formativa – Aulas Jacques Delors
  - 5.5. Publicações do CIEJD
  - 5.6. Newsletters
6. Sítios Internet
7. Redes Sociais
8. Notas
9. Referências
10. Ver também
11. Ligações Externas

Centro de Informação Europeia Jacques Delors	
	
<b>Fundação</b>	1995
<b>Tipo</b>	Serviço de <u>Administração Central</u>
<b>Sede</b>	Palácio Cova da Moura, Lisboa
<b>Tutela</b>	<u>Ministério dos Negócios Estrangeiros</u> (MNE), Direção Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)
<b>Chefia</b>	Clotilde Câmara Pestana, Diretora desde 2008
<b>Site</b>	
<a href="http://www.eurocid.pt">www.eurocid.pt</a>	

### 1. História e Criação

O protocolo de instituição do CIEJD foi assinado em 1994 entre o Governo Português e a Comissão Europeia, como resposta à crescente procura de informação por parte da opinião pública e para esclarecer os cidadãos da forma

mais clara e transparente possível acerca dos objetivos e resultados das políticas europeias. [2]

Em 1995, é promulgada em Diário da República a resolução Nº. 20/95 do Conselho de Ministros [3] que determina a sua criação sob a denominação de Centro de Informação Jacques Delors (CIJD), uma referência a Jacques Lucien Jean Delors<sup>nota1</sup>, Presidente da Comissão Europeia na altura. A partir deste momento, o CIEJD assume o estatuto de Agrupamento Europeu de Interesse Económico (AEIE) e é constituído por um período de 12 anos (renovável). Esta resolução atribui-lhe parte substancial das competências do Secretariado Europa 1992, inicialmente o responsável pela informação e esclarecimentos relativos a questões da integração europeia, criado em 1988, [4] que é extinto. Em 1999, é registado com uma nova denominação, passando a designar-se Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD).

O ano de 2008 marca a história da instituição por ser o momento em que o CIEJD passa a integrar a DGAE e a pertencer ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Esta decisão é oficializada no Decreto-Lei n.º 207/2007 de 29 de maio [5] e foi justificada pela “necessidade de preservar o papel que o Centro tem vindo a desempenhar no sentido da divulgação e informação sobre assuntos europeus”<sup>nota2</sup>, [6] entendida pelo Governo Português como essencial. A integração na DGAE é o reconhecimento da qualidade e eficácia do trabalho desenvolvido pelo Centro desde a sua implementação em 1995, passando a estar sob a tutela do Governo Português e não das instituições comunitárias. Muda também de instalações do Centro Cultural de Belém para o Palacete do Relógio, no Cais do Sodré.

Neste momento, iniciam-se os contactos com a Comissão para definir um novo quadro de cooperação no âmbito de uma parceria estruturada em matéria de comunicação sobre questões europeias, que culminam na assinatura da Parceria de Gestão <sup>nota3</sup> entre o Governo Português e a Comissão Europeia. [7] Desde 2008, o CIEJD passa a apresentar uma nova configuração institucional e adquire renovada importância na divulgação de informação europeia aos cidadãos portugueses. A sua equipa, funções e identidade visual mantêm-se inalteradas. Em 2012, o Centro volta a mudar de instalações, encontrando-se atualmente no Palácio Cova da Moura, junto da DGAE.

## **2. Missão e Objetivos**

O principal objetivo do CIEJD é assegurar a disponibilização de informação em língua portuguesa sobre a UE, promover o conhecimento e estimular a participação dos cidadãos portugueses no processo de construção da União Europeia, através da informação e debate dos temas comunitários. Tem ainda o objetivo de informar os cidadãos e de responder às suas necessidades de esclarecimento, formação e divulgação sobre temáticas europeias. [8]

A lei orgânica implementada pelo Decreto Regulamentar Nº. 12/2012 de 19 de janeiro, [9] após a integração do CIEJD na DGAE, atribuiu-lhe as seguintes competências:

- d) Contribuir para o desenvolvimento e a difusão da política de informação e comunicação da União Europeia em Portugal;
- e) Promover e organizar cursos, ciclos de estudos, seminários, encontros e estágios sobre temas relacionados com a União Europeia;
- f) Divulgar o lançamento dos procedimentos de seleção de funcionários das instituições da União Europeia, bem como promover e organizar ações de formação adequadas à preparação dos respetivos candidatos;

O CIEJD, nas suas ações de formação e atividades procura atingir a população portuguesa em geral, tendo em consideração as necessidades informativas dos seus diferentes públicos, nomeadamente: jovens e estudantes; professores e outros multiplicadores de informação; especialistas e investigadores de língua portuguesa; ou público menos informado sobre o projeto da União.

## **3. Estrutura Orgânica**

A equipa do Centro de Informação Europeia divide-se em duas unidades distintas: a Unidade de Informação e Comunicação (UIC) e a Unidade de Formação, Animação Pedagógica e Projetos (UFAPP). A Diretora do Centro de Informação Europeia Jacques Delors é Clotilde da Câmara Pestana, desde 2008.

#### **4. Parceria de Gestão**

Desde 2008 que o CIEJD age como Organismo Intermediário na Parceria de Gestão entre o Governo Português e a Comissão. O objetivo de parcerias desta natureza é retirar o maior partido da coordenação das atividades de informação e comunicação sobre a União Europeia levadas a cabo pelos Estados-Membros, Parlamento Europeu e Comissão. [10]

Para Clotilde Câmara Pestana, Diretora do CIEJD, a participação na Parceria de Gestão foi encarada como “uma oportunidade acrescida para suscitar uma participação mais ativa da sociedade civil no debate público europeu dos temas prioritários em matéria de comunicação”, [11] sendo que o Centro passa a ter ao seu dispor mais recursos para desenvolver a sua missão de informação. Durante o período da parceria, a função do Centro foi agir como Organismo Intermediário, através de ações que contribuíssem “para o aumento da qualidade do debate público europeu, que promovam a participação ativa dos cidadãos e que apresentem (...) a União Europeia e as suas políticas” [10] e garantir a sua execução.

O ano de 2014 foi o último da Parceria de Gestão. Desde então o CIEJD continua a sua ação como serviço de administração central.

#### **5. Atividades e Iniciativas**

A ação do CIEJD envolve o desenvolvimento e a participação em projetos, nos quais se associa com as mais variadas entidades da sua rede de parceiros, com o objetivo de fomentar o conhecimento sobre a atualidade europeia e temáticas de relevo.

Para tal, promovem de sessões de informação e Aulas Jacques Delors sobre temáticas europeias; participam em eventos; e disponibilizam uma oferta formativa anual.

As suas atividades e iniciativas próprias envolvem também os projetos «Carreiras Internacionais», «Trabalhar na União Europeia» e «Oportunidades de Negócio», através dos quais fazem a divulgação das oportunidades de emprego, estágio e negócios na União Europeia e a nível internacional.



### 5.1. Portal Eurocid

O Portal Eurocid é o sítio internet do CIEJD, disponível no endereço [www.eurocid.pt](http://www.eurocid.pt), onde qualquer cidadão pode encontrar informação europeia tratada, atualizada e fidedigna sobre várias temáticas em língua portuguesa.

O portal está organizado em cinco canais específicos (CIEJD, Parceria de Gestão, Aprender Europa<sup>nota4</sup>, Temas e Oportunidades) e disponibiliza informação sobre: candidaturas a programas comunitários e nacionais, prémios e concursos europeus, empregos e estágios, eventos nacionais no âmbito europeu, conteúdos pedagógicos para as escolas, resposta a questões frequentes, *dossiers* temáticos, fontes de informação, documentos e formulários, entre outros. [12]

A comunidade dos utilizadores registados no portal Eurocid ascende a 11 mil e o seu universo Internet apresenta de momento uma média de 50 mil visualizações de página mensais.

### 5.1. Biblioteca Jacques Delors

A Biblioteca Jacques Delors é uma biblioteca especializada em assuntos europeus localizada no edifício da Reitoria da [Universidade de Lisboa](#). O seu catálogo bibliográfico resulta da fusão dos fundos CIEJD, do Centro de Documentação da DGAE e da Representação da Comissão Europeia em Portugal, disponibilizando mais de 90 mil documentos.

Os serviços prestados na Biblioteca Jacques Delors vão desde a prestação de atendimento e [serviço de referência](#); leitura presencial; empréstimo domiciliário e interbibliotecas (nacionais e europeias). A Biblioteca Jacques Delors pertence à BAD (Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas) e à Eurolib (rede de cooperação entre bibliotecas institucionais da UE) e difunde gratuitamente as publicações e materiais do [Serviço das Publicações da União Europeia](#). [13] [14]

## **5.2. Biblioteca InfoEuropa**

A Biblioteca InfoEuropa é a base de dados em linha que contém a totalidade de acervo documental existente na Biblioteca Jacques Delors e constitui a maior base de dados nacional em assuntos europeus (cerca de 60 mil registos).

O objetivo da Infoeuropa é disponibilizar toda a documentação de referência sobre assuntos europeus. Procura ainda responder às necessidades de informação dos cidadãos a nível dos assuntos comunitários, divulgar e tornar acessível toda a produção bibliográfica, nacional e internacional, sobre a União Europeia.

No seu sítio internet ([www.infoeuropa.euroid.pt](http://www.infoeuropa.euroid.pt)), disponibiliza referências bibliográficas e documentos em formato eletrónico. A pesquisa de registos pode ser efetuada nos diferentes catálogos bibliográfico, apoios financeiros, oportunidades, conteúdos pedagógicos e arquivo de integração europeia. [15]

## **5.3. Oferta Formativa – Aulas Jacques Delors**

Todos os anos a Oferta Formativa do CIEJD é adaptada às prioridades de comunicação da União Europeia e as Aulas Jacques Delors (AJD) são uma importante parte desta oferta formativa. Estas aulas podem ser genéricas ou específicas e abordam os assuntos mais relevantes da União Europeia, com o suporte a materiais pedagógicos. Destinam-se a alunos do ensino básico, secundário e profissional dos ensinos público e privado e são ministradas por técnicos do CIEJD pertencentes à Unidade de Formação, Animação Pedagógica e Projetos (UFAPP). [16]

## **5.4. Publicações do CIEJD**

O «Prémio Jacques Delors» é uma publicação anual e distingue um ensaio académico, como incentivo ao aparecimento de obras inéditas, em língua portuguesa, sobre temas europeus. A sua primeira edição foi em 1996 e conta com o patrocínio do [Banco de Portugal](#).

A revista semestral «Europa: Novas Fronteiras» foi lançada em 1997 com o objetivo de realizar uma análise e divulgação de temas relevantes da atualidade comunitária. Tem atualmente publicação bianual e vai na 30ª edição. [17]

### **5.5. Newsletters**

As Newsletters são a forma adotada pelo CIEJD para manter os seus utilizadores permanentemente atualizados sobre as mais recentes atividades e iniciativas do Centro e dos seus parceiros através de um boletim eletrónico. Permitem manter o utilizador a par da Agenda da União Europeia que o Centro considera mais pertinente e relevante.

O Centro envia mensalmente: «Newsletter CIEJD», a «Newsletter Empresas e Empreendedorismo» e ainda a «Flash Biblioteca Jacques Delors». Cerca de 19.600 utilizadores do Portal Eurocid são subscritores da Newsletter do Centro. [18]

### **6. Sítios Internet**

Ao Portal Eurocid, página oficial do Centro, acrescem três sítios Internet da sua autoria e responsabilidade.

O projeto «Trabalhar na União Europeia» foi lançado em 2011 e está acessível através do endereço [www.trabalharnauniaoeuropeia.eu](http://www.trabalharnauniaoeuropeia.eu). Este sítio permite ao cidadão consultar todas as oportunidades de trabalho ou estágio nos organismos da União Europeia, ao mesmo tempo que procura esclarecer dúvidas sobre estas oportunidades. [19]

O sítio «Carreiras Internacionais» foi lançado em junho de 2012 e está disponível no endereço [www.carreirasinternacionais.eu](http://www.carreirasinternacionais.eu). É o local onde são divulgadas as oportunidades na União Europeia, Conselho da Europa, OECD, ONU, NATO e Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros para os cidadãos que procuram uma carreira internacional. [20]

O «Oportunidades de Negócio na UE», também lançado em 2012, está acessível no endereço [www.oportunidadesdenegocionaue.eu](http://www.oportunidadesdenegocionaue.eu). Um sítio internet dedicado a empresas onde é feita a divulgação dos concursos públicos a decorrer nas instituições e organismos da União Europeia, em particular nas que se localizam em Portugal e

esclarecidas dúvidas sobre o processo. Divulga igualmente os apoios financeiros e prémios existentes no âmbito empresarial. [21]

## 7. Redes Sociais

O CIEJD iniciou a sua presença nas redes sociais em 2009, com a criação e lançamento da sua própria página no Facebook. Em 2013, o Centro passa a marcar presença igualmente no LinkedIn. A Biblioteca Jacques Delors também possui página de Facebook, criada em 2013. [22]

## 8. Notas

1 – Jacques Delors esteve presente na inauguração do Centro a 27 de março de 1995 e, desde então, tem por algumas ocasiões visitado e colaborado em atividades do Centro.

2 – Esta necessidade surge em novembro de 2005, após Comissão Europeia ter aprovado em Conselho de Ministros Europeu novas orientações que não lhe permitem participar em organismos de direito privado. Facto que leva a Comissão a decidir não renovar a sua participação no CIEJD, propondo em alternativa uma Parceria de Gestão ao Governo Português. [23]

3 – A Parceria de Gestão foi renovada, pela última vez, em 2011 para o período plurianual de 2012-2015, mas terminou oficialmente no final de 2014.

4 - O canal Aprender Europa possui grande parte dos conteúdos do antigo “Aprender a Europa”, sub-sítio desenvolvido no âmbito do PRODEP III.

## 9. Referências

- [1] Centro de Informação Europeia Jacques Delors, “Eurocid - Quem somos.” [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe\\_area?p\\_cot\\_id=7469&p\\_est\\_id=15052](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe_area?p_cot_id=7469&p_est_id=15052). [Acedido a: 08-Jan-2015].
- [2] Portugal Governo Constitucional 12º 1991-1995, “Protocolo que institui o CIJD.” pp. 1–4, 1994.
- [3] Presidência do Conselho de Ministros, *Resolução do Conselho de Ministros Nº. 20/95*. Diário da República, 1995, pp. 1–14.
- [4] Presidência do Conselho de Ministros, *Resolução do Conselho de Ministros Nº. 42/88*. Portugal: Diário da República, 1988, pp. 1–16.
- [5] Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Decreto-Lei Nº. 207/2007 de 29 de Maio*. Portugal: Diário da República, 2007, pp. 3460–3462.
- [6] M. J. Botelho, “CIEJD integra DGAE,” 2007. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=3722&p\\_est\\_id=15541](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=3722&p_est_id=15541). [Acedido a: 17-Dez-2014].

- [7] Comissão Europeia, “Parceria de gestão,” 2014. [Online]. Disponível em: [http://ec.europa.eu/portugal/comissao/parceriagestao/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/portugal/comissao/parceriagestao/index_pt.htm). [Acedido a: 12-Dec-2014].
- [8] Centro de Informação Europeia Jacques Delors, “Eurocid - Missão,” 2013. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=252&p\\_est\\_id=15055](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=252&p_est_id=15055). [Acedido a: 09-Dez-2014].
- [9] Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Decreto Regulamentar n.º 12/2012*. Diário da República, 1.ª série, 2012, pp. 329–332.
- [10] Centro de Informação Europeia Jacques Delors, “Eurocid - Parceria de Gestão: em que consiste?,” 2012. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=4441&p\\_est\\_id=14778](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=4441&p_est_id=14778). [Acedido a: 15-Dez-2014].
- [11] C. da C. Pestana, “Eurocid - Novas perspetivas para o CIEJD,” 2008. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=4447&p\\_est\\_id=15538](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=4447&p_est_id=15538). [Acedido a: 10-Dez-2014].
- [12] Centro de Informação Europeia Jacques Delors, “Portal Eurocid,” 2007. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=1358&p\\_est\\_id=4023](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=1358&p_est_id=4023). [Acedido a: 04-Dez-2014].
- [13] Centro de Informação Europeia Jacques Delors, “Eurocid - Biblioteca Jacques Delors,” 2014. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe\\_area?p\\_cot\\_id=7797&p\\_est\\_id=15500](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe_area?p_cot_id=7797&p_est_id=15500). [Acedido a: 14-Dez-2014].
- [14] Centro de Informação Europeia Jacques Delors, “Guia do Utilizador - Biblioteca Jacques Delors.” pp. 1–8, 2012.
- [15] Centro de Informação Europeia Jacques Delors, “Biblioteca Infoeuropa - Biblioteca de Informação Europeia em língua portuguesa,” 2014. [Online]. Disponível em: [https://infoeuropa.eurocid.pt/opac/?func=file&file\\_name=mainpage](https://infoeuropa.eurocid.pt/opac/?func=file&file_name=mainpage). [Acedido a: 14-Dez-2014].
- [16] Centro de Informação Europeia Jacques Delors, “Eurocid - Aulas Jacques Delors,” 2014. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=552&p\\_est\\_id=15963](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=552&p_est_id=15963). [Acedido a: 14-Abr-2015].
- [17] Centro de Informação Europeia Jacques Delors, “Eurocid - Edições,” 2013. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe\\_area?p\\_cot\\_id=7475&p\\_est\\_id=15062](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe_area?p_cot_id=7475&p_est_id=15062). [Acedido a: 01-Mar-2015].
- [18] Centro de Informação Europeia Jacques Delors, “Eurocid - Newsletter,” 2014. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe\\_area?p\\_cot\\_id=3028&p\\_est\\_id=7278](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe_area?p_cot_id=3028&p_est_id=7278). [Acedido a: 17-Dez-2014].
- [19] Centro de Informação Europeia Jacques Delors, “Eurocid - Trabalhar na União Europeia,” 2013. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=7810&p\\_est\\_id=15549](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7810&p_est_id=15549). [Acedido a: 01-Mar-2015].
- [20] Centro de Informação Europeia Jacques Delors, “Eurocid - Carreiras internacionais,” 2013. [Online]. Disponível em:

[http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=7809&p\\_est\\_id=15548](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7809&p_est_id=15548). [Acedido a: 01-Mar-2015].

- [21] Centro de Informação Europeia Jacques Delors, “Eurocid - Oportunidades de Negócio na UE,” 2013. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=7808&p\\_est\\_id=15547](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7808&p_est_id=15547). [Acedido a: 01-Mar-2015].
- [22] Centro de Informação Europeia Jacques Delors, “Eurocid - Universo Internet,” 2013. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe\\_area?p\\_cot\\_id=7496&p\\_est\\_id=15090](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe_area?p_cot_id=7496&p_est_id=15090). [Acedido a: 01-Mar-2015].
- [23] M. Cardoso, “Eurocid - Nova parceria da Comissão Europeia,” 2007. [Online]. Disponível em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_sub=7&p\\_cot\\_id=3716&p\\_est\\_id=8683](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=7&p_cot_id=3716&p_est_id=8683). [Acedido a: 15-Dez-2014].

## 10. Ver também

- [Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)
- [União Europeia](#)
- [Jacques Lucien Jean Delors](#)

## 11. Ligações Externas

- [Sítio Oficial do CIEJD – Portal Eurocid](#)
- [Biblioteca Infoeuropa](#)
- [Sítio Internet Carreiras Internacionais](#)
- [Sítio Internet Trabalhar na União Europeia](#)
- [Sítio Internet Oportunidades de Negócio na UE](#)

## Apêndice G: Conteúdos de Agenda – Participação em eventos

### Evento Bolsa de Empreendedorismo da UE



Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Carreiras internacionais

Encontre-nos no Facebook

Inicial | Other languages

Tudo sobre o Centro de Informação Europeia Jacques Delors Bem-vindo(a) Susana Doreis | Logout | Dados pessoais

Indique o e-mail Subscriver newsletter (19904 subscritores) Pesquisa Pesquisar

Página inicial > CIEJD > Aconteceu > Bolsa do Empreendedorismo 2015 (editar)

#### Bolsa do Empreendedorismo 2015

Organização RCEP e participação CIEJD

Dia 6 de fevereiro de 2015, entre as 9 e as 19 horas, no Lagoas Park Hotel, em Oeiras.

A 3ª edição da Bolsa do Empreendedorismo foi organizada pela Representação da Comissão Europeia em Portugal e decorreu no Centro de Congressos do Lagoas Park Hotel, em Oeiras. Esta iniciativa contou com a participação das mais representativas entidades públicas e privadas que apoiam o empreendedorismo em Portugal.

#### Evento

Entre as 9 e as 19 horas, a Bolsa do Empreendedorismo ofereceu diversas comunicações de parceiros institucionais importantes, uma escolha de mais de 40 *workshops* temáticos e uma área de exposição e de interação com representantes de mais de 30 entidades parceiras.

O espaço esteve aberto a todas as pessoas que estejam a começar ou a expandir o seu negócio, que pretendiam aconselhamento especializado e gratuito em áreas-chave do processo de investimento, que procuravam inspirar-se com as experiências de empresários de sucesso, relatadas na primeira pessoa, ou desejavam encontrar parceiros para debater oportunidades e estratégias.

Durante o evento, foi ainda lançado o [Concurso Business Model Canvas - Uma Nova Página 2015](#), com prémios no valor de 5 000 EUR e entregues os prémios da 2ª edição do [Concurso Elevator-pitch, Ideias que Marcam](#).

#### Participação CIEJD

O Centro de Informação Europeia Jacques Delors foi parceiro nesta edição da Bolsa do Empreendedorismo e esteve presente no evento com *stand* próprio, junto da Representação da Comissão Europeia, do Gabinete do Parlamento Europeu e do Espaço Europa.

O CIEJD participou no *workshop* temático "Plano de negócios: para quê, para quem?", enquadrado na estação **Business: Melhorar o seu Plano de Negócios (B4)**, que decorreu cerca das 17h30.

#### Participação no evento

A participação no evento teve carácter gratuito, mediante inscrição, com acesso livre a partir das 9h30.

#### Foto-reportagem



Stand CIEJD

#### BOLSA DO EMPREENDEDORISMO

#UEmprende

ARRANQUE	DESENVOLVER A SUA IDEIA
BUSINESS	MELHORAR O SEU PLANO DE NEGÓCIOS
CAPITALIZAR	FINANCIAR E COMPETIR
DESENVOLVER	PREPARAR PARCERIAS E RECURSOS HUMANOS

Bolsa do Empreendedorismo 2015

imprimir enviar

Links relacionados

- Programa do evento
- Evento oficial no Facebook
- Quiz promocional do evento
- Entrevista a um dos vencedores da edição de 2013



Esclarecimento de dúvidas a participantes no stand CIEJD



Workshop temático "Plano de negócios: para quê, para quem?"

Saiba mais...

- ▶ [Anúncio do evento no site da RCEP](#)
- ▶ [Poster Bolsa do Empreendedorismo](#)
- ▶ [Brochura Bolsa do Empreendedorismo](#)

Última atualização: 2015-03-16

[Mapa do Site](#) | [Sugestões](#) | [Recomendar portal](#)

CIEJD | Palácio da Cova da Moura | Rua da Cova da Moura, 1 | 1350-115 Lisboa | tel. +351 211 225 000 | [geral@ciejd.pt](mailto:geral@ciejd.pt) | <http://www.ciejd.pt>




MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS  
ESTRANGEIROS



desenvolvido por:  
**SINFIC**





Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Carreiras internacionais

Encontre-nos no Facebook

Inicial | Other languages

Tudo sobre o Centro de Informação Europeia Jacques Delors Bem-vindo(a) Susana Doreis | [Logout](#) | [Dados pessoais](#)

Indique o e-mail [Subscrever newsletter](#) (19904 subscritores) Pesquisa [Pesquisar](#)

[Página inicial](#) | [CIEJD](#) | [Aconteceu](#) | [Futurália 2015](#) [\(editar\)](#)

**CIEJD**

Agenda

Aconteceu

Biblioteca Jacques Delors

Quem somos

Atividades e iniciativas

Parceria de Gestão

Aprender Europa

Temas

Oportunidades

Backoffice

recomendar canal

**Futurália 2015**

Participação CIEJD

De 11 a 14 de março de 2015, [FIL](#), Parque das Nações.

O Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD) esteve presente na Futurália - Salão de oferta formativa, formação e empregabilidade, que se realizou entre os dias 11 e 14 de março de 2015, na [FIL](#), no Parque das Nações - Lisboa.

**Stand «União Europeia»**

O CIEJD esteve representado na Futurália no stand «União Europeia», integrando o espaço comum da Representação da Comissão Europeia em Portugal (RCEP), do Gabinete de Informação Parlamento Europeu em Portugal (GIPE), do Espaço Europa, bem como do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT) e da Agência Europeia de Segurança Marítima (AESM), as agências europeias em Portugal.

Este espaço foi concebido com o propósito de dar a conhecer a União Europeia aos jovens, nomeadamente as oportunidades de emprego, educação e formação.

O CIEJD participou nesta iniciativa através da divulgação e apresentação das suas atividades, serviços e projetos nos quais participa.

**Projeto «Carreiras Internacionais»**

Ciente da relevância para uma parte do público-alvo da Futurália, sobretudo os jovens que frequentam a fase final da licenciatura ou que já concluíram um ou mais ciclos de estudos universitários, o CIEJD deu a conhecer melhor o [sítio http://www.carreirasinternacionais.eu](http://www.carreirasinternacionais.eu).

Assim, foram promovidas sessões de informação sobre o projeto, com o objetivo de informar e esclarecer sobre os concursos gerais de ingresso e o processo de recrutamento para as Instituições e Organismos europeus, bem como numa Organização Internacional, esclarecendo os requisitos da candidatura: prazos, como concorrer, documentos a apresentar, etc.

As sessões «Estagiar na União Europeia ou numa Organização Internacional», decorreram nos seguintes horários:

- 11 de março - 15h00-15h30
- 12 de março - 11h00-11h30
- 12 de março - 15h00-15h30

**Atividades complementares**


Ainda no âmbito da sua participação na Futurália, o CIEJD promoveu atividades complementares que visavam dar a conhecer não só projetos por si desenvolvidos, mas também projetos com os quais o CIEJD se encontra associado, enquanto parceiro.

Neste aspeto, mereceram destaque a sessão de apresentação das «Fontes de Informação e Direitos de Autor e Direitos Conexos», em parceria com a Inspeção Geral das Atividades Culturais (IGAC). Esta apresentação, procurava facultar aos jovens informação sobre como aceder às fontes de informação da UE, documentação e informação europeias na Internet e ainda alertar para a salvaguarda dos direitos de autor e direitos conexos. A sessão decorreu nos dias 11 e 13 de março entre as 11h00 e as 11h30.

De destacar ainda a apresentação do Ano Europeu do Desenvolvimento (AED) e Lisboa Capital Europeia do Voluntariado em 2015. Sessão que decorreu no dia 12 de março entre as 16h00 e as 16h30.

**Programa**

Fique a par da programação para o stand "União Europeia" durante o evento:



Futurália 2015

[imprimir](#) [enviar](#)

Links relacionados

- [Carreiras Internacionais](#)
- [Trabalhar na União Europeia](#)
- [Representação da Comissão Europeia em Portugal](#)
- [Gabinete de Informação do Parlamento Europeu em Portugal](#)

Dia	Horário	Dinamização/apresentação	Entidade
11	11h00-11h30	Fontes de Informação e Direitos de Autor	CIEJD e IGAC
	11h30-12h00	Mobilidade e Mercado de Trabalho Europeu	EURES/IEFP, I.P.
	12h00-12h30	O papel da AESM para um Mar mais seguro	AESM
	12h30-13h00	Erasmus + Juventude em Ação: Um futuro para ti	Erasmus + Juventude em Ação
	13h00-15h00	ALMOÇO	
	15h00-15h30	Estagiar na União Europeia ou numa Organização Internacional	CIEJD
	16h00-16h30	Empreendedorismo!!! O que é isso?	BETA-I
	11h00-11h30	Estagiar na União Europeia ou numa Organização Internacional	CIEJD
	11h30-12h00	In Rotation - Oportunidades de Voluntariado Internacional	Rota Jovem
	12h00-12h30	Apresentação do projeto RiocEAnos	ASPEA
	12h30-13h00	Erasmus + Juventude em Ação	Erasmus + Juventude em Ação
12	13h00-15h00	ALMOÇO	
	15h00-15h30	Estagiar na União Europeia ou numa Organização Internacional	CIEJD
	15h30-16h00	SOLVIT - Resolução de problemas na Europa	SOLVIT
	16h00-16h30	Apresentação AED e Lisboa Capital Europeia do Voluntariado	CIEJD
	11h00-11h30	Fontes de Informação e Direitos de Autor	CIEJD e IGAC
	11h30-12h00	Mobilidade e Mercado de Trabalho Europeu	EURES/IEFP, I.P.
	12h00-12h30	Informação sobre droga na União Europeia	OEDT
	12h30-13h00	Erasmus + Juventude em Ação	Erasmus + Juventude em Ação
13	13h00-15h00	ALMOÇO	
	15h00-15h30	Apresentação do Projeto Study in Lisbon	Camãra Municipal de Lisboa
	15h30-16h00	Apresentação da iniciativa Academy	Novabase
	16h00-16h30	In Rotation - Oportunidades de Voluntariado Internacional	Rota Jovem
	11h00-11h30	Apresentação do projeto Europa Sustentável	Science4you
	11h30-12h00	Apresentação do Prémio Infante D. Henrique	Luisa Beirão
	12h00-12h30	Apresentação das atividades do Instituto Luso-Ilírio para o Desenvolvimento Humano	ILIDH
	12h30-13h00	Erasmus + Juventude em Ação	Erasmus + Juventude em Ação
	13h00-15h00	ALMOÇO	
	15h00-15h30	Estudos Universitários em França	Campus France Portugal

#### Mais informações

► [Sítio da Futurália](#)

Última atualização: 2015-03-30

[Mapa do Site](#) | [Sugestões](#) | [Recomendar portal](#)

CIEJD | Palácio da Cova da Moura | Rua da Cova da Moura, 1 | 1350-115 Lisboa | tel. +351 211 225 000 | [geral@ciejd.pt](mailto:geral@ciejd.pt) | <http://www.ciejd.pt>



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS  
ESTRANGEIROS



desenvolvido por:  
**SINFIC**